

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Tese de doutorado

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

Representações Sociais e Ideologia de uma Nova Proposta de Responsabilidade Social

Maria Luisa Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho A. Guareschi

Porto Alegre

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

Representações Sociais e Ideologia de uma Nova Proposta de Responsabilidade Social

Maria Luisa Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho A. Guareschi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Doutorado em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Porto Alegre

2007

TESE APRESENTADA PARA APRECIÇÃO E PARECER DA BANCA
EXAMINADORA

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

Representações Sociais e Ideologia de uma Nova Proposta de Responsabilidade Social

Maria Luisa Carvalho

Orientador:

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Membros da banca examinadora:

Profa. Dra. Carmem Lígia Iochins Grisci

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese

Aos meus pais, Silvio e Vanda, por terem me ensinado os valores da ética e da solidariedade.

Para as mulheres guerreiras e colegas da equipe técnica do projeto “Joana D’Arc em Luta por Dignidade” por compartilharem comigo uma experiência de comunhão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Pedrinho A. Guareschi, meu mestre e orientador, pela gratuidade em compartilhar seu saber e pelas valiosas contribuições para a construção dessa tese.

A Lenin pelo companheirismo e apoio.

Agradeço aos professores Cattani e Carmem pelas importantes sugestões para minha pesquisa.

Aos membros do Movimento dos Foculares, e aos empresários e trabalhadores das empresas de Economia de Comunhão pela colaboração e disponibilidade, que permitiram a realização desta pesquisa.

A CAPES, pelo suporte financeiro.

Aos professores, secretárias, colegas do Programa de PósGraduação em Psicologia da PUCRS.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”,

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO.....	09
1 O Contexto e o Objeto da Pesquisa	09
2 A Pesquisa: Trajetória e Aspectos Metodológicos	17
3 A Estrutura da Tese	23
Referências Bibliográficas.....	25
PRIMEIRO ARTIGO: Reestruturação Produtiva e Responsabilidade Social: Respostas Neoliberais à Crise do Capitalismo	28
Introdução.....	30
1 Reestruturação Produtiva, Gestão de Pessoas e Subjetividade.....	31
2 Responsabilidade Social: a Resposta Neoliberal à Questão da Miséria e da Exclusão.....	35
2.1 O Que é Responsabilidade Social?.....	36
2.2 Responsabilidade Social e Neoliberalismo: Duas Faces da Mesma Moeda.....	38
Considerações Finais	45
Referências Bibliográficas	46
SEGUNDO ARTIGO: Economia de Comunhão: Análise de um Projeto de Responsabilidade Social a Partir das Teorias das Representações Sociais e da Ideologia.....	49
Introdução.....	52
1 Considerações Metodológicas	54
2 O Que São as Representações Sociais?	56

3 Desvelando a Economia de Comunhão como uma Representação Social	58
3.1 As Origens da Economia de Comunhão: o Movimento dos Focolares.....	58
3.2 A Economia de Comunhão: “um Projeto Divino”	61
3.3 A Riqueza e o Lucro na Perspectiva da Economia de Comunhão	65
3.4 A Pobreza e os Pobres	68
3.5 O Trabalho e o Trabalhador na Perspectiva da Economia de Comunhão	73
3.6 O Empresário: o Protagonista da Economia de Comunhão	75
3.7 A Empresa-comunidade	77
3.8 As Funções da Economia de Comunhão Enquanto uma Representação Social.....	79
4 Algumas Reflexões Finais	83
Referências Bibliográficas	85

TERCEIRO ARTIGO: A Grande Família: Relações de Trabalho e Comunitarismo nas Empresas de Economia de Comunhão	89
Introdução.....	93
1 Considerações Metodológicas	94
2 As Relações de Trabalho Estabelecidas pela Economia de Comunhão	95
2.1 A Participação dos Trabalhadores nas Empresas de Economia de Comunhão	95
2.2 Gratuidade, Reciprocidade e Dádiva na Economia de Comunhão.....	100
2.3 Relações entre os Trabalhadores nas Empresas de Economia de Comunhão	106
3 Economia de Comunhão e Espiritualidade nas Organizações.....	107
4 A Grande Família	109
5 Economia de Comunhão e Subjetividade.....	115
6 Mudança Social e Economia de Comunhão	117
Considerações Finais	120
Referências Bibliográficas	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
Referências bibliográficas	136

ANEXOS	138
Anexo A: autorização do comitê de ética	139
Anexo B: roteiro de coleta de dados.....	141
Anexo C: relação dos dados coletados para a construção do corpus da pesquisa.....	144
Anexo D: validação comunicativa.....	148

RESUMO

A tese consiste em um estudo de caso de uma proposta particular de Responsabilidade Social: a Economia de Comunhão (EdC). Anunciada no Brasil, em 1991, a EdC é apresentada como um novo agir econômico que buscaria solucionar o problema da pobreza através de doações de parte dos lucros aos pobres, bem como do resgate da ética nas organizações. A análise da Economia de Comunhão apresentada nessa tese foi realizada a partir da teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995), buscando compreender as representações sociais que configuram a proposta da EdC, suas repercussões sobre as relações de trabalho, sobre a subjetividade e perspectiva de mudança social, e se as mesmas são empregadas para estabelecer e manter relações de dominação. O *corpus* da pesquisa foi construído a partir da visita a três empresas de EdC, entrevistas semi-dirigidas com empresários e trabalhadores das mesmas, participações nos Congressos Nacionais de Economia de Comunhão dos anos de 2004 e 2005, pesquisa bibliográfica de obras referentes à Economia de Comunhão (livros, periódicos), consulta a *websites* (www.focolare.org; www.edc-online.org) e discussões através de um grupo virtual sobre EdC. A análise dos dados foi realizada a partir da metodologia da Hermenêutica da Profundidade proposta por Thompson (1995) devido à mesma incluir várias fases de investigação e ser útil à análise ideológica. Os resultados identificaram que, além das representações de origem religiosa (Providência Divina), somam-se à EdC outras já sedimentadas no discurso capitalista (meritocracia, lucro como direito legítimo do capitalista, sociedade como soma dos indivíduos), bem como identificou-se a emergência de novas representações através das quais o empresário deixa de ser apontado como o vilão social e ganha ares de herói, enquanto que as empresas são apresentadas como comunidades. A EdC reúne em si, além da questão da “nova” filantropia empresarial, outros fenômenos contemporâneos correlacionados - a Espiritualidade nas Organizações e o Comunitarismo - à medida que insere práticas religiosas no interior das empresas, bem como propõe que as mesmas se tornem uma comunidade para seus membros. Os resultados apontam ainda que a EdC, embora sob novas roupagens, atende às exigências neoliberais, reforçando o imaginário de servo-escravo, de dependência e submissão, que se traduz na busca da segurança e proteção oferecidos pela empresa-mãe. A questão da gratuidade, que poderia indicar um rompimento da EdC com a lógica capitalista, não se concretiza plenamente, uma vez que se considera como dádiva o que é direito, permanecendo relações as relações assimétricas e de dominação.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Responsabilidade Social, Representações Sociais, Ideologia.

Área de Conhecimento: Psicologia Social

ABSTRACT

The thesis consists of the case study of a Social Responsibility particular proposal: the Communion Economy (EdC). Introduced in Brazil in 1991, the EdC is presented as a new way of economic acting whose intention would be to solve the problem of poverty through the donation of part of the profit to the poor, as well as the recovery of ethics in organizations. The analysis of the Communion Economy presented in this thesis was carried out based on the Social Representation theory (MOSCOVICI, 2003) and Ideology (THOMPSON, 1995), trying to understand the social representations which make part of the EdC's proposal, their repercussion on work relations, on subjectivity and perspective of social change, and if they are used to establish and maintain domination relations. The research corpus was constructed from the visit to three EdC companies, semi-guided interviews with their business people and workers, participation in the Communion Economy National Congresses of 2004 and 2005, bibliographic research of works related to the Communion Economy (books, periodicals), consultation of websites (www.focolare.org; www.edc-online.org) and discussions through a virtual group about EdC. The data analysis was held based on the Depth Hermeneutics, proposed by Thompson (1995) because it includes several phases of investigation and is useful to the ideological analysis. The results showed that, besides the representations of religious origin (Divine Providence), there are others added to EdC, already rooted in the capitalist discourse (meritocracy, profit as a legitimate right of capitalism, society as the sum of individuals), as well as the emergency of new representations were identified, through which the businessperson is not seen as the social villain, while the companies are presented as communities. The EdC gathers not only the entrepreneurial "new" philosophy, but also other contemporary correlative phenomena – the Spirituality in Organizations and the Communitarism – as it puts religious practices inside the companies, and also proposes that they become a community to their members. The results also show that the EdC is not an anti-hegemonic proposal, because it complements and does not contradicts the capitalist model. Although under a new name, it suits the neoliberal demands, reinforcing the imaginary of servant-slave, of dependency and submission, that is translated in the search of security and protection offered by the parent-company. The question of gratitude, which could indicate a break of EdC with the capitalist logic, does not come true fully, since it considers a gift what is a right, remaining the relations unequal and of domination.

Key-words: Communion Economy, Social Responsibility, Social Representations, ideology.

Knowledge Area: Social Psychology

INTRODUÇÃO

1 O CONTEXTO E O OBJETO DA PESQUISA

A partir de 1970, iniciou-se uma nova fase do capitalismo, denominada por Harvey (1996) de *capitalismo de acumulação flexível*, caracterizada, por sua fluidez, pelo deslocamento da produção para a especulação financeira e mudanças nos modelos de gestão, passando do taylorismo-fordismo para o toyotismo.

O neoliberalismo constitui o modelo de ajuste da economia proposto nessa nova fase, e embasa ideologicamente ações que promovem a precarização das condições de trabalho e a desresponsabilização estatal e do capital sobre a questão social (PALHARINI, 1995; MONTAÑO, 2003; SANTOS, 1998). Assim, apesar dos grandes avanços tecnológicos e geração de riqueza, o que se observa é um agravamento das desigualdades sociais e o aumento da degradação ambiental.

Mecanismos ideológicos diversos são propagados nas práticas cotidianas no sentido de desacreditar a possibilidade de superação e garantir a hegemonia capitalista, sendo toleradas apenas ações no sentido de atenuar suas mazelas, mas que não afetem os processos que as produzem. Se, anteriormente, a responsabilidade por tais ações era atribuída prioritariamente ao Estado, como foi o caso do Estado de Bem-Estar, agora este oferece políticas públicas cada vez mais precárias, delegando tal responsabilidade ao Terceiro Setor, bem como a um ator social inusitado: o empresário.

Se ações filantrópicas dos empresários também não são novidades, o que há de novo na denominada Responsabilidade Social é a busca de desvencilhar-se de práticas caritativas tradicionais, promovendo sua “profissionalização” e transformando a ação social em uma estratégia empresarial. Além disso, na perspectiva atual, o empresário não é mais apresentado como um explorador social, mas passa a figurar como um modelo de sucesso e ética, que com sua competência é capaz de, ao mesmo tempo, gerar resultados financeiros para as organizações e solucionar os problemas sociais, ou seja, de produzir riqueza e combater a pobreza.

Sem dúvida são positivos o debate sobre ética nas organizações, a busca por um desenvolvimento sustentável; sendo que as ações de responsabilidade social podem trazer melhorias imediatas, como o acesso à educação, saúde e cultura a populações carentes. Entretanto, a perspectiva defendida nessa tese é a de que as propostas nascidas no cerne do capitalismo e que apresentam o empresário como principal ator social são funcionais ao neoliberalismo e só agravam a situação, ao invés de atenuá-la, reduzindo a responsabilidade do Estado sobre a questão social, transformando direitos em dádivas, aumentando o poder das organizações sobre a sociedade e a dependência de trabalhadores e excluídos em relação à mesma.

Parece paradoxal que em tempos em que os vínculos empregatícios se tornam mais frágeis e os trabalhadores são descartados de acordo com as oscilações do mercado, as empresas se apresentem como uma comunidade capaz de atender às necessidades materiais, afetivas, sociais, de proteção e até espirituais dos seres humanos. Tal contradição, porém é aparente, à medida que os modelos atuais de produção flexível, a fim de garantirem a lucratividade das organizações, não requerem mais apenas o corpo do trabalhador, mas igualmente sua mente e alma. Tais práticas também garantem a docilidade dos excluídos, que, desamparados pelo Estado, buscam o auxílio advindo das organizações e do Terceiro Setor. Assim, para além de seus benefícios imediatos, tais ações atuam como mecanismos de controle social, a exemplo do que ilustra Sérgio Bianchi (2006) em seu filme “Quanto vale ou é por quilo? Mais valem pobres na mão do que pobres roubando”.

É de um projeto particular de Responsabilidade Social que trata a presente tese: a Economia de Comunhão (EdC). Proposta em 1991, no Brasil, pela italiana Chiara Lubich, a Economia de Comunhão apresenta-se como uma proposta para solucionar o problema da pobreza através da criação de empresas que realizariam uma divisão de lucros com as seguintes finalidades:

- *investimento na empresa*: pode ser distribuído entre os sócios, incluir participação dos trabalhadores, e/ou ser investido em melhorias como compra de equipamentos, dentre outros;
- *auxílio aos pobres*: destinado ao atendimento de necessidades básicas de alimentação, moradia, educação e saúde de pobres vinculados ao Movimento dos Focolares;

- *formação de “homens novos”*: destinada ao Movimento dos Focolares para o que denomina de formação de “homens novos” que agem segundo uma cultura de partilha dos bens. É investido na manutenção de centros de difusão, publicação de livros, realização de encontros, revistas sobre EdC.

A doação de lucros para os dois últimos fins é realizada mundialmente, assim, os recursos arrecadados no Brasil podem ser destinados a outros países e vice-versa. Não há um percentual, nem frequência pré-definidos para a doação dos lucros, ficando a critério de cada empresário. Também, segundo os dados coletados, não há incentivo fiscal sobre essa doação e a mesma é lançada nos balanços como despesas de doação.

As empresas de EdC caracterizam-se ainda, segundo seus idealizadores, pela busca de um relacionamento ético e próximo junto a trabalhadores, clientes, Estado, sindicatos, fornecedores, comunidade e até mesmo concorrentes, bem como respeito ao meio ambiente.

Antes de falar sobre a Economia de Comunhão é necessário falar um pouco sobre o Movimento dos Focolares, organização à qual o projeto está vinculado. Trata-se de um movimento católico surgido em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália, tendo por fundadora e atual presidente, Chiara Lubich, juntamente com um grupo de companheiras. A espiritualidade proposta pelo Movimento dos Focolares baseia-se no amor recíproco e tem como objetivo promover a unidade entre os povos. Atualmente, está presente em 182 países, tendo como participantes pessoas de diferentes raças, línguas e credos, envolvendo outras denominações cristãs, não-cristãos e pessoas sem uma referência religiosa que desejam viver a fraternidade entre os povos. No Brasil, o movimento iniciou sua atuação em 1958 (ARAÚJO, 1998; LUBICH, 2002).

Retomando a questão da Economia de Comunhão, seguem alguns dados a seu respeito:

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2005
Europa	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	458
Ásia	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	33
África	-	01	02	06	14	11	15	11	13	09	09	09	01
América	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	241
Oceania	01	3	03	05	07	07	07	15	15	15	06	08	02
Total	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	735

Quadro 1: Número de empresas de Economia de Comunhão

Fonte: Anais do Congresso Internacional 2004 de EdC; Escritório de EdC do Brasil.

Obs: Não foram encontrados dados referentes ao ano de 2004.

Percebe-se que de 2003 a 2005 houve um decréscimo das empresas de EdC, fato não verificado no Brasil, que em 2003 contava com 94 empresas, 112 em 2004 e em 2005, com 121. Esse decréscimo é atribuído, segundo dados do Escritório de EdC do Brasil ao fato de que logo após o lançamento da proposta em 1991, muitos membros do Movimento dos Focolares, entusiasmados com a mesma, fundaram empresas sem ter conhecimento técnico e capital suficientes para mantê-las, acabando por fecharem. Além disso, a partir de 2005, deixaram de serem cadastradas como empresas de EdC, os profissionais autônomos que faziam a doação de lucros para as finalidades da proposta.

Observa-se que na África, o continente mais pobre, o número de empresas sempre foi pequeno e reduziu-se a apenas a uma em 2005. Com relação a esses aspectos, o conferencista do Congresso Internacional de EdC em 2004, Rogate R. Mshana, membro do Conselho Mundial das Igrejas, fez os seguintes questionamentos:

Com pode a EdC dar um passo maior para diferenciar-se do paradigma de mercado neoliberal, que é responsável pela pobreza, desigualdades e destruição do meio-ambiente atuais? Olhando as figuras da Economia de Comunhão nós notamos que na África há somente 1% de Economia de Comunhão em prática. Até que ponto esta figura reflete o modelo neoliberal que exclui a África? É por que a cultura das empresas as quais a EdC enfoca está em desenvolvimento embrionário na África? Ou a Economia de Comunhão não compreendeu em profundidade a natureza da partilha comunitária da África sobre a qual se poderia desenvolver uma economia da partilha? É possível desenvolver na África programas baseados no espírito da partilha comunitária? Estas são questões que devem ser dirigidas se a EdC se aventurar em atentar para a desigualdade global e a injustiça.

Com relação à doação dos lucros, segundo informações do Centro de Estudos de EdC no Brasil, no período de agosto de 2005 a junho de 2006, deu-se prioridade ao atendimento das necessidades dos pobres, não sendo destinado nenhum valor à parcela referente a “formação de homens novos”. Abaixo, os valores referentes ao auxílio dado aos pobres no período de agosto de 2005 a junho de 2006, no Brasil:

Região	Nº de beneficiados	R\$
Norte	126	R\$ 293.009,26
Nordeste	534	R\$ 625.220,00
Centro-Oeste	19	R\$ 44.560,00
Sudeste	183	R\$ 302.242,00
Sul	78	R\$ 91.652,00
Total	940	R\$ 1.356.683,26

Quadro 2: Doação dos lucros no Brasil (ago/2005 a jun/2006)
Fonte: Escritório de EdC do Brasil.

Destinação	Valor
Alimentação	R\$ 650.510,74
Saúde	R\$ 258.963,94
Educação	R\$ 258.515,69
Moradia	R\$ 110.301,07
Outros	R\$ 38.392,40

Quadro 3: Destinação dos lucros doados aos pobres no Brasil (ago/2005 a jun/2006)
Fonte: Escritório de EdC do Brasil.

Observa-se nos dados acima que a maioria das pessoas atendidas concentra-se na região mais pobre do Brasil (Nordeste) e que a destinação das doações refere-se ao atendimento dos direitos básicos (alimentação, educação, moradia e saúde).

Em 1992, no início da EdC, havia 5 mil pobres assistidos, número que triplicou até 2005, passando para 15 mil. Esse aumento é atribuído ao crescimento do Movimento dos Focolares, ao fato de que os membros no início sentiam-se constrangidos em solicitar auxílio e agora se sentem mais à vontade em fazê-lo e pelo agravamento da situação econômica de alguns países. A fim de conseguir atender a todos os pobres, Chiara Lubich solicitou uma contribuição financeira espontânea de todos os membros do Movimento dos Focolares, sendo que por vezes, essa doação de pessoas físicas é superior às das empresas de EdC.

Após o lançamento da proposta de Lubich, novas empresas foram criadas e outras já existentes, aderiram ao projeto. As empresas de EdC não requerem alterações em sua forma jurídica ou disposição institucional, podendo adotar diversos modelos (indústrias, prestadoras de serviço, bancos de crédito, cooperativas, etc.). Na Argentina, Brasil, Estados Unidos e Itália existem pólos industriais formados exclusivamente por empresas de EdC, que buscam funcionar como um laboratório da experiência e ao mesmo tempo forma de divulgação do projeto.

Devido às realidades sociais, culturais, econômicas e até de legislação serem diversas de acordo com o país, não há um modelo único de como se concretizar a proposta da EdC. Porém, apresentam-se algumas características e princípios que as sociedades empresariais podem assumir (FERRUCCI, 1998; ARAÚJO, 1998 E LUBICH; 2002; MOLTENI, 2002):

- tornar a empresa uma comunidade de pessoas que visa construir uma sociedade solidária aos excluídos, prioritariamente através da criação de atividades produtivas com uso intensivo de mão-de-obra e da inclusão daqueles considerados pelo sistema como não-produtivos;
- busca da eficiência e produtividade, buscando manter-se com recursos próprios;
- incentivo ao comportamento voltado à gratuidade e solidariedade e na atenção às pessoas necessitadas;
- vinculação ao Movimento dos Focolares;

- inserção na sociedade, desenvolvendo, por exemplo, ações conjuntas com prefeituras;
- distribuição da riqueza através de doações monetárias, criação de empregos, investimento em projetos de expansão, compartilhamento de experiências e patentes entre as empresas que participam do projeto e financiamento para criação de novas empresas de EdC.

Além de propor a criação de empresas de EdC, Chiara Lubich também sugeriu a construção de uma teoria econômica que embasasse o projeto. Atualmente, há diversos trabalhos de graduação e pós-graduação, além de publicações sobre o tema. No Brasil, em 2006, foi lançado pela editora da Fundação Getúlio Vargas, o livro “Economia de Comunhão:empresas para um capitalismo transformado”, escrito por Mário Couto Soares Pinto e Sérgio Proença Leitão, professores do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio. Entretanto, percebe-se que os estudos até o momento realizados, em sua maioria, têm por objetivo difundir a proposta, bem como conferir-lhe legitimidade no campo acadêmico, não havendo espaço para debate, apontamento de críticas e contradições do mesmo.

Embora a Economia de Comunhão não tenha ainda a visibilidade das ações de Responsabilidade Social promovidas por grandes corporações, trata-se de um fenômeno que merece ser compreendido, pois, reúne em si, além da questão da “nova” filantropia empresarial denominada de Responsabilidade Social, outros fenômenos contemporâneos correlacionados - a Espiritualidade nas Organizações e o Comunitarismo - à medida que tem sua origem em um movimento religioso e insere práticas religiosas no interior das empresas, bem como propõe que a empresa se torne uma comunidade para seus membros.

A Espiritualidade nas Organizações é um novo modismo na área de Gestão de Pessoas, e refere-se à adoção de práticas religiosas no interior da empresa e na propagação de uma imagem de “empresa cidadã”, a exemplo da Responsabilidade Social. Consiste em uma *visão estratégica* que busca a *integração do corpo, mente e espírito* na construção de um ambiente de trabalho melhor e do desenvolvimento humano, que promova um maior comprometimento, eficácia, melhorias na qualidade, desempenho, comunicação interna e clima organizacional (BOOG, 2005; CATANANTE, 2002; DILLY, MAINO E BOHNENBERGER, 2004).

Quanto ao Comunitarismo, trata-se de uma tentativa de resgatar o “espírito da comunidade” enfraquecido pela exacerbação do individualismo e pela fragilidade dos vínculos sociais na atualidade. Assim, o termo “comunidade” passa a ser amplamente empregado, referindo-se, entretanto, não mais a grupos aos quais as pessoas se vinculam por toda vida, mas funcionam como “comunidades-cabides”, temporárias, através das quais as pessoas vinculam-se e desvinculam-se facilmente como uma tentativa de defenderem-se, garantirem recursos através da força do número. As comunidades atuais são uma tentativa de aplacar o sentimento de insegurança e solidão sentido por muitos, à medida que a liberdade trazida pela Modernidade, só é sentida como bênção para aqueles que possuem recursos, sendo que para os demais, é vivida como uma maldição, como abandono (SENNET, 1999; BAUMAN, 2003). Tal fenômeno está presente também nas empresas, que se apresentam como comunidades, capazes de atender não apenas às necessidades de sobrevivência, mas igualmente as afetivas sociais e até mesmo espirituais de seus membros, em troca de sua total devoção.

A análise da Economia de Comunhão apresentada nessa tese foi realizada a partir das teorias das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995), buscando compreender as representações sociais que configuram a proposta da EdC, e suas repercussões sobre as relações de trabalho, subjetividade e perspectiva de mudança social.

As Representações Sociais não são, como se poderia ingenuamente pensar, cópias ou reproduções de determinada realidade física, ou social, mas são construções simbólicas que têm, contudo, um *status* ontológico em si mesmas, são como diz Moscovici (2003, p. 38) “entidades sociais em si mesmas”. Sendo uma Representação Social, a Economia de Comunhão responde a interesses específicos de determinados grupos e determinado contexto histórico: as mudanças nas relações de trabalho na era da informação e como esse modo de produção capitalista necessita se readaptar aos novos tempos. As Representações Sociais podem carregar em si uma ideologia (THOMPSON, 1995), entendida como o modo como formas simbólicas são empregadas a fim de estabelecerem e manterem relações de dominação, que também discuto e analiso nesse trabalho.

A seguir passo a detalhar a trajetória da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

2 A PESQUISA: TRAJETÓRIA E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em 2003, quando ingressei no doutorado em Psicologia da PUCRS, e me inseri no Grupo de Pesquisa “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”, havia uma mestranda e uma doutoranda realizando suas pesquisas sobre Economia Solidária. Interessei-me pelo tema, e decidi então buscar outros projetos que estavam sendo propostos para o combate ao desemprego e à pobreza.

Lembrei-me na época do projeto de Economia de Comunhão, com o qual tive um contato inicial ao ler um artigo publicado por uma colega do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS¹. Também já havia tido um contato anterior com o Movimento dos Focolares (MF) durante minha adolescência. Como conhecia superficialmente a proposta da Economia de Comunhão, entrei em contato com os dirigentes do Movimento dos Focolares de Porto Alegre, que prontamente me disponibilizaram diversos materiais (livros, periódicos) sobre o tema.

Já nas primeiras leituras, algumas questões chamaram minha atenção. Autores como Pinheiro (2000) e Mance (2004) incluíam a EdC dentre os projetos vinculados à Economia Solidária, e alguns de seus teóricos (FERRUCI, 2002; BURCKART, 2002) apontam-na como um caminho distinto do capitalismo e comunismo. Por outro lado, percebia que a mesma não rompia com aspectos centrais do capitalismo como a propriedade privada, mantendo a divisão entre trabalhadores e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação. Alguns de seus teóricos (GUI, 1998; BRUNI, 2002), afirmavam que não há oposição entre a EdC e as estruturas capitalistas. Assim, vinha-me a questão: mas que proposta é essa? Ela busca apenas “humanizar” o capitalismo ou superá-lo?

Em 2004, participei do Congresso Nacional de Economia de Comunhão, realizado no centro nacional do Movimento dos Focolares no Brasil, na Grande São Paulo. Embora soubesse da vinculação da EdC a esse movimento religioso, confesso que fiquei surpresa com as palestras e depoimentos presentes no congresso. Ao invés de apresentações sobre temas como gestão, pobreza, economia, dentre outras, as palestras se resumiam à espiritualidade do MF e mesmo as que falavam sobre a gestão das empresas de EdC, buscavam apresentá-la

¹ LIMA, M. A. Barbosa . Economia de Comunhão X Custos de Transação: uma visão das organizações imbuídas da cultura da partilha. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 12, n. 4, 1999.

como uma aplicação desses princípios religiosos. O mesmo ocorria em relação às experiências relatadas pelos empresários: seus depoimentos narravam como “amavam os inimigos”, “viviam o amor recíproco” nos relacionamentos estabelecidos com atores sociais diversos, não se referindo a modelos de gestão ou mudanças estruturais implantadas a partir da adesão à Economia de Comunhão. Chamou minha atenção também a idealização em torno do projeto, não havendo debates, posicionamentos distintos, críticas a não ser a de alguns empresários no que se refere à dificuldade para o pagamento integral dos impostos, considerada por eles inviável para a sustentabilidade das empresas no Brasil. Mesmo quando foram apresentados relatos de pesquisas acadêmicas sobre a EdC, os mesmos enfatizavam somente seus aspectos positivos.

A partir dos dados coletados nesse congresso, realizei meu projeto de tese, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética (anexo B), mas que ainda representavam um entendimento limitado da EdC. Na época minha principal questão ainda era se a EdC consistia ou não uma proposta alternativa ao capitalismo. No Exame de Qualificação, realizado em maio de 2005, a partir da contribuição dos membros da banca, Prof. Dr. Antonio David Cattani (Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS) e Profa. Dra. Carmen Lígia Iochins Grisci (Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS), passei a focar a EdC como um caso particular de Responsabilidade Social.

No decorrer da pesquisa, aprofundi o conhecimento sobre a teoria das Representações Sociais de Moscovici e percebi que a EdC constitui uma Representação Social, ou seja, um conjunto de saberes, formulado por um determinado grupo (Movimento dos Focolares) que visava oferecer um modo de compreender e atuar sobre o mundo, particularmente no que se referia às questões vinculadas às relações capital-trabalho, profundamente afetadas pela reestruturação produtiva, e o aumento da pobreza, decorrente do avanço do neoliberalismo. Desde a elaboração do projeto inicial, também esteve presente a questão de buscar identificar se a Economia de Comunhão possuía um caráter ideológico, ou seja, se era empregada para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995). Sendo assim, houve uma reformulação na questão de pesquisa que passou a ser:

- *Como se configuram as representações da Responsabilidade Social, em especial das Empresas de Economia de Comunhão, e quais suas repercussões sobre as relações de trabalho, sobre a subjetividade e sobre as perspectivas de mudança social?*

Quanto às questões que nortearam a pesquisa temos:

- Como efetivamente se concretiza o projeto de Economia de Comunhão?
- Quais as características representacionais presentes na Economia de Comunhão?
- As representações que constituem a Economia de Comunhão desempenham uma função ideológica?
- Quais as semelhanças e diferenças entre as empresas de Economia de Comunhão e às empresas capitalistas tradicionais?
- Quais as semelhanças e diferenças entre as empresas de Economia de Comunhão em relação à Economia Solidária?
- Quais as semelhanças e diferenças entre as ações de combate à pobreza propostas pelas empresas de Economia de Comunhão e os programas tradicionais de Responsabilidade Social?
- Como se configuram as relações de trabalho nas empresas de Economia de Comunhão?
- Como os trabalhadores e pobres se inserem na Economia de Comunhão?
- Qual o grau de participação dos trabalhadores nas empresas de Economia de Comunhão?
- Quais as contribuições, limitações e desafios da Economia de Comunhão para a mudança social?
- Quais as repercussões das práticas das empresas de Economia de Comunhão sobre a subjetividade de empresários, trabalhadores e pobres?

A presente tese se constitui assim num estudo de caso que buscou compreender uma experiência particular de Responsabilidade Social, a Economia de Comunhão. A escolha das empresas pesquisadas deu-se segundo critérios de acessibilidade (localizadas na região sul e sudeste do Brasil), uma vez que na época, no Rio Grande do Sul, não havia empresas vinculadas à EdC. As visitas às empresas foram realizadas durante os meses de julho de 2005 e janeiro de 2006, com tempo médio de uma semana em cada uma. Nesse período, foram feitas entrevistas individuais, semi-dirigidas, com empresários e trabalhadores. Esses últimos

foram escolhidos a partir de uma lista geral, buscando-se contemplar diversidade de gênero, tempo de empresa, cargos e setor de atuação. Por questões éticas, foram alterados os nomes, cargos e idades dos sujeitos e outras informações que permitissem sua identificação. Além disso, todos os participantes receberam uma cópia do Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas um total de 7 entrevistas com empresários e 20 com trabalhadores. O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo (anexo C).

Embora os empresários não tenham imposto restrições quanto à divulgação do nome das empresas, por questões éticas preferi utilizar nomes fictícios. Explico minha opção pelo fato de que, embora tenha explicitado os objetivos da minha pesquisa, indicando meu intuito de compreender a EdC, suas contribuições, mas também suas limitações e contradições, percebia nos empresários uma expectativa de que meu trabalho serviria como instrumento de divulgação da proposta no meio acadêmico, apresentando-a sob um prisma exclusivamente positivo. Além disso, a presente pesquisa visa apresentar a Economia de Comunhão como um todo e não se centrar nas particularidades de cada empresa. Passo, a seguir, a descrever cada uma das empresas.

A empresa Da Moda é uma confecção situada no Pólo Industrial de Empresas de EdC (Grande São Paulo). Trata-se da primeira empresa de EdC, sendo criada em 1991, dias após o anúncio do projeto por Chiara Lubich. Na época da visita, contava com cerca de 10 trabalhadores, sendo 9 mulheres. A empresa pertence a 5 sócias, sendo que apenas uma atua na empresa, fazendo a modelagem das peças, enquanto as demais, na época da pesquisa, tinham participação apenas no capital e decisões da empresa.

A Meta Metalúrgica situa-se em Santa Catarina, e possui dois sócios, sendo uma empresa familiar. Contava na época da visita com cerca de 50 trabalhadores, sendo apenas duas trabalhadoras que atuavam no setor administrativo. Produz ferramentas para os seguimentos de construção civil, marcenaria, dentre outros. A empresa foi criada em 1996, e aderiu ao projeto em 1999.

A Saúde Distribuidora de Medicamentos tem matriz no Paraná e filiais em uma cidade da Grande São Paulo e no Distrito Federal. Também é uma empresa familiar, tendo por proprietários o empresário e sua esposa. Contava na época da visita com 78 trabalhadores, havendo um equilíbrio entre o número de trabalhadores e trabalhadoras. Distribui produtos farmacêuticos para o setor público (todo Brasil) e privado (região sul). Criada em 1989, aderiu ao projeto de EdC em 1992. Já foi objeto de diversos estudos acadêmicos e costuma ser apresentada como um exemplo de empresa de EdC.

A questão de ter que me deslocar para outros Estados para realizar a coleta de dados foi uma das dificuldades encontradas na pesquisa, uma vez que só dispunha dos períodos de férias para realizar as visitas, impossibilitando um acompanhamento mais próximo e contínuo das empresas. Devido a esses fatores, optei por, na ocasião das visitas, realizar várias entrevistas, com os empresários e trabalhadores, a fim de coletar o maior número de informações possíveis, para depois transcrevê-las e selecioná-las.

Quando da visita à empresa localizada na Grande São Paulo, fui também ao centro nacional do MF no Brasil (Mariápolis Gineta), onde realizei uma pesquisa documental, coletando dados estatísticos sobre as empresas de EdC cadastradas e lucros enviados no Brasil e adquiri os Cadernos de Formação de Empresários através do Escritório Central da EdC, bem como busquei bibliografias no Centro de Estudos de EdC também lá localizado.

O *corpus* da pesquisa também foi constituído a partir de dados coletados através das participações nos Congressos Nacionais de Economia de Comunhão dos anos de 2004 e 2005, cujas palestras e depoimentos de empresários foram gravados em fita cassete e depois transcritos. Realizei ainda uma pesquisa bibliográfica de obras referentes à Economia de Comunhão (livros, periódicos sobre EdC) e consultei *websites* vinculados ao Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão (www.focolare.org; www.edc-online.org). Também me cadastrei em um grupo virtual de discussão sobre EdC, o que me possibilitou obter material sobre assuntos relacionados, solucionar dúvidas bem como compartilhar como os integrantes minhas análises a respeito do projeto. Em anexo (anexo D) encontra-se uma relação dos dados coletados.

Não foi possível entrevistar os pobres assistidos pela EdC sob a justificativa de que poderia haver constrangimento por parte dos mesmos, devido a sua situação social. Assim, as informações referentes aos mesmos foram retiradas de depoimentos publicados nos periódicos de divulgação da EdC.

Segundo Bauer e Aarts (2002), o corpus da pesquisa consiste em uma coleção finita de materiais, sendo mais importante sua representatividade quanto ao objeto da pesquisa do que a quantidade de material coletado. Desta forma, após a reunião do material coletado, proveniente de fontes diversas já citadas, procedi à seleção e organização dos mesmos. Houve dificuldade nessa fase, diante do excesso de material coletado. Desta forma, procurei selecioná-los tendo por critérios a questão de pesquisa, os objetivos da mesma, bem como a saturação dos dados. A seleção também seguiu os critérios sugeridos por Bauer e Aarts (2002): representatividade (material vinculado ao objeto de estudo); homogeneidade (sendo

que as entrevistas e palestras foram transcritas, analisaram-se apenas textos, não incluindo sons e imagens) e sincronicidade (os dados foram coletados durante um período de tempo janeiro de 2004 a junho de 2006). Cabe destacar com relação à representatividade, que dentre o material coletado, havia muitos dados que se restringiam a questões referentes à espiritualidade do MF, da qual sem dúvida é necessário ter algum conhecimento, à medida que é a base da EdC, porém que não requeria ser aprofundado. Desta forma, materiais a ela vinculados não foram analisados.

Com relação à saturação dos dados, buscou-se tipificar a variedade de representações presentes na EdC expressa em opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, crenças, práticas, dentre outros. Para tanto, foram utilizadas fontes diversas de dados que incluíssem os diversos participantes da EdC (empresários, trabalhadores, pobres, teóricos, dirigentes do Movimento dos Focolares). Entretanto, conforme será discutido no decorrer do trabalho, identificou-se no caso da Economia de Comunhão uma homogeneidade das representações, independentemente dos sujeitos pesquisados. Assim, à medida que analisava o material coletado, fui percebendo que as informações se repetiam e não surgiam informações novas. Conclui, assim, que já havia uma saturação teórica dos dados e conclui a fase de investigação.

A análise dos dados foi realizada a partir da metodologia da Hermenêutica da Profundidade proposta por Thompson (1995), devido à mesma incluir várias fases de análise e ser útil à análise ideológica. A Hermenêutica da Profundidade é constituída por três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação e re-interpretação. Na primeira fase buscou-se resgatar as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, no caso da EdC vinculadas ao capitalismo de acumulação flexível, neoliberalismo, reestruturação produtiva e responsabilidade social. Esta fase é apresentada detalhadamente no artigo teórico “Reestruturação produtiva e Responsabilidade Social: respostas neoliberais à crise do capitalismo” e retomada nos demais de forma breve.

Quanto à segunda fase, a análise formal ou discursiva, buscou-se compreender a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, padrões e relações através do método da análise de conteúdo temática, tendo por referência Bardin (2000) e Richardson et al (1999) e Gaskell (2002). Construiu-se uma matriz a partir dos objetivos da pesquisa, sendo que para cada tema foi construída uma tabela em uma coluna com os dados coletados, e em outra, os comentários, observações e interpretações. Os temas definidos a partir dos objetivos da pesquisa foram: Economia de Comunhão (definições); empresário, empresa, trabalhador, trabalho, riqueza e pobreza/pobres, mudança social,

relações de trabalho, sujeito/subjetividade. A partir dos temas principais, estabeleceram-se temas secundários que especificavam diversos aspectos incluídos nos primeiros. Foi construído, com essas informações temáticas um mapa representacional, que sugere, de forma visual, as características principais da EdC. Esse mapa é apresentado no segundo artigo da tese, denominado: “Economia de Comunhão: análise de um projeto de Responsabilidade Social a partir das teorias das Representações Sociais e da Ideologia”.

Quanto à última fase, realizou-se a interpretação/re-interpretção das informações a partir das teorias da Ideologia (THOMPSON, 1995) e das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVICHELOVITCH, 2006), bem como foram relevantes as contribuições de autores como Montañó (2003) e Demo (2003), no que se refere à questão da Responsabilidade Social e pobreza e de Sennet (1999) e Bauman (2001; 2003; 2004), para compreensão do comunitarismo. Destaco, por fim, que também se procurou estabelecer um diálogo com os participantes da EdC, enviando-se discussões referentes às análises prévias para o grupo de discussão virtual (anexo E). Esse processo foi enriquecedor para o processo de construção da pesquisa à medida que permitiu esclarecer alguns aspectos referentes às representações presentes na EdC, bem como, constitui uma forma de validação comunicativa (GASKELL, BAUER, 2002) do estudo.

A seguir esclareço como se encontra estruturada a presente tese.

3 A ESTRUTURA DA TESE

A presente tese foi redigida com base na resolução N^o 002/2004, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUCRS, que permite que a mesma seja apresentada em forma de artigos: um artigo de Revisão Crítica de Literatura e, ao menos, dois artigos empíricos, a serem encaminhados posteriormente para periódicos científicos indexados.

Primeiramente, apresento o artigo teórico intitulado “*Reestruturação Produtiva e Responsabilidade Social: respostas neoliberais à crise do capitalismo*” que traz uma revisão teórica crítica a respeito da reestruturação produtiva, destacando suas repercussões sobre os sujeitos e sobre o aumento da pobreza; bem como trato da questão do Terceiro Setor e da

Responsabilidade Social, enquanto respostas privadas, locais e funcionais ao capitalismo frente ao aumento da exclusão social. Esse artigo visa situar o leitor quanto ao contexto no qual surge a Economia de Comunhão, no sentido de resgatá-la enquanto uma construção social e histórica.

O segundo artigo é empírico e intitula-se “*Economia de Comunhão: análise crítica de um projeto de Responsabilidade Social a partir das Teorias das Representações Sociais e da Ideologia*”. Nele descrevo de forma breve a metodologia da pesquisa e, em seguida, há um referencial teórico a respeito da teoria das Representações Sociais. Depois, apresento a análise da Economia de Comunhão a partir do referencial das teorias das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995). Esta análise busca identificar as representações sociais que constituem a EdC, particularmente aquelas vinculadas às relações de produção, bem como analisar se as mesmas possuem ou não um caráter ideológico, ou seja, se são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

O último artigo também é empírico e intitula-se “A Grande Família: relações de trabalho e comunitarismo nas empresas de Economia de Comunhão”. Nele também retomo brevemente a metodologia da pesquisa e busco aprofundar algumas discussões já assinaladas no artigo anterior. Nesse sentido, foco-me na análise das representações referentes às relações de trabalho e às empresas presentes na EdC e os sujeitos por elas produzidos, associando-os ao fenômeno do comunitarismo. Por fim, discuto as representações sociais de mudança social propostas pela Economia de Comunhão e seu caráter de reforma e manutenção do *status quo*.

Após a apresentação dos três artigos, incluí um tópico referente às *Considerações Finais*. Além de fazer uma conclusão das análises apresentadas, busco, nessa parte final, apresentar uma discussão sobre quais conceitos e práticas considero necessários ao se propor alternativas que promovam uma transformação social, em particular no que se refere ao contexto do trabalho, que favoreça a concretização de uma sociedade solidária. Nessa discussão arrisco fazer algumas sugestões sobre em quais os aspectos a Economia de Comunhão necessita avançar se deseja efetivamente construir uma proposta pautada na gratuidade, reciprocidade e na partilha.

Por fim, em anexo, o leitor encontrará informações complementares que auxiliam na compreensão da construção da pesquisa e seus resultados: projeto de tese, o parecer de aprovação do Comitê de Ética, roteiros das entrevistas, lista de dados coletados e validação comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e Comportamentos Sociais. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p. 9-20.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BAUER, Martin; AARTS, Bas A Construção do Corpus: um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.39-63.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOOG, Gustavo. Espiritualidade nas Empresas. **Carreiras**. Disponível em: <http://carreira.empregos.com.br/comunidade/rh/colunistas/150202-boogespiritualidadenasempreas.htm>. Acesso em: 03 out. 2005.

BRUNI, Luigino. Rumo a uma Racionalidade Econômica Capaz de Comunhão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 41-66.

BURCKART, Hans. Desenvolvimento Sustentável e Gerenciamento Empresarial: Elementos Para um Novo Paradigma de Gestão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 67-87.

CATANANTE, Bene. Espiritualidade no Trabalho. In: BOOG, Gustavo; BOOG, Margarida. **Manual de Gestão de Pessoas e Equipes**. São Paulo: Gente, 2002, p. 515-531.

DILLY, Eliete Kuranth, MAINO, Joelma Rejane. BOHNENBERGER, Maria Cristina. A Influência da Espiritualidade na Gestão das Empresas no Século XXI. In: ARAUJO, Margarete Panerai. (org). **Responsabilidade Social como Ferramenta de Política Social e Empresarial**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a Economia de Comunhão. In: COSTA, Rui. et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p. 69-92.

FERRUCCI, Alberto. Uma Dimensão Diferente da Economia: a Experiência Economia de Comunhão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 31-40.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.64-89.

GASKELL, George; BAUER, Martin. Para uma Prestação de Contas Pública: Além da Amostra, da Fidedignidade e da Validade. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 470-490.

GUI, Benedetto. Empresa e Economia de Comunhão: Algumas Reflexões. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p.93-106.

HARVEY, David. (1996). **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Knowledge in Context: Representations, Community and Culture**. London: Routledge, 2006.

LUBICH, Chiara. A Experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma Proposta de Agir Econômico. In: BRUNI, Luigino. (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p.13-19.

MANCE, Euclides (1999). **A Colaboração Solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe**. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa2.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2005

MARKOVA, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais: As Dinâmicas da Mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOLTENI, Mário. Problemas de Desenvolvimento das Empresas de “Motivação Ideal”. In BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão**: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 89-110.

MOSCOVICI, Senge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MSHANA, Rogate R. **The Economy of Communion and Justice**: a Suggestion. Disponível em <<http://www.edc-online.org/testi-e.htm>> . Acesso em 15. Nov. 2004.

PALHARINI, Francisco de A. Anotações para uma Discussão Sobre a Filosofia da ‘Qualidade’ e suas Repercussões na Psicologia”. **Revista do Departamento de Psicologia UFFF**, v.7, n. 2-3, p.124-134, 1995.

PINHEIRO, Márcia. B. Economia de Comunhão: uma Experiência Peculiar de Economia Solidária. In. SINGER, P.; Souza, A.R. (org). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.333-351.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

QUANTO VALE ou é Por Quilo? Mais Valem Pobres na Mão do que Pobres Roubando. Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Patrick Leblanc e Luís Alberto Pereira. Riofilme, 2005. 1 filme (104 min.), son, color. 35 mm. 2006

SANTOS, Boaventura de Souza. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO, São Paulo, mar 1998.

SENNET, Richard. **A Corrosão do Caráter**: Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

PRIMEIRO ARTIGO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: respostas neoliberais à crise do capitalismo

Nesse artigo teórico apresento uma revisão teórica crítica a respeito da reestruturação produtiva, destacando suas repercussões sobre os sujeitos e sobre o aumento da pobreza; bem como trato da questão do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social, enquanto respostas funcionais ao capitalismo frente ao aumento da exclusão social. Esse artigo visa situar o leitor quanto ao contexto no qual surge a Economia de Comunhão, no sentido de resgatá-la enquanto uma construção social e histórica.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: respostas neoliberais à crise do capitalismo

Resumo: Esse artigo apresenta uma revisão teórica crítica da reestruturação produtiva, em curso a partir de 1970, apontando suas características e conseqüências sociais e repercussões sobre a subjetividade. Discute ainda a questão do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social que, para além de serem tentativas de atenuar as mazelas sociais decorrentes, dentre outros fatores, das mudanças no mundo do trabalho, constituem, assim como a reestruturação produtiva e a contra-reforma do Estado, um dos tripés do neoliberalismo. Embora possa se identificar aspectos positivos nas ações de Responsabilidade Social no sentido de oferecer melhorias imediatas nas condições de vida das populações atendidas, há que se estar atento também para outras conseqüências a longo prazo e mais profundas como a minimização da atuação do Estado na questão social e a despolitização do debate e das ações referentes à mesma, bem como o aumento da dependência da sociedade em relação ao mercado, embora sob um discurso de valorização da sociedade civil.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva, Responsabilidade Social, neoliberalismo, subjetividade e pobreza.

PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND SOCIAL RESPONSIBILITY: neoliberal answers to the capitalism crisis

Abstract: This article presents a critical and theoretical revision of productive restructuring, current since 1970, showing its characteristics and social consequences, and repercussions on subjectivity. Yet, it discusses the matter of the Third Sector and Social Responsibility that, beyond being attempts of minimizing social problems originated, among other factors, in the changes in the world of work, together with productive restructuring are part of the neoliberal tripod, diminishing the State's performance in the social matter, and depoliticizing the debate and actions referring to this matter, as well as increasing society's dependence in relation to the market, although under a discourse of value of the civil society.

Key-words: Productive restructuring, Social Responsibility, neoliberalism, subjectivity and poverty.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: respostas neoliberais à crise do capitalismo

INTRODUÇÃO

Em sua fase atual, denominada por Harvey (1996) de *capitalismo de acumulação flexível* e por Bauman (2001) de *Modernidade Líquida*, o capitalismo caracteriza-se pelo individualismo, fragilidade dos vínculos sociais, fim das utopias, fluidez, deslocamento da produção para a especulação financeira e mudanças nos modelos de gestão, passando do taylorismo-fordismo para o toyotismo. Se por um lado, o capitalismo trouxe avanços econômicos e tecnológicos à sociedade, por outro, esses não são acessíveis, nem promoveram um desenvolvimento humano integral. Ao contrário, o que se observa é a acentuação das desigualdades sociais e a degradação ambiental, dentre outras conseqüências nefastas.

O neoliberalismo constitui o modelo de ajuste da economia proposto nessa nova fase, desdobrando-se em três frentes articuladas (MONTAÑO, 2003; PALHARINI, 1995):

- reestruturação produtiva: caracterizada pela precarização das condições de trabalho, desemprego, etc.
- (contra) reforma do Estado: que visa especialmente a desresponsabilização estatal e do capital sobre a questão social. O Estado deve ser fraco no que se refere às políticas sociais e forte para promover as reformas (tributárias, previdenciárias, da legislação trabalhista, etc) que atendam aos interesses corporativos;
- transformação da sociedade civil em Terceiro Setor: a questão social passa a ser responsabilidade da sociedade, o que na prática, corresponde a delegá-la ao Terceiro Setor, que assume um papel de gestor, uma vez que, não raro, os recursos financeiros continuam a vir do Estado. Passa-se de uma arena de lutas para a proposição de auto-respostas isoladas à questão social abandonada pelo Estado.

Essas três frentes promovem o aumento do poder do capital e de sua capacidade de exploração e acumulação. Entretanto, para legitimar-se, o discurso apresentado é de que há um fortalecimento da sociedade civil e um incentivo ao indivíduo empreendedor, livre, autônomo, “dono de seu próprio destino”. Como será discutido nesse capítulo, essa liberdade e independência são vivenciadas por uma parcela mínima da população, dotada de recursos (financeiros, conhecimento, etc). Já para a maioria, tal cenário gera medo e insegurança, uma vez que os sujeitos ficam expostos a sua própria sorte, devido ao desemprego, precarização das condições de trabalho e a desresponsabilização do Estado no que se refere à questão social.

Essas transformações implicaram ainda no aumento do poder das empresas: anteriormente consideradas lugares de dominação e alienação, e que hoje são vistas como instituições de excelência, cujos modelos de gestão devem ser imitados por governos, igrejas, escolas, etc. Igualmente, o empresário deixa de ser visto como “explorador” e passa a ser o “empreendedor” e solucionador dos problemas sociais através das ações de Responsabilidade Social.

Esse artigo apresenta e analisa o tripé neoliberal anteriormente citado. Primeiramente, será discutida a questão da reestruturação produtiva e suas repercussões sobre a subjetividade e o aumento da pobreza. Depois será abordada a questão do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social, relacionadas ao fenômeno da contra-reforma do Estado, gerando sua minimização, e transformação ideológica da sociedade civil em Terceiro Setor.

1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, GESTÃO DE PESSOAS E SUBJETIVIDADE

O modelo taylorista-fordista constituiu a base de um longo período de expansão capitalista. Porém, nos meados de 1960 começaram a surgir indícios de sua crise, sendo que o período entre 1965 e 1973, indicou sua incapacidade de conter as contradições do capitalismo, de atuar como forma de organização do trabalho, bem como de agir como modo de regulação econômico-social-subjetiva. Tal crise, porém, não desencadeou o fim do capitalismo, mas ao contrário, revelou mais uma vez sua versatilidade, dando origem a uma nova fase denominada por Harvey (1996) de *capitalismo de acumulação flexível* e por Bauman de *Modernidade Líquida* (2001).

Segundo Aktouf (2004), os meios oficiais (FMI, Banco Mundial, dentre outros) consideram que tal situação é fruto de uma crise do lado da oferta, e os culpados por isso são o trabalho e o Estado. Sendo assim, a “solução” reside em implantar novos modelos de gestão flexível que aumentem a produtividade com custos menores, proporcionando uma maior acumulação de capital, atrelado ao combate aos sindicatos, eliminação da necessidade de força de trabalho e barateamento da mesma; combate ao Estado, restringindo sua ação sobre o mercado e reduzindo investimentos em políticas sociais. Sob essa perspectiva, em nenhum momento, o capitalismo e seus representantes são apresentados como responsáveis por tal crise, mas ao contrário, são vistos como salvadores que atuam através de seus programas de reengenharia, qualidade, responsabilidade social, dentre outros.

A flexibilidade e mobilidade desse modo de organização do trabalho possibilitou uma maior pressão e controle dos gestores sobre os trabalhadores, enfraquecidos pelo altos índices de desemprego, rápida destruição e reconstrução de competências, ganhos modestos de salários reais e redução do poder sindical (HARVEY, 1996).

O Marxismo já assinalara que a população trabalhadora excedente não é apenas produto necessário à acumulação e desenvolvimento da riqueza do capitalismo, mas é sua alavanca e condição para sua existência. É sabido que a essência da acumulação do capitalismo consiste na extração de um trabalho excedente, em obrigar o trabalhador a despender sua força de trabalho além das necessidades de sua própria reprodução, uma vez que não possui os meios de produção. Para Aktouf (2004) e Bauman (2001), a diferença entre os períodos anteriores do capitalismo e o atual é que esse valor excedente relativo é buscado através da redução do tempo e do valor do trabalho. Reengenharia, *downsizing*, fusões, dentre outras ações, buscam a compressão continuada do fator trabalho que ocorre em dois níveis: coletivo (redução maciça dos efetivos) e individual (os que permanecem devem alcançar níveis mais elevados de produtividade que compensem a ausência dos demais).

No modelo atual de gestão, a mais-valia não se baseia apenas na quantidade de trabalho, mas a ela são somados outros elementos como a gestão do capital do conhecimento, a participação, o comprometimento, a disciplina coletiva, o aprisionamento da subjetividade que adquirem uma importância determinante na produtividade do capital. Ou seja, a amplitude das zonas de lucro capitalista não é estabelecida pela simples extração do tempo de trabalho, mas é fruto de agenciamentos complexos referentes à formação, à inovação, às estruturas internas, às relações sindicais, dentre outras (BAUMAN, 2001; GUATTARI,

1977). Gera-se o que Bourdieu (2003) denomina de *flexploração*, que consiste em uma gestão racional dos Recursos Humanos, obtida através do medo e da insegurança.

Em concordância, com os autores, citados acima, Aktouf (2004) considera que o modelo de gestão flexível promoveu a busca por uma “mais valia da manipulação” da subjetividade e das energias libidinais, que como o próprio nome indica, implica em refinar os modos de manipulação dos trabalhadores, promovendo a modificação de valores, crenças, representações mentais, símbolos, imagens de si, ideal do “eu”, identidade, dentre outros. Pede-se ao trabalhador que confunda seu próprio ideal do “eu” com o ideal da organização, alterando suas percepções acerca do seu trabalho, da empresa e da chefia.

Nesse cenário, a Gestão de Recursos Humanos ganha destaque e passa do papel de coadjuvante a uma posição estratégica. A questão da manipulação simbólica é expressa no próprio vocabulário dessa área: de Recursos Humanos passa-se a falar em Gestão de Pessoas, Gestão com Pessoas; e os trabalhadores deixam de ser chamados de empregados para serem denominados de colaboradores. O discurso oficial é de que tais modificações querem assinalar a valorização do “capital humano”.

As correntes da excelência, do simbolismo, da qualidade total acreditaram que conseguiram superar as limitações das correntes anteriores (motivação, relações humana) através de uma relação de apropriação abstrata (simbólica) entre o trabalhador e a empresa, sem que fosse necessária nenhuma alteração no que se refere ao plano material-concreto e simbólico da assimetria do poder, referente à partilha do lucro, autoridade, decisão, propriedade, capacidade de influência na destinação e utilização dos ganhos obtidos (AKTOUF, 2004).

A apologia à flexibilização expande-se para além das organizações, gerando um sujeito igualmente flexível e mutável ao sabor das demandas do mercado. Segundo Rolnik (1997), o capitalismo contemporâneo produz modos de subjetivação que geram “toxicômanos de identidade”, ou seja, sujeitos que buscam, no consumo de inúmeras identidades, nos *kits* de perfis-padrão ditados pelo mercado, minimizar a sensação de vazio e o medo da exclusão. A perseguição à excelência, que nunca é plenamente alcançada, é a sina de todos dentro da organização. Cria-se a mentalidade de que é preciso estar aberto às mudanças e ao risco, e que opor-se a ele, almejar alguma estabilidade é sinal de fraqueza, de conformismo, de morte. Porém, o que se percebe é que estar permanentemente em risco é mais deprimente do que promissor, pois implica em um estado de vulnerabilidade constante, em que há mais perdedores do que vencedores (SENNET, 1999; FREITAS, 2000).

Se o discurso vigente apresenta o fim da burocracia rígida e o advento da flexibilidade como geradoras de maior liberdade às pessoas, o que se percebe é que a nova ordem impõe novos controles, mais sutis e difíceis de serem entendidos. Ao buscar a diferença, o sujeito torna-se cada vez mais parecido, uma vez que os modelos propostos são homogeneizantes. Assim, produz-se uma sociabilidade autoritária na qual não são aceitas diferenças.

As conseqüências dessa sociedade pautada no Individualismo², na busca desenfreada pela produtividade e eficácia, e no predomínio da lógica técnica e dos imperativos financeiros obviamente não se limitam à questão da subjetividade, trazendo por conseqüências a degradação ambiental e o aumento da pobreza, comprometendo a vida no planeta em todos os sentidos, conforme será discutido a seguir.

O cenário atual é caracterizado pelo aumento das desigualdades sociais, indiferença diante do sofrimento alheio, a degradação dos laços sociais e do meio ambiente; redução salarial, declínio da seguridade nacional, endividamento crescente, insegurança, stress, desconfiança, dentre outros. Assim, percebe-se que a produtividade e a eficiência propagados pelo *management* se restringem aos domínios das empresas, gerando ao seu redor um cenário de desigualdades e exclusão (CHANLAT, 1999; DEMO, 2003; GUATTARI, 1977; HARVEY, 1996; PAUGAM, 2004)

A amplitude do crescimento da pobreza afetou a sociedade, tornando-se a “nova questão social” ameaçadora da ordem e coesão social. A desqualificação profissional torna-se fonte de angústia coletiva devido ao aumento daqueles que passam a fazer parte da categoria “pobre”, ou dos que temem nela ingressarem (PAUGAM, 2004). Diante de tal cenário desalentador e que não pode ser negado, emergem críticas e questionamentos à lógica capitalista e a exigência da construção de uma nova forma de organização social.

Assim, surgiram diversas alternativas de modelos econômicos, que recebem denominações distintas, tais como economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, empresa social, economia do trabalho emancipado, sistemas locais de troca, sistemas comunitários de intercâmbio, sistemas de microcrédito e economia solidária (ARRUDA, 2003; CEDACNET, 2004; MANCE, 2004). Tais propostas têm em ponto comum a crença de que “um outro mundo é possível”, através do desenvolvimento de uma economia baseada em valores como ética, solidariedade, cooperação, socialização dos meios de

² Individualismo: cosmovisão que sustenta o capitalismo. Sua visão de ser humano é de um indivíduo isolado, separado dos demais, o que leva a considerar a sociedade como sendo a soma de indivíduos. O modelo de sociedade proposto é o Capitalismo Liberal e as relações são de competitividade entre as pessoas, o que leva a exclusão. A competitividade é apresentada como o único meio de se gerar o progresso (Guareschi, 2004).

produção, inclusão social e na qual o capital esteja a serviço do atendimento das necessidades humanas. No momento, não se pode afirmar que as iniciativas produtivas não capitalistas sejam um novo modo de produção. Ao contrário, a viabilidade dessas propostas alternativas encontra-se, a curto e médio prazo, em conseguir sobreviver no contexto capitalista.

Para Montañó (2003), se na época do capitalismo monopolista, a estratégia utilizada para desacreditar as críticas a esse sistema era o argumento de que o mesmo não precisava ser superado, pois era capaz de gerar bem-estar a todos, no capitalismo flexível, a estratégia passa a ser a desmobilização e resignação, obtida através de mecanismos ideológicos. A globalização e as transformações neoliberais são apontadas como naturais e imutáveis. Tais mecanismos visam desacreditar as propostas alternativas, os horizontes utópicos e reforçar a “ideologia do possibilismo” segundo a qual o capitalismo é apresentado como única via, restando apenas “humanizá-lo”.

Assim, nessa perspectiva do “possibilismo”, surge, no próprio seio do capitalismo, tentativas de atender a questão crescente da pobreza. Dentre essas propostas, destaco a Responsabilidade Social que será discutida a seguir. A mesma tem por protagonista um ator social inusitado: o empresariado. Se o mesmo, nos tempos do embate entre capitalismo e socialismo, costumava ser apontado justamente como promotor das mazelas sociais, hoje é posto como herói da humanidade, capaz de resolver problemas econômicos e sociais.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL: A RESPOSTA NEOLIBERAL À QUESTÃO DA MISÉRIA E DA EXCLUSÃO

Ações que nascem no seio do capitalismo numa tentativa de amenizar suas mazelas não são novidades, sejam aquelas que tem por protagonista o Estado ou os empresários. Segundo Bresciani (1997), o século XIX foi pródigo na produção de ações filantrópicas e caritativas. Construiu-se todo um arsenal de práticas com o objetivo de acalmar e domar a população faminta, tais como *workhouses* para os desempregados, projetos de renda mínima, substituição de máquinas por indigentes, dentre outras. Karkotti e Aragão (2004), citam A. Carnegie, fundador do conglomerado *U.S. Steel Corporation*, que em 1899 propunha que os empresários ajudassem desempregados, idosos, inválidos através de uma contribuição, definida individualmente. Nesse contexto, os ricos eram vistos como zeladores da riqueza da

sociedade, tendo por missão aumentá-la. Essa “missão” encontrava respaldo no que Assmann e Hinkelammert (1989) denominam de “religião econômica”, segundo a qual, o que antes era considerado pecado (competição, desigualdade, egoísmo, etc) passa a ser apresentado como virtude, como motor da sociedade: o capitalista deve buscar o interesse privado, deve enriquecer, para poder ter o que “oferecer” à sociedade. Demo (2003) acrescenta exemplos mais recentes, como o Estado de Bem-Estar, que durou cerca de 30 anos e restringiu-se aos países centrais; e os pacotes de benefícios oferecidos pelas organizações que incluem refeitórios, clubes, auxílio-educação, dentre outros.

Na atualidade, embora ainda estejam presentes as ações filantrópicas tradicionais como as citadas acima, ganham espaço os fenômenos da Responsabilidade Social e do Terceiro Setor. A imagem que buscam construir é a de práticas que resgatam a cidadania de seus beneficiários e de uma “profissionalização da caridade” pautada na lógica empresarial. Exemplo disso é que à semelhança dos programas de Qualidade Total surgiram instrumentos para padronizar e certificar as práticas de Responsabilidade Social das empresas tais como a SA 8000, AA 1000, *Global Compact* e Balanço Social.

2.1 O QUE É RESPONSABILIDADE SOCIAL?

Antes de prosseguir, é necessário conceituar Responsabilidade Social. A mesma é definida por seus idealizadores como um comportamento ético, responsável, estratégico, pautado na reciprocidade, que a organização visa estabelecer com seus *stakeholders*, (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, concorrentes, governos, sociedade) (KARKOTTI e ARAGÃO; 2004).

O quadro a seguir, apresenta as relações entre a empresa e os chamados *stakeholders*:

Parceiros	Contribuições	Demandas Básicas
Acionistas	Capital	Lucros, preservação do patrimônio.
Empregados	Mão de obra, criatividade, idéias, tempo.	Remuneração justa, participação nos resultados, condições adequadas de trabalho, segurança, saúde e proteção, reconhecimento e realização pessoal, liberdade de associação (sindicatos), gestão participativa, extinção do trabalho infantil e escravo.
Fornecedores	Mercadorias	Respeito aos contratos, negociação leal, parceria.
Clientes	Dinheiro	Segurança, boa qualidade dos produtos e serviços, preço acessível, atendimento de necessidades/desejos.
Concorrentes	Competição, referencial de mercado	Lealdade na concorrência, propaganda honesta.
Governo	Suportes institucional, jurídico e político.	Obediência às leis, pagamento de tributos, contribuições para campanhas políticas, práticas anticorrupção e propina, participação em projetos sociais do governo.
Grupos e movimentos	Aportes socioculturais diversos	Proteção ambiental, respeito aos direitos das minorias, respeito aos acordos sindicais.
Comunidade	Infra-estrutura	Respeito ao interesse comunitário, contribuição para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, conservação dos recursos naturais, participação em projetos comunitários, etc.

Quadro 1: Relações entre as empresas socialmente responsáveis e seus stakeholders
 Fonte: Aragão apud Karkotti e Aragão (2004); Instituto Ethos (2004).

Uma leitura rápida do quadro acima talvez leve o leitor a imaginar uma sociedade ideal, harmoniosa, na qual os diversos atores interagem, em relações recíprocas e simétricas, através da quais todos têm suas necessidades satisfeitas. Porém, um olhar mais atento pode gerar perplexidade e questionamento, uma vez que as ações citadas não implicam avanços no que a legislação prevê, bem como não representam mudanças profundas nas relações de trabalho e na estrutura das empresas. Assim, ao que parece, quando o que deveria ser exceção virou regra, o que deveria ser regra é apresentado como virtude. Ou seja, apresenta-se como responsabilidade social e diferencial competitivo, ações que são deveres das organizações e direitos daqueles com os quais ela se relaciona.

Seguindo a mesma visão estratégica, a Riqueza na Base da Pirâmide proposta por Prahalad (2005) propõe que a pobreza seja combatida através da criação de empresas que ofereçam produtos e serviços direcionados às populações de baixa renda e que promovam o

chamado desenvolvimento sustentável. Por trás da proposta, encontra-se o reforço da lógica segundo a qual ser cidadão corresponde a ser consumidor, ou seja, "consumo, logo existo" e a descoberta, diante de um mercado competitivo e restrito, de um novo nicho de mercado: classes populares que ainda têm algum poder de consumo. A empresa brasileira Casas Bahia é citada pelo autor como exemplo de aplicação de sua proposta.

Conforme aponta Freitas (2000), o atual resgate da ética advém de uma necessidade do próprio capitalismo: a liberdade total dada ao mercado estava acentuando de tal modo o darwinismo econômico e social que o jogo estava ameaçado de não prosseguir. Fez-se então necessário estabelecer algumas regras e garantir o mínimo de civilidade e confiança. Além disso, ser ético passou a ser considerado rentável tanto no que se refere à conquista da fidelidade dos consumidores como para a maior dedicação dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o discurso ético é um discurso instrumental, uma vez que se torna um meio para alcançar o principal objetivo da empresa capitalista: o lucro.

A compreensão do fenômeno da Responsabilidade Social requer que se defina o contexto no qual a mesma surgiu e que foi apontado brevemente no item anterior: o capitalismo de acumulação flexível.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E NEOLIBERAISMO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Conforme apontam Montaño (2003), Poli (2002) e Santos (1998) a demanda atual por solidariedade e cidadania surge quando os governos dos anos 90 são impelidos pelo neoliberalismo, a livrar-se dos investimentos em obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais.

Nesse contexto, o neoliberalismo, busca justificar a necessidade da Responsabilidade Social através de argumentos como o apresentado por Bruni (2005) que considera que a globalização torna inviável a permanência do Estado do Bem-estar Social e a perpetuação do mecanismo segundo o qual a empresa produz e o Estado distribui, uma vez que as empresas movem-se continuamente, de acordo com seus interesses. Logo, da afirmação do autor, pode-se concluir que se não cabe ao Estado realizar tal papel o mesmo deve ser delegado às próprias organizações que devem incumbir-se de, ao mesmo tempo, gerar e distribuir a riqueza.

Em continuidade com essa argumentação, Cortina (apud SUNG, 2002) afirma que estamos na “época gerencial”, na qual a empresa apresenta-se como modelo para as demais organizações. A autora chega a afirmar que não se deve esperar que a sociedade, ou o Estado apresentem soluções para os problemas sociais, mas que resta apenas aceitar a transformação proposta pelas organizações, a “salvação” vinda das empresas, atribuindo às mesmas um papel messiânico.

As afirmações de Bruni (2005) e de Cortina (apud SUNG, 2002) remetem a um dos argumentos centrais que buscam legitimar tanto a Responsabilidade Social quanto o Terceiro Setor: o Estado além de falido não tem competência para atuar nas questões sociais. Assim, ele deve delegar tal responsabilidade à “sociedade civil”, entendida como sinônimo de fundações, empresas-cidadãs e ONGs, uma vez que estas possuem profissionalismo, competência para tratar de tais questões.

Aktouf (2004) e Chanlat (1999) destacam que o discurso da empresa-cidadã surge justamente num período em que nunca foi dado tanto poder às empresas e ao *business*, no qual se observa um verdadeiro culto à empresa e a influência crescente do pensamento empresarial sobre as pessoas. Busca-se racionalizar todas as esferas da vida social através dos conceitos de gestão. A esse respeito Freitas (2000: 67) observa:

As organizações modernas se apresentam não só como modelo a ser seguido pelas demais instituições sociais, mas também como guardiãs dos mais altos valores sociais e da moralidade pública. E como guardiãs da honestidade, do respeito, da seriedade, da transferência, da dignidade, responsáveis por uma missão nobre, elas assumem ares de santidade. A megalomania parece ser o pecado mais freqüente das organizações; elas não se contentam em corrigir o erro e procuram apagar o passado, impedindo assim a aprendizagem que a crítica e a reflexão podem gerar.

Montaño (2003) elenca outros argumentos apresentados em favor do Terceiro Setor e que podem ser estendidos à Responsabilidade Social, uma vez que são fenômenos contemporâneos e complementares:

- rompem com o paternalismo estatal e apresentam novas formas de solidariedade e associativismo;
- promovem um desenvolvimento democrático, fortalecem a sociedade civil;
- promovem a formação de laços de solidariedade local e voluntário.

Os argumentos citados apresentam o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social sob um prisma exclusivamente positivo e como um avanço em direção a uma sociedade civil fortalecida e mais solidária. Porém, o que se percebe é que o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social não estão à margem da lógica do capitalismo e do lucro privado, mas são fundamentais à nova estratégia hegemônica do capital, não sendo, portanto, projetos alternativos, mas integrados ao sistema. O destaque e valorização dos mesmos encobrem o principal debate a ser travado: a desregulação da relação capital-trabalho, precarização do trabalho e do sistema de proteção social. A contradição encontra-se no fato de que, ao mesmo tempo em que apresentam o discurso da Responsabilidade Social, empresários, juntamente com o governo, buscam meios “legítimos” para abolir garantias sociais (MONTAÑO, 2003; POLI, 2002).

Segundo Santos (1998), a ênfase atual sobre o Terceiro Setor é fruto do vazio de sentido provocado pela crise do reformismo social e do Estado-Providência, bem como do socialismo. O autor também alerta para o risco de que, nesse contexto, o Terceiro Setor não seja apreciado por seus valores (cooperação, solidariedade, participação, equidade, transparência, democracia interna), mas por atuar como um amortecedor das tensões originadas pelos conflitos políticos decorrentes do ataque neoliberal às conquistas políticas dos setores progressistas e populares obtidas no período anterior.

A racionalidade econômica dos interesses privados é o principal motor da filantropia empresarial e não o compromisso ético com a sociedade. Não é de se estranhar, nesse sentido, que as ações de Responsabilidade Social costumem ser coordenadas pelo departamento de Marketing (DEMO, 2003; POLI, 2002).

Freitas (2000) e Sung (2002) questionam as ações e a própria denominação de “empresas cidadãs”. Para os autores, as empresas, na perspectiva capitalista, têm por objetivo o lucro e não a satisfação das necessidades humanas. Já o conceito de cidadania visa à superação de interesses particulares em favor do bem comum, o respeito aos direitos do outro, a participação dos atores sociais no debate político a respeito dos rumos da cidade e nação. A empresa corresponde a interesses privados, enquanto a cidadania remete a interesses coletivos. O discurso da empresa cidadã não foge a esse padrão: por detrás da “ação social” há o objetivo de alcançar interesses privados, como a conquista dos consumidores, fortalecimento da marca, etc. As empresas deveriam assumir, portanto, que o discurso ético é um instrumento de gestão e de convencimento.

A “consciência cidadã” que as ações de Responsabilidade Social afirmam desenvolver nos empresários exclui a discussão e questionamento do processo produção da pobreza, e, ao contrário, apresenta uma visão segundo a qual riqueza e pobreza são fenômenos independentes. Assim, atribui os méritos da primeira, avanço tecnológico às organizações, ao mercado, enquanto a fome, a miséria, a degradação ambiental são atribuídas à ineficiência do Estado ou dos sujeitos. A maximização do lucro não é vista como contrária à justiça social, mas é preciso fazer o bolo crescer para então distribuí-lo: o interesse privado é o meio para alcançar o interesse social. Busca-se não superar o capitalismo, mas criar um “capitalismo civilizado”. Carecem, portanto, do que Demo (2003) chama de pobreza política a medida que apresentam uma visão limitada, reificada e naturalizada das desigualdes sociais.

Conforme já citado, a questão social, no projeto neoliberal, deixa de ser responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio do conjunto da sociedade, passa a ser de responsabilidade dos próprios sujeitos excluídos e da ação filantrópica voluntária de organizações e indivíduos. Nesse cenário, o Estado é convidado a se retirar não apenas da arena econômica, mas também da arena social, devendo ser mínimo em todas as esferas. Sua função passa a ser prover serviços sociais que as empresas não desejem oferecer, por não considerá-los lucrativos, e assegurar um ambiente propício à prosperidade das mesmas, possibilitando que se mantenham competitivas e se tornem um modelo a ser seguido pelas demais organizações. Desta forma, o Estado se livra das pressões sociais por serviços de qualidade. As instituições voltadas para a filantropia empresarial evitam o debate sobre as decisões governamentais com exceção apenas dos casos vinculados a seus interesses econômicos e financeiros (DEMO, 2003; FREITAS, 2000; MONTEÑO, 2003, SANTOS, 1998).

Monteño (2003) contesta os argumentos de que o fortalecimento do Terceiro Setor deve-se a sua eficiência e aponta o seu caráter político e ideológico. A retirada da dimensão de direito universal do cidadão e a precarização das políticas sociais geram uma cultura de auto-responsabilização pelas mazelas que afetam a população; e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento, desonerando o capital de responsabilidade, ao mesmo tempo em que cria um novo negócio lucrativo.

O debate do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social retira o Estado, o mercado e a produção da arena das mesmas lutas que ocorrem na sociedade civil, desconsiderando o Estado Democrático e de Direito (manutenção e ampliação de conquistas trabalhistas, políticas, econômicas e sociais) como horizontes particulares das lutas naquela esfera social.

A perspectiva apresentada é não-classista, não-política e de harmonia, negociação entre os diferentes setores. A democracia popular solidária é substituída pela solidariedade privada; os movimentos sociais são estigmatizados, enfraquecidos e substituídos por ONGs identidades superclassistas, que estabelecem “parcerias” e articulações entre o capital e o Estado, e cujas demandas não surgem diretamente da população, mas de acordo com as condições, interesses de financiamento das entidades e fundações. Ou seja, são apenas aceitos aqueles que propõem ações harmônicas, de “parceria”, enquanto os que propõem mudanças sociais profundas são desacreditados. Tem-se um deslocamento do ativismo político, presente nos movimentos sociais para o ativismo civil, para a solidariedade social. Tais ações naturalizam a pobreza, silenciando sua origem, dispensando o Estado de suas responsabilidades e privatizando o público (DEMO, 2003; MONTEÑO, 2003).

O termo solidariedade recorrente nos discursos do Terceiro Setor e de Responsabilidade Social pode ser entendido como um direito e/ou uma obrigação. Enquanto direito, a solidariedade adquiriu a conotação de disposição (atitude interna) altruísta (apolítica), unificadora da sociedade, voluntária (espontânea) de um indivíduo, organização ou empresa e quase um sinônimo de cidadania. Nesse caso, aquele que requer a ação solidária depende da boa vontade e da sensibilidade de outrem, e deve se resignar e contentar-se com o que recebe. Já enquanto obrigação, a solidariedade se refere a uma atividade compulsória, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição geral (por exemplo, o Estado). Nessa segunda perspectiva, a solidariedade é constitutiva do direito social, assim, quem a recebe tem o direito de obtê-la. A noção de direitos, ao contrário, cria comunidades políticas que debatem e refletem sobre si mesmas e que não se submetem à aleatoriedade das necessidades e conveniências que vêm de fora, por mais compensatórias e admiráveis que sejam (SILVA,2006;MONTAÑO, 2003; POLI, 2002).

Assim, a nova resposta à questão social proposta pelo neoliberalismo pretende acabar com a condição de direito às políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso com base na solidariedade e responsabilidade social e diferencial (cada um contribui de acordo com sua capacidade econômica). A nova resposta é moldada de acordo com o poder aquisitivo de cada um: quem tem dinheiro recorre aos serviços privados de educação, saúde, previdência e os demais ficam à mercê das atividades filantrópicas. As políticas sociais passam a ser privatizadas, focalizadas e descentralizadas administrativamente e assim, tem-se um agravamento da precariedade das políticas sociais e não uma solução,

como apontam os defensores do Terceiro Setor e da Responsabilidade Social (MONTAÑO, 2003).

Outra crítica comum é a de que agências governamentais e não governamentais, por vezes, se apropriam do processo em prol de seus interesses particulares que nada tem a ver com as mudanças sociais que beneficiariam a comunidade. O trabalho psicossocial de fortalecimento tem de estar em função dos interesses da comunidade e ser levado a cabo com esta. É um equívoco utilizar tal termo para designar intervenções que atendem interesses alheios à comunidade e que reforçam o clientelismo e a exploração (MONTERO, 2003).

As ações do Terceiro Setor e das empresas de Responsabilidade Social são tidas como “voluntárias”, assim, não cabe ao Estado e à sociedade fiscalizar e regulamentar tais ações, uma vez que estão “assumindo algo que não lhes diz respeito”, “que seria responsabilidade do Estado”, reforçando a visão da ineficiência do Estado. Esse torna-se cúmplice, pois não reclama, mas incentiva essa desregulamentação através de benefícios fiscais e repasse de recursos.

Assim, a democratização proposta pela Responsabilidade Social e o Terceiro Setor, contraditoriamente, não resultaria em uma mudança social alavancada pela luta e conquista de poder e direitos, mas se consolidaria através de “acordos e negociações”. O que acontece de fato é um esvaziamento do poder democrático historicamente construído pela luta de classes, uma vez que a classe trabalhadora tem reduzida a sua capacidade de decisão sobre questões a ela vinculadas, sendo a democracia popular substituída pela solidariedade privada (DEMO, 2003; MONTEÑO, 2003).

Em tais propostas a mobilização civil é pautada em valores de doação, compaixão e solidariedade e a figura do outro, ao invés de resgatada, é negada, à medida que ele se restringe ao papel de objeto da ação alheia, não sendo envolvido na participação e negociação dos bens sociais, assim como do controle público dessas atividades. Não se cria um cidadão participativo, mas se reforça a figura do beneficiário, sombra de quem o “beneficia”. Desamparado pelo Estado, o sujeito sente-se aliviado por poder contar com o Terceiro Setor e com a Responsabilidade Social empresarial. Porém, não percebe que passa a depender da iniciativa privada, até mesmo quando está desempregado. A cordialidade e a submissão são assim garantidas: evita-se a luta, o conflito quer seja por medo de perder o emprego seja por medo de não receber o “auxílio”. Apresenta-se, portanto, um modelo de regulação social mais eficaz do que aquele praticado pelo Estado, passando-se da tutela desse para a das empresas. As ações de Responsabilidade Social afirmam o poder social das empresas sobre as

comunidades onde atuam, sobre as relações de trabalho e causas que abraçam (DEMO, 2003; MONTAÑO, 2003; POLI, 2002).

Nesse sentido, Freire (1987:31) nos alerta para os falsos solidários, para aqueles opressores que têm a necessidade da permanência de situações injustas, pois somente assim eles poderão continuar mostrando e legitimando a sua “generosidade”. É a ordem social injusta a “fonte geradora permanente desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

Sung (2002) considera que nem todos os empresários defendem essa visão reducionista, mas que alguns consideram que deva haver uma noção mais substantiva de responsabilidade social através da qual, a ética seja um valor em si mesma e não apenas em função dos objetivos organizacionais. Entretanto, o autor faz a ressalva de que, à medida que há uma pressão por parte da sociedade para que as empresas sejam éticas e que as empresas que adotam ações de responsabilidade social têm sua imagem melhorada diante dos consumidores, é difícil saber até que ponto os empresários que criticam uma visão reducionista, realmente defendem uma visão substantiva. Diria ainda que, mesmo que aleguem que não busquem uma visão substantiva, não se deixa de colher os mesmos resultados daqueles que assumem uma visão instrumental.

Para que se tornem politicamente relevantes, as ações dos empresários devem reconhecer o espaço em que foram gestadas: a disputa pelo poder de enunciar o espaço público e a cidadania sob o cenário da desregulamentação estatal. Até o momento, a ação filantrópica das empresas remete mais à busca de garantir a regulação social do que promoção da cidadania. Tais ações atuam como uma forma de controle social à medida que reproduzem relações de submissão e de dependência, bem como na seletividade da escolha dos públicos atendidos.

Montaño (2003) destaca também a importância de se resgatar o Estado como responsável pela questão social, o que significa que toda a sociedade é que tem essa responsabilidade através da solidariedade sistêmica, uma vez que a intervenção estatal é financiada pela contribuição compulsória de toda a sociedade.

As discussões aqui apresentadas alertam os desavisados. Assim, o aparente fortalecimento da sociedade civil, a “superação de conflitos” entre diversos atores em busca de um bem-comum esconde, camufla o aumento das situações de precarização, tentam encobrir o fato de que a população, em especial, os mais pobres, encontra-se cada vez mais à

deriva, à medida que o Estado desobriga-se de sua função de redistribuição e de garantir a seguridade social. A perspectiva do futuro é, portanto, caótica: se a situação atual já é precária o que se dirá quando ficarmos a mercê da “boa vontade” de ONGs, fundações, empresas? Nesse cenário, quem se fortalece e estende sua área de domínio são as empresas que não limitam sua ação apenas ao âmbito econômico, mas agora reivindicam para si o papel de gestores do social.

Tais indagações não devem gerar um temor paralisante, mas estimular ações, inquietar, demonstrar a urgência de uma reação a tal processo em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por soluções para a questão da pobreza, acentuada pelos elevados índices de desemprego gerados a partir da reestruturação produtiva, não devem excluir a participação dos empresários. Porém, conforme discutido nesse artigo, até o momento, as propostas que surgiram dos mesmos costumam ser proposições de reforma e não de revoluções, à medida que atuam somente sobre o sintoma (pobreza material), sendo ações estratégicas e instrumentais, que não visam nem promovem uma redistribuição efetiva da riqueza e poder. Ou seja, trata-se de ações emergenciais, por vezes necessárias, mas não suficientes e que por vezes agravam o problema à medida que consolidam relações de dependência. Além disso, conforme alerta Montaño (2003) há o risco de que tais ações concentrem e esgotem em si todos os esforços reivindicatórios e de lutas sociais, servindo de alibi para a inação política.

Para Aktouf (2004), as mudanças necessárias, requerem que as empresas busquem distribuir ao invés de produzir desenfreadamente. Assim, a solução passa a ser promover ações que desconcentrem o capital e coloquem freios à especulação financeira, como a taxa Tobin. O autor assinala ainda a importância de se resgatar a responsabilidade do Estado sobre a proteção e fiscalização dos direitos básicos (saúde, educação, habitação, cultura, alimentação, etc), desmistificar a idéia do dirigente empresarial como único pensante e fortalecer os sindicatos.

Os desafios enfrentados na construção de uma “outra economia” e no combate à pobreza não devem se reduzir ao aspecto ético, mas envolver um sistema econômico-social que represente um rompimento com a racionalidade capitalista, embora não se encontrem em um ambiente isolado da mesma, o que implica em resistir à armadilha de cair em práticas assistencialistas e, principalmente, alcançar e manter um padrão social, ecológico, político e tecnológico superior ao capitalismo. Por fim, há a necessidade de uma postura crítica e auto-reflexiva no sentido de se ter a capacidade de julgar, discernir, pensar sobre a realidade e sobre as próprias práticas e pressupostos (CATTANI, 2003; SUNG, 2002).

A construção de uma sociedade solidária é um projeto coletivo, que não deve ser monopolizada por setores da sociedade, nem mesmo pelo Estado, mas envolver os diversos atores, não numa perspectiva irreal de harmonia social, mas, ao contrário, em uma arena de lutas que promovam uma cidadania forte, consciente e crítica, que não se deixe seduzir ou se aprisionar pelo clientelismo, dependência e passividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 232-241.

ASSMANN, Hugo; HINLELAMMERT, Franz. J. **A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia**. São Paulo: Vozes, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRESCIANI, Luís P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, n.1, p. 88-96, jan./mar. 1997.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2005.

CATTANI, Antonio D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-14.

CEDACNET. O que é economia solidária? Disponível em <<http://www.cedacnet.org.br/Projetoorcamentarioplenariaestadual.doc>>. Acesso em: 22 out. 2004.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências Sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Maria Ester. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v. 40, n.2, p.6-15, abr/jun. 2000.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica**: como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO ETHOS. **Princípios e compromissos**. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 02 nov. 2004.

KARKOTTI, Gilson; ARAGÃO, Sueli D. **Responsabilidade Social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MANCE, Euclides. *Colaboração Solidária: Compreendendo, transformando e conectando o que já existe*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa2.htm>> Acesso em: 07 mar.2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez., 2003.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de la psicología comunitária**: la tension entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

PALHARINI, Francisco de A. Anotações para uma discussão sobre a filosofia da ‘qualidade’ e suas repercussões na Psicologia. **Revista do Departamento de Psicologia UFFF**, v. 7, n. 2-3, p.124-134, 1995.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: BADER, Sawaia (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

POLI, Maria C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 369-418.

PRAHALAD, C.K. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997, p.19-34.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO, São Paulo, mar 1998.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Felipe L. G. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, n.56, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56silva.htm>>. Acesso em 24. mar. 2006.

SUNG, Jung Mo. **Sujeito e sociedades complexas**: para pensar os horizontes utópicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SEGUNDO ARTIGO

ECONOMIA DE COMUNHÃO: análise de um projeto de Responsabilidade Social a partir das teorias das Representações Sociais e da Ideologia

Esse segundo artigo apresenta e discute os resultados da pesquisa. Inicialmente, descrevo de forma breve a metodologia da pesquisa que já foi detalhada na introdução da tese. Em seguida, há um referencial teórico a respeito da teoria das Representações Sociais a partir dos seguintes autores: Jovchelovitch (2006); Marková (2006) e Moscovici (2003). Depois, apresento a análise da Economia de Comunhão a partir do referencial das teorias das Representações Sociais e da Ideologia (Thompson, 1995). Esta análise busca identificar as representações sociais que constituem a EdC, particularmente aquelas vinculadas às relações de produção, bem como analisar se as mesmas possuem ou não um caráter ideológico, ou seja, se são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

ECONOMIA DE COMUNHÃO: análise de um projeto de Responsabilidade Social a partir das teorias das Representações Sociais e da Ideologia

Resumo: O artigo analisa um caso particular de Responsabilidade Social - a Economia de Comunhão (EdC) - a partir do referencial das teorias das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995). A pesquisa buscou identificar as representações sociais que constituem a EdC, particularmente aquelas vinculadas às relações de produção, bem como identificar se as mesmas possuem ou não um caráter ideológico, ou seja, se são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação. Os dados foram coletados através de visitas a empresas, participação de congressos, pesquisa documental e bibliográfica vinculadas à EdC. A análise foi realizada a partir da Hermenêutica da Profundidade (THOMPSON, 1995) e indicou que além de apresentar representações de origem religiosa, como a Providência Divina, a EdC reproduz representações já sedimentadas pelo capitalismo (meritocracia, lucro como direito legítimo do capitalista, etc). Identificam-se ainda representações que apresentam o empresário como principal ator social e a empresa como uma comunidade. Embora tenha aspectos positivos, como a busca pelo resgate da ética, o incentivo à solidariedade, a EdC possui um caráter ideológico, à medida que dissimula as diferenças sociais, acentua a dependência da sociedade em relação às organizações e promove a individualização da questão da justiça social.

Palavras-chaves: Economia de Comunhão, Responsabilidade Social, Representações Sociais e Ideologia.

COMMUNION ECONOMY: analysis of a project of Social Responsibility based on the Social Representations and Ideology theories

Abstract: the article analyzes a particular case of Social Responsibility – the Communion Economy (EdC) – based on the theoretical referential of Social Representations (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003), and Ideology (THOMPSON, 1995). The research aimed to identify the social representations which constitute the EdC, particularly those linked to production relations, as well as identify if they have an ideological character or not; that is, if they are used to establish and sustain domination relations. The data was collected through visits to companies, participation in congresses, documental and bibliographical research connected to the EdC. The analysis was held based on the Depth Hermeneutics (THOMPSON, 1995) and pinpointed that, besides showing representations of religious origin, like Divine Providence, the EdC reproduces representations already rooted by capitalism (meritocracy, profit as a capitalist's legitimate right, etc.). Representations that present the businessperson as the main actor, and the company as a community are also identified. Although it has positive aspects, such as the search for the ethics rescue and the incentive to solidarity, the EdC has an ideological character, since it dissimulates social differences, increases society's dependency on organizations, and promotes the individualization of social justice.

Key-words: Communion Economy, Social Responsibility, Social Representations and Ideology.

ECONOMIA DE COMUNHÃO: análise de um projeto de Responsabilidade Social a partir das teorias das Representações Sociais e da Ideologia

INTRODUÇÃO

A vida não pára e as tentativas de controlar, sistematizar e dar conta dessa dinâmica social se produzem e reproduzem continuamente. Ao final do século XX e início do século XXI, estamos presenciando fenômenos surpreendentes: novas tecnologias estão transformando o modo de viver, trabalhar, produzir e até certo ponto, todas as instâncias da vida social, conforme discutido por Castells (2003) em sua trilogia “A era da informação”. Como não poderia deixar de ser, as relações econômicas, principalmente as relações de trabalho são também profundamente atingidas por essa nova revolução. Harvey (1996) tentou mostrar, contudo, que essas transformações não chegaram a modificar o modo de produção capitalista, que continuou central, adaptando-se apenas às novas exigências da era da informação. Trata-se, unicamente, de uma nova fase, pelo autor denominada de capitalismo de acumulação flexível caracterizada pela especulação financeira, emprego de tecnologias que reduzem os postos de trabalho e requerem um trabalhador polivalente, substituição do modelo taylorista-fordista pelo modelo toyotista (produção enxuta), terceirização, mercantilização do saber, dentre outras.

Do lado dessas transformações tecnológicas, e para legitimar e garantir que as relações básicas de produção capitalistas se reproduzam, novas construções sociais, ideológicas, políticas, religiosas, dentre outras, estão surgindo. Essas construções sociais são denominadas por Moscovici (2003) de Representações Sociais. As Representações Sociais não são, como se poderia ingenuamente pensar, cópias ou reproduções de determinada realidade física ou social. As Representações Sociais são construções simbólicas que têm, contudo, um *status* ontológico em si mesmas; são, como diz Moscovici (2003: 38) “entidades sociais em si mesmas”.

É de uma realidade assim, de uma Representação Social específica que quero tratar nesse trabalho: a Economia de Comunhão (EdC). Ela responde a interesses específicos de determinados grupos e determinado contexto histórico: as mudanças nas relações de trabalho na era da informação e como esse modo de produção capitalista necessita se readaptar aos

novos tempos. Evidentemente, as Representações Sociais, essas construções mentais e sociais, carregam em si uma ideologia, que pretendo também discutir e analisar nesse trabalho.

Proposta em 1991, no Brasil, pela italiana Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares (MF), a Economia de Comunhão apresenta-se como uma proposta para solucionar o problema da pobreza através da criação de empresas que realizariam uma divisão de lucros com as seguintes finalidades: investimento na empresa, auxílio aos pobres e formação de pessoas segundo o que denominam de Cultura da Partilha. Além disso, propõe o estabelecimento de relacionamentos pautados na ética e confiança entre empresários, trabalhadores, governo, sindicatos, fornecedores, concorrentes, acionistas e clientes.

Se por um lado, a EdC é citada como um modo particular de Economia Solidária, ou incluída dentre as alternativas econômicas que buscam distanciar-se da proposta capitalista (LUBICH, 2004; MANCE, 2004; PINHEIRO, 2000; SOUZA et al, 2005), por outro, observa-se que a mesma apresenta características singulares desse modo de produção como a propriedade privada, divisão entre trabalhadores e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação, aproximando-se e sendo também associada a propostas advindas do próprio capitalismo, como a Responsabilidade Social (Silveira, 2005). A Economia de Comunhão é aqui abordada como um caso de filantropia empresarial, atualmente denominada de Responsabilidade Social, que tem como particularidade sua vinculação a um movimento religioso. A justificativa para tal posicionamento será abordada ao longo do texto.

O presente artigo apresenta uma análise do projeto Economia de Comunhão, a partir do referencial das teorias das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995). Penso que a Economia de Comunhão pode ser considerada em seu todo como uma Representação Social partilhada por atores sociais diferentes (teóricos, trabalhadores, empresários) que curiosamente não chegam a produzir contradições sobre a mesma, apresentando um discurso homogêneo. Nesse sentido, busco identificar que representações constituem e são constituídas na Economia de Comunhão, particularmente as relacionadas ao empresariado, empresa, trabalhador, trabalho, pobreza e riqueza, bem como busco analisar se as mesmas possuem ou não um caráter ideológico, ou seja, se são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995)

O artigo encontra-se assim estruturado: inicialmente, apresento algumas considerações metodológicas que explicitam como foi feita a pesquisa. Em seguida, apresento uma interpretação do fenômeno a partir das teorias das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) e da Ideologia (THOMPSON, 1995): explico o que entendo por Representações e

Ideologia; apresento os elementos principais que constituem a Representação Social da EdC; discuto esses elementos, mostrando seus aspectos ideológicos e apresento uma análise das funções das Representações Sociais da EdC a partir de Jovchelovitch (2006). Por fim faço algumas considerações finais.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Apresento nesse momento alguns esclarecimentos metodológicos a respeito da pesquisa. Os dados foram coletados a partir das participações nos Congressos Nacionais de Economia de Comunhão dos anos de 2004 e 2005, pesquisa bibliográfica de obras referentes à Economia de Comunhão, consulta a fontes documentais diversas (periódicos sobre EdC, Cadernos de Formação dos Empresários, arquivos com dados sobre as empresas cadastradas no Brasil, dentre outros) e entrevistas com empresários e trabalhadores realizadas durante as visitas a três empresas de EdC.

Quanto à escolha das empresas, a mesma deu-se segundo critérios de acessibilidade (localizadas na região sul e sudeste do Brasil). Por questões éticas, utilizarei nomes fictícios para denominar as mesmas, bem como serão alterados os nomes e outros dados de empresários e trabalhadores a fim de não permitir a identificação dos mesmos.

A empresa Da Moda, é uma confecção situada no Pólo Industrial de Empresas de EdC (Grande São Paulo). Trata-se da primeira empresa de EdC, sendo criada em 1991, dias após o anúncio do projeto por Chiara Lubich. Na época da visita, contava com cerca de 10 trabalhadores, sendo 9 mulheres. A empresa pertence a 5 sócias, sendo que apenas uma atua na empresa, fazendo a modelagem das peças. As demais, na época, tinham participação apenas no capital e decisões da empresa.

A Meta Metalúrgica situa-se em Santa Catarina, e possui dois sócios, sendo uma empresa familiar. Contava na época da visita com cerca de 50 trabalhadores, sendo apenas duas trabalhadoras que atuam no setor administrativo. Produz ferramentas para os seguimentos de construção civil, marcenaria, dentre outros. A empresa foi criada em 1996, e aderiu ao projeto em 1999.

A Saúde Distribuidora de Medicamentos tem matriz no Paraná e filiais em uma cidade da Grande São Paulo e no Distrito Federal. Também é uma empresa familiar, tendo por proprietários o empresário e sua esposa. Contava na época da visita com 78 trabalhadores, não havendo diferenças significativas entre o número de trabalhadores e trabalhadoras. Distribui produtos farmacêuticos para o setor público (todo Brasil) e privado (região sul). Criada em 1989, aderiu ao projeto de EdC em 1992. Já foi objeto de estudos acadêmicos e costuma ser apresentada como um exemplo de empresa de EdC.

As visitas às empresas foram realizadas durante os meses de julho de 2005 e janeiro de 2006, com tempo médio de uma semana em cada empresa. Nesse período, foram feitas entrevistas individuais, semi-dirigidas, com empresários e trabalhadores. Esses últimos foram escolhidos a partir de uma lista geral, buscando-se contemplar a diversidade de gênero, tempo de empresa, cargos e setor de atuação. Foi realizado um total de 7 entrevistas com empresários e 20 com trabalhadores.

Não foi possível entrevistar os pobres assistidos pela EdC sob a justificativa de que poderia haver constrangimento por parte dos mesmos, devido a sua situação social. Assim, as informações aqui discutidas referentes aos mesmos foram retiradas de depoimentos publicados nos periódicos de divulgação da EdC.

As palestras dos congressos e entrevistas realizadas nas empresas foram transcritas e, juntamente com os dados obtidos através das fontes bibliográficas e documentais, foram organizados e selecionados tendo por critério o detalhamento e riqueza de informações, objetivos do estudo e saturação dos dados (BAUER, GAKELL, ALLUM, 2002; BAUER, AARTS, 2002).

A análise dos dados foi realizada a partir da metodologia da Hermenêutica da Profundidade proposta por Thompson (1995) devido à mesma incluir várias análises e ser útil à análise ideológica, considerada de grande relevância para os objetivos do presente estudo. Além disso, destaco sua amplitude e flexibilidade no que se refere à análise formal. A Hermenêutica da Profundidade é constituída por três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação e reinterpretação. Na primeira fase buscou-se resgatar as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, no

caso da EdC vinculadas ao capitalismo de acumulação flexível, neoliberalismo, reestruturação produtiva e responsabilidade social.

Quanto à segunda fase, a análise formal ou discursiva, buscou-se compreender a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, padrões e relações através do método da análise de conteúdo. Estabeleceram-se previamente as categorias, a partir de aspectos considerados como chave para compreensão da EdC como uma representação social vinculada às relações de trabalho e à produção e distribuição da riqueza: empresário, empresa, trabalhador, trabalho, riqueza e pobreza/pobres. A partir dessas categorias-chave, estabeleceram-se subcategorias com base nos elementos recorrentes nos dados coletados que serão descritas ao longo do texto.

Quanto à última fase, realizou-se a interpretação/re-interpretção das informações a partir das teorias da Ideologia (THOMPSON, 1995) e das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003). A escolha por analisar o projeto de Economia de Comunhão a partir das teorias das Representações Sociais e da Ideologia deve-se a diversos motivos, explicitados a seguir na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

2 O QUE SÃO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS?

As Representações Sociais podem ser compreendidas como entidades sociais e mentais, construídas coletivamente; um conjunto de saberes híbridos (ciência, senso comum, crenças) que possibilita aos grupos sociais perceberem, compreenderem e atuarem sobre o mundo. Isso não significa que as representações sejam uma distorção ou ilusão, mas que é somente através delas que se tem “acesso” ao mundo externo e se atua sobre ele (JOVCHELOVITCH, 2006; MOSCOVICI, 2003).

As representações, sendo instrumentos do conhecimento e da comunicação, constroem o eu e a realidade, possibilitando o desenvolvimento da identidade e do mundo social e fazem do ambiente social um lugar no qual atores individuais possam interagir e atuar. Solidificadas nas práticas culturais e instituições, provêm recursos para a construção de identidades sociais, para a reprodução e renovação das sociedades e manutenção do vínculo social (JOVCHELOVITCH, 2006; MOSCOVICI, 2003).

As representações emergem como um complexo e rico processo psicossocial envolvendo atores sociais que compartilham identidades e emoções, que se engajam em relações com outros de acordo com a forma como eles conhecem o mundo. Porém, quando grupos específicos compartilham uma representação social, não significa que o fazem de maneira uniforme, idêntica, mas as Representações Sociais devem ser compreendidas como um fenômeno aberto e dinâmico. Elas são objeto de um constante trabalho social, no e através do discurso, de modo que cada novo fenômeno pode ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que já são familiares através do processo de ancoragem. Já pelo processo de objetivação, a representação torna-se real, adquirindo concretude e estabilidade (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003).

As representações nos antecedem e por isso, freqüentemente se impõe, sendo vistas como dada, naturais. Daí decorre a importância de investigar a origem de uma Representação Social, pois quando isso não ocorre, a mesma acaba se “fossilizando”, tornando-se algo dado, permanente, legitimado, reificado, naturalizado. Realizar o estudo das propriedades, origens e impacto das Representações Sociais é tarefa principal da Psicologia Social (JOVCHELOVITCH, 2006; MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 2003).

A teoria das Representações Sociais estuda tipos específicos de representações e constrói teorias sobre os fenômenos sociais que se tornaram, sem uma razão específica, alvo da preocupação pública, causando tensão e ações. Ela busca compreender o porquê da Representação Social ser estruturada de uma determinada forma numa época específica e/ou quais os aspectos do conteúdo e do significado são enfatizados, ou ainda porque alguns componentes do conteúdo estruturado mudam mais rapidamente ou mais lentamente do que outros (MARKOVÁ, 2006).

Ainda para essa autora, a teoria das Representações Sociais pode ser compreendida sob duas perspectivas que embora distintas, são complementares: as Representações Sociais enquanto teoria do conhecimento social e as Representações Sociais enquanto teoria que lida com o estudo e explicações dos fenômenos sociais específicos que aparecem no discurso público.

Enquanto uma teoria do conhecimento social, busca-se compreender como o conhecimento é produzindo a partir de uma abordagem dialógica, que rompe com o viés monológico Ego-objeto e propõe o processo Alter-Ego-Objeto. Implica em compreender o conhecimento como uma construção social, e que o acesso à realidade não é feito sozinho, mas intermediado pelas representações que são sempre sociais, no sentido de serem

construídas coletivamente. Assim, no caso da ciência, o pesquisador nunca está a sós com o objeto: ele trás em si não apenas toda sua bagagem de conhecimento produzido por outros, que não se restringe ao saber científico, mas envolve também o senso comum, as crenças, dentre outros.

Na segunda abordagem, não se enfatiza o processo de criação de conhecimento, mas se refere ao estudo dos fenômenos que são tematizados no discurso público. Ou seja, estuda-se, enfoca-se o conhecimento, o saber produzido. Busca compreender como as pessoas representam socialmente, compartilham e criam idéias a respeito de um determinado fenômeno. A preocupação aqui não é apenas com o entendimento das Representações Sociais enquanto pensamentos mas como práticas.

Através da Teoria das Representações Sociais, Moscovici (2003) buscou resgatar o conhecimento do senso comum, considerado como irracional e inferior, principalmente quando comparado ao saber científico, indicando também a forte presença das crenças em nossos pensamentos e ações. Para ele, a vida em sociedade não pode ser explicada apenas com base nas questões de interesses e poder. Ela necessita de valores, crenças e representações que ofereçam sentido e garantam a coesão do grupo: “... o que as sociedades pensam de seus modelos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu” (MOSCOVICI, 2003: 173).

O autor destaca a importância das crenças para a manutenção da sociedade, e que, portanto, não devem ser vistas com desprezo, como uma ilusão. As idéias e crenças que possibilitam a vida em sociedade estão materializadas em estruturas específicas, como as igrejas, famílias, e são adotadas pelos sujeitos que delas fazem parte.

Para Moscovici (2003, p. 245) só é possível compreender a vida mental dos indivíduos ou grupos quando se considera o cruzamento híbrido entre fé e conhecimento, ou seja, “...a mistura daquilo que é considerado verdadeiro porque nós nele acreditamos e aquilo que nós acreditamos porque o consideramos verdadeiro.”

O autor destaca portanto, a polifasia do conhecimento através da qual os sujeitos são capazes de usar diferentes modos de pensamento e diferentes representações, de acordo com o grupo ao qual pertencem e de acordo com o contexto no qual se encontram. Nesse sentido, a tendência em empregar formas diversas e até mesmo opostas de pensar é algo normal na vida cotidiana.

Segundo Moscovici (2003), o problema específico da Psicologia Social consiste em compreender o como e o porque as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constroem uma realidade em comum, e ainda, como esse conhecimento é transformado em uma prática. Assim, o conhecimento está sempre ligado aos interesses humanos. “O conhecimento emerge do mundo onde as pessoas se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão, satisfação ou frustração.” (MOSCOVICI, 2003:9). Assim, o conhecimento nunca é desinteressado, mas é sempre produto de um grupo de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas nas quais encontram-se engajadas.

A presente pesquisa buscou compreender a Economia de Comunhão a partir das duas perspectivas da Teoria das Representações Sociais apontadas por Marcová (2006): como uma teoria do conhecimento social e como teoria que lida com o estudo e explicações dos fenômenos sociais específicos que aparecem no discurso público. Enquanto uma teoria do conhecimento social, buscou-se compreender como o conhecimento presente na EdC é produzido por seus diversos atores (teóricos, empresários, trabalhadores, lideranças do Movimento dos Focolares) que, apesar de distintos, apresentam um discurso homogêneo. Na segunda perspectiva, enfocou-se o conhecimento produzido, ou seja, como esses atores representam socialmente, compartilham e criam idéias a respeito de da questão da pobreza que se expressam em determinadas práticas, bem como a que interesses essas representações atendem.

As Representações Sociais podem também cumprir uma função ideológica, aqui entendida sob a perspectiva de Thompson (1995), segundo o qual o estudo da ideologia consiste em compreender como formas simbólicas são empregadas para estabelecer e manter relações de dominação. Desta forma, tal conceito se insere na pesquisa à medida que se busca compreender não apenas o que é a Economia de Comunhão, mas a que interesses atende e que tipo de relações estabelece.

3 DESVELANDO A ECONOMIA DE COMUNHÃO COMO UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Antes de prosseguir a análise, gostaria ainda de apresentar ao leitor, algumas informações sobre o Movimento dos Focolares e alguns dados sobre as empresas de Economia de Comunhão.

3.1 AS ORIGENS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO: O MOVIMENTO DOS FOCOLARES

Conforme foi apontado na introdução, a Economia de Comunhão está vinculada ao Movimento dos Focolares. Trata-se de um movimento católico surgido em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, em Trento, na Itália, tendo por fundadora e atual presidente Chiara Lubich. Segundo referências consultadas, a espiritualidade proposta pelo Movimento dos Focolares baseia-se no amor recíproco e tem como objetivo promover a fraternidade entre os povos. Atualmente, está presente em 182 países, tendo como participantes pessoas de diferentes faixas etárias (de crianças a idosos), diferentes raças, línguas e credos, envolvendo outras denominações cristãs, não-cristãos e pessoas sem uma referência religiosa. Possui diversas ramificações incluindo organizações não-governamentais reconhecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) como Nova Humanidade, Fórum Mundo Unido, e ações filantrópicas como Adoção a Distância. No Brasil, o movimento iniciou sua atuação em 1958 (ARAÚJO, 1998; LUBICH, 2002; MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2004).

Segundo os relatos sobre o histórico da Economia de Comunhão, durante uma viagem ao Brasil, em maio de 1991, Chiara Lubich teria se sensibilizado com a difícil situação econômica e a enorme desigualdade social do país, sendo também de seu conhecimento que pessoas pertencentes ao Movimento dos Focolares viviam em condição de pobreza e teria lançado o projeto de Economia de Comunhão:

Embora eu não seja especialista em problemas econômicos, pensei que poderiam ser criadas, por pessoas do Movimento, empresas que canalizassem capacidades e recursos de todos para juntos produzirem riquezas em prol dos que se encontram em dificuldade. Sua gestão deveria ser confiada a pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com eficácia e obter lucros. Esses lucros deveriam ser livremente

colocados em comum. Isto é, uma parte seria empregada com os mesmos objetivos da primeira comunidade cristã: ajudar os pobres e dar-lhes sustento, enquanto não conseguirem um posto de trabalho. Outra parte, para o desenvolvimento de estruturas de formação de “homens novos” [...], ou seja, pessoas formadas e animadas pelo amor, capazes de viver a “cultura da partilha”. E uma terceira parte, obviamente, para incrementar a empresa. (LUBICH, 2004, p.25).

Segundo dados obtidos através do Escritório Nacional de EdC no Brasil, em 2005, havia cerca de 735 empresas de EdC no mundo, sendo 121 localizadas no Brasil. Destaco que são contados nesses números tanto empresas como profissionais liberais que fazem a doação de recursos financeiros para as finalidades da EdC, já citadas acima. Em 2005, no Brasil, as empresas doaram cerca de R\$1.356.683,26, que atenderam necessidades referentes à alimentação, saúde, educação, moradias, dentre outros, de cerca de 940 assistidos.

A Economia de Comunhão é apresentada como um projeto econômico que “tem raízes no Céu”, um estilo de vida que tem por finalidade oferecer respostas aos problemas contemporâneos, em especial, ao aumento das desigualdades sociais, através da proposta de uma economia baseada na espiritualidade do Movimento dos Focolares, que introduz na esfera econômica conceitos considerados incompatíveis com o mercado, como comunhão, amor, gratuidade e reciprocidade. Embora se afirme não ter essa intenção, acaba trazendo vantagem competitiva, como a fidelidade de clientes, para a organização que nela se insere, além de ser considerado como o ápice da economia civil.

Analisarei alguns aspectos que relacionados entre si, configuram o se poderia chamar de uma Representação Social, um conjunto de saberes, afirmativas, valores e crenças.

3.2 A ECONOMIA DE COMUNHÃO: “UM PROJETO DIVINO”

A EdC é apresentada por seus idealizadores e atores como *um projeto divino*. Para Chiara Lubich (2004), a EdC tem “raízes no Céu”, afirmação que é aceita, introjetada e repetida pelos membros do Movimento dos Focolares, como é o caso de Ferrucci (1998b) que afirma que “*EdC visa atrair a intervenção divina para o mundo dos negócios*” e do empresário Paulo, que durante uma palestra no Congresso de EdC de 2004 afirmou que “*Narrar a história da EdC, é como narrar a história de uma obra de Deus.*” Deus é considerado o “Sócio Invisível” que se manifesta na empresa através da Providência Divina à medida em que os empresários seguem os princípios da EdC. Tais afirmações remetem ao que

Assmann e Hinkelammert (1989) denominam de “religião econômica”, uma criação do capitalismo que apresenta um deus expansivo, cujos desígnios se concretizam providencialmente através dos mecanismos do mercado.

Entretanto, para além das crenças dos empresários, a ênfase dada à “sacralidade” da EdC, em detrimento de sua historicidade, pode atuar como um modo ideológico de legitimação, conferindo-lhe crédito e apoio. Fundamento tal afirmação, no fato de que durante a pesquisa, percebeu-se uma idealização da EdC, que dificulta a possibilidade de auto-crítica: não foi identificado nenhum debate, apontamento de qualquer deficiência, contradição e limitação da EdC, nem mesmo por parte dos teóricos (economistas, sociólogos, dentre outros). Se há falhas, essas não se devem aos princípios e práticas por ela propostos, mas às “fraquezas humanas” dos empresários que nem sempre conseguem concretizá-los plenamente.

Sorgi (1998b) e Zamagni (2005) buscam assinalar que a EdC não é um projeto excêntrico, ligado a uma forma particular de espiritualidade e restrito à mesma, mas corresponderia à última etapa de um longo caminho que remete às reduções jesuíticas, passando pelo cooperativismo, e que teria na EdC *o ápice da economia civil*. Se por um lado, a afirmação dos autores parece uma tentativa de resgatar o caráter histórico da EdC, por outro, ao considerá-la como “última etapa”, volta a idealizar a proposta, sugerindo certa superioridade em relação a outras tentativas de promover uma economia pautada na cooperação.

Segundo seus teóricos (FERRUCCI,1998a; MULATERO, 2001), a EdC busca ser *uma resposta pacífica aos desafios contemporâneos, especialmente o combate à pobreza* através da promoção da cultura da partilha pautada no uso moderado e na comunhão dos bens (materiais e não materiais). Os autores afirmam que as empresas de EdC promovem a distribuição da riqueza através de doações monetárias, criação de empregos, investimento em projetos de expansão, compartilhamento de experiências e patentes entre as empresas participantes e financiamento para criação de novas empresas de EdC. O adjetivo “pacífico” indica ainda que a mesma busca evitar confrontos e conflitos, apresentando uma proposta de harmonia social conforme será discutido posteriormente.

Nessa tentativa de responder aos desafios contemporâneos, Gui e Bruni (2001) afirmam que a EdC não entra em conflito com o capitalismo, sendo que a própria distribuição dos lucros não é vista por eles como algo revolucionário e novo. Para os autores, o radicalismo da proposta encontra-se nos aspectos antropológico e cultural, ao propor *um modelo econômico pautado na comunhão, amor, gratuidade e reciprocidade*. Surge aqui uma

questão: como a proposta de um modelo econômico pautado na comunhão, que remete ao coletivo, a partilha e a cooperação pode não entrar em conflito com um modelo capitalista, pautado no individualismo, acumulação e competição? Segue uma breve discussão que será aprofundada no decorrer do texto e no próximo artigo.

Em relação ao conceito de comunhão, não encontrei uma definição clara de como o mesmo é compreendido pela EdC. As alusões ao mesmo referem-se à unidade, experiência de gratuidade (ARAÚJO, 2004). Quanto ao amor, segundo a espiritualidade do MF, o mesmo não seria uma questão de sentimento, mas implicaria em uma ação gratuita, voltada para o bem do outro, até mesmo para com os inimigos.

Quanto à gratuidade diz respeito a praticar ações em favor dos demais, sem esperar uma recompensa, principalmente de ordem material. São citados como exemplos desde o fato do empresário abrir uma exceção de pagamento para um cliente, manter um trabalhador pouco produtivo até mesmo o ato de cumprimentar diariamente os trabalhadores. A gratuidade atrairia reciprocidade que se expressaria, por exemplo, no que denominam de Providência Divina, ou seja, a ação divina na empresa, manifestada através de um pagamento inesperado, maior dedicação do trabalhador, dentre outros. Também são citados como exemplos de reciprocidade, o trabalho “dado” pelo trabalhador em retribuição ao relacionamento próximo e gratuito que o empresário estabelece com ele; a fidelidade de um cliente diante da postura ética da empresa.

Os exemplos acima requerem uma reflexão. Talvez possa se afirmar que nas empresas de EdC, a gratuidade se concretize nas relações do empresário com seus concorrentes, clientes e em outras que sejam mais simétricas, igualitárias. Entretanto, a situação muda quando se trata das relações assimétricas, como é o caso das relações de trabalho estabelecidas entre empresários com os trabalhadores. Assim, mesmo que não haja uma intencionalidade consciente do empresário em obter algum retorno de suas ações (cumprimentar o trabalhador, auxiliá-lo em uma dificuldade financeira ou de pessoal, oferecer premiações), tem-se o que Poli (2002) denomina de reciprocidade submissa e devedora, à medida que gera uma maior dedicação e comprometimento por parte do trabalhador, que resulta em maior lucratividade para o empresa:

A gente acaba vendo, assim o lado dos donos da empresa, chegarem a esse ponto assim de fazerem uma premiação, duas premiações no ano, aonde faz com que a pessoa se dedica cada vez mais pela empresa (Antônio, auxiliar de produção).

Além disso, embora, apontem que, ao contrário do que acontece nas ações tradicionais de Responsabilidade Social, o agir dos empresários da EdC não tenham motivações instrumentais, mas éticas, costuma-se destacar na fala dos empresários, nas palestras dos Congressos que, indiretamente, o modelo de gestão adotado na EdC acaba por gerar *vantagem competitiva*:

Eu acho, pelo contrário, nestes dez anos que eu estou participando. Doze, treze, eu não me lembro quanto. Eu acho que a Economia de Comunhão tem se mostrado, até mesmo uma vantagem competitiva, porque o mercado busca empresas e propostas sérias. (Carlos, empresário)

Segundo Bruni (2005), a EdC é um novo modo de viver, uma “vocação interior”, sendo que é a vivência dos valores como o amor ao próximo, gratuidade, comunhão, reciprocidade, que fazem com que uma empresa seja considerada como vinculada a EdC. Nesse sentido, a mesma pode ser compreendida como um *projeto pessoal, um estilo de vida* que busca romper com a dicotomia de que há uma ética referente à esfera econômica e outra para as demais esferas da vida. Tal aspecto foi ressaltado pelos empresários pesquisados que afirmaram que a EdC indicou-lhes o caminho de como praticar seus valores e crenças religiosas, viver a fraternidade no âmbito dos negócios, no qual predomina a competição:

Tá, é importante a tua contribuição (doação do lucro), mas o mais importante é este estilo de vida (...) esse “como” se relacionar com os funcionários, o “como” administrar, esse “como”, assim de uma maneira humana, eu acho que é isso aí que diferencia de outras empresas, a Saúde Medicamentos, né? Esse se relacionar de maneira transparente. (Irene, empresária)

A contradição entre apresentar a EdC como um modelo econômico (perspectiva macro) e ao mesmo tempo um projeto pessoal (perspectiva micro), pode ser entendida à medida que a transformação proposta pela EdC tem como ponto de partida uma mudança pessoal, pautada na adesão à espiritualidade do MF. A associação entre a EdC e um estilo de vida ficou explícita nas visitas às empresas, bem como nos depoimentos dos empresários nos Congressos Nacionais de EdC, nas quais não foram identificadas mudanças significativas no que se refere aos aspectos estruturais e na gestão. O foco encontra-se no relacionamento próximo e amistoso estabelecido com os trabalhadores e na busca pela vivência da

espiritualidade do MF no ambiente de trabalho, incluindo a adoção de práticas religiosas, como orações.

A EdC é apontada ainda como um modo de produzir riqueza que tem por especificidade *a criação e manutenção do vínculo interpessoal* (GUI, 2002b). De fato, como comentado anteriormente, ao longo das visitas às empresas, o que mais chamou atenção foi a ênfase no estabelecimento de relacionamentos informais, primários entre empresários e trabalhadores:

Concluimos, então, que a proposta da EdC, ou seja, um relacionamento novo com todos, do funcionário ao concorrente, não só é possível, mas é, também, condição essencial e indispensável. (Paulo, empresário, palestra no Congresso Nacional de Economia de Comunhão de 2003).

As diversas formas como a EdC é definida apresentam-na de uma forma idealizada, sendo que sua dimensão religiosa é empregada como principal fonte de legitimação. Contradições também estão presentes uma vez que pretende ser uma “economia de comunhão capitalista” e que propõe um modelo econômico pautado em uma conversão pessoal, segundo a qual as mudanças sociais são precedidas de mudanças individuais pautadas na adoção de um referencial religioso. Passo agora a apresentar como a mesma concebe a questão da riqueza e do lucro.

3.3 A RIQUEZA E O LUCRO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

No próprio discurso de anúncio do projeto de EdC, Chiara Lubich afirma que para que dêem lucro, as empresas devem ser administradas por pessoas competentes. Assim, a riqueza/lucro é vista como sendo *fruto da competência do empresário, de uma boa gestão*. Trabalhadores e empresários entrevistados também apresentaram essa visão, afirmando que o lucro é um produto da qualidade, da produtividade, da redução de custos, é uma operação matemática, contábil:

O lucro da empresa? Eu acho que vem da questão da administração, de saber administrar, de saber ver o valor da matéria-prima, de quanto tá gastando, e saber vender, né? (Jonas, auxiliar de produção).

Tá vendo essa peça aqui? Sendo que o custo de fabricação dela é um real. Ai eu sei que o governo me manda colocar os impostos e tal e eu tenho um mínimo de margem de lucro, 10 ou 15%? (Roberto, empresário).

O empresário que adere a EdC ainda pode contar com o auxílio divino na gestão de seus negócios, sendo que a riqueza e o lucro, gerados pelas empresas são vistos também como *senal de benção divina*. Lubich (2004, p.45) afirma que se o empresário vive os princípios da EdC alcançará prosperidade, pois Deus atuará na empresa: “É a Caixa celeste que se abre no momento oportuno”. Tal concepção foi recorrente nos dados coletados:

Peço a Deus que multiplique os lucros das empresas, de modo que eles possam chegar a muitas pessoas. (assistido do Uruguai)

... o Antonio Ermírio de Moraes, que todo mundo diz que é uma pessoa assim super justa, super correta, super honesta, que entende, até filantrópico também. E que ele ficou rico pela competência. A competência o que é? Um dom de Deus. (Neide, empresária).

Para a EdC, a busca pelo lucro não deve ser vista como um fim em si, tendo por objetivo apenas o enriquecimento do empresário, mas possui uma *finalidade social e sagrada* devendo ser gerado para depois ser distribuído para a sociedade (SORGI, 1998a, 1998b). Atualmente, a sociedade é representada pelo Movimento dos Focolares, uma vez que parte dos lucros é destinada para sua manutenção (“formação dos homens novos”) bem como os pobres assistidos são vinculados ao mesmo. Quanto aos demais integrantes da sociedade, é considerado como distribuição da riqueza o pagamento de impostos, geração de emprego, salários, o que não foge das definições tradicionais da finalidade social das empresas capitalistas.

A busca pelo interesse particular é apresentada como meio de atingir o interesse comum e construir uma obra divina, legitimando a busca pela competitividade, a eficiência e o lucro: “O lucro adquire assim um significado novo: é a explicitação concreta da gratificação encontrada no desempenho da missão proposta” (BRUNI, 2005).

O lucro, entretanto, não deve ser alcançado por meios considerados ilícitos. Assim, dentre os princípios da EdC estão a rejeição de práticas como concorrência desleal, pagamento de propinas e sonegação de impostos. Os dados coletados citam diversas situações em que os empresários deixaram de realizar negócios por considerá-los ilícitos, bem como todos afirmaram que, após aderirem a EdC, passaram, gradativamente, a pagar integralmente

os impostos. A fala do trabalhador abaixo indica que tal comportamento ético é exigido aos demais membros da empresa:

Aqui, na empresa eu trabalho assim, não faz nada fora do que determina a lei. Isso é uma coisa boa, porque você evita problemas futuros. Hoje, o tanto de investigação que tem, você pode ganhar agora, mas pode perder lá na frente. E como a empresa tem um nome muito grande a zelar, tanto o nome do pessoal, dos funcionários, ela realmente não utiliza. Vamos colocar claro isso: Não fornece propina a ninguém. É aquilo: deu pra participar (de uma licitação)? Deu. Não deu? Salta fora. (Augusto, gerente).

Os dados apresentados indicam a concepção de que os processo de produção e distribuição de riqueza são distintos; ou seja, o modo como a sociedade se organiza para produzir riqueza, em particular no capitalismo, não é visto como associado à produção também da pobreza. Ao contrário, é preciso garantir e aumentar a lucratividade para que se possa ter o que doar. O empresário e o lucro são sacralizados uma vez que são sinais das bênçãos divinas.

Uma vez que não questiona a empresa capitalista, mas insere-se nela, a EdC considera que o *lucro é posse legítima do* empresário por deter os meios de produção. Conforme já discutido, essa legitimidade é assegurada tanto por argumentos laicos (fruto da competência/meritocracia) quanto de ordem religiosa (benção divina). Assim, a doação que ele faz é fruto de uma renúncia individual e não questão de justiça social:

É um fato comovente! Eles poderiam colocar no bolso os lucros obtidos, comprar um casaco de pele para a esposa, novos presentes para os filhos, um carro para o filho... mas não o fazem, pois vivem um grande ideal e são coerentes. (...) Que Deus os abençoe e lhes dê o cêntuplo já aqui nesta vida e, depois a vida eterna. (LUBICH, 2004, p. 44-45)

As representações aqui apresentadas sem dúvida não são exclusivas da EdC, mas expressam concepções capitalistas acerca da riqueza e do lucro. A visão da prosperidade material como sinal de benção divina também não é uma novidade, embora mais vinculada ao protestantismo e ao neopentecostalismo, do que ao catolicismo. Percebe-se aqui a reificação como modo de operação ideológica que, por meio da estratégia de naturalização, apresenta a produção de riqueza desvinculada de seu contexto econômico e histórico (o modo de produção capitalista) e vinculado a características pessoais ou a fenômenos espirituais.

Reforça-se a questão da meritocracia, tão cara ao capitalismo, segundo o qual as mazelas ou benefícios da vida são fruto de atributos pessoais.

Associada a explicações sobre a origem e finalidade da riqueza, tem-se as percepções a cerca da pobreza, discutida a seguir.

3.4 A POBREZA E OS POBRES

Nos dados coletados identificaram-se afirmações de que a pobreza é *fruto da má distribuição de renda*, porém, sem expressar maior compreensão de como ocorre esse processo, parecendo mais um “jargão” do que uma compreensão da realidade:

A origem da pobreza? É a má distribuição de renda. (Nelson, auxiliar de produção).

É a injustiça social. Um dos culpados é o capitalismo, o outro (...) é a falta de viver a fraternidade (Neide, empresária).

Explicações de cunho religioso também estão presentes, sendo a pobreza também apresentada como sendo decorrente da *falta de fraternidade*, do egoísmo, ou seja, tem sua origem nos indivíduos:

- Os pobres existem por causa do meu egoísmo. (...) Falta, porque existe o egoísmo, porque “eu quero tudo pra mim” (Roberto, empresário).

...o principal (motivo da existência da pobreza) é que a pessoa não tem Deus.(...) Eu acho que é um pouco esse egoísmo... (Pedro, auxiliar de escritório).

É constante a afirmação de que os pobres não são meros beneficiários, assistidos, mas que participam do projeto de EdC à medida que *doam sua “necessidade”* e a ela renunciam em favor de outros:

Aquelas pessoas que estão em dificuldades econômicas, os destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simplesmente como “assistidos” ou “beneficiados” pela empresa. São sim, partes essenciais do projeto, enquanto doam aos demais suas próprias necessidades. Eles também vivem a “cultura da partilha”. De fato, muitos deles renunciam ao auxílio que recebem tão logo recuperam o mínimo de independência econômica e, muitas vezes, partilham com outros o pouco que possuem. (LUBICH, 2004, p. 27)

(...) Começamos a receber regularmente a ajuda, para os remédios, para a alimentação, para luz e o gás. Toda vez que recebíamos, fazíamos um exame de consciência, para não perdermos a chance de, também nós, darmos a nossa pequena contribuição. Somos muçulmanos, e durante o mês de jejum, demos para aos 5000 tudo o que economizamos com a alimentação (assistido da Macedônia)

Tais afirmações são introjetadas e reproduzidas pelos participantes da EdC, sem reflexão e crítica, conforme aponta o diálogo abaixo entre a pesquisadora e um empresário e o depoimento de um pobre que recebe o auxílio financeiro:

Roberto: E o que eu aprendi também é que quando você doa, o outro já doou primeiro. Quando você dá uma esmola numa sinaleira ou pra alguém, você deu por que aquela esmola? Porque alguém já pediu. Não é porque você deu primeiro. O outro doou primeiro a necessidade dele para depois você fazer a sua doação. (...)

Pesquisadora: Mas essa necessidade que ele tem, não é porque alguém tirou dele? Não é uma questão social?

Roberto: Nem sempre. Aí entramos num julgamento que não faz parte da questão, porque naquele momento, é o ato de vocês dois: do ajudado e de quem está ajudando.

Pesquisadora: Será que ela faz isso pensando que ela está doando alguma coisa?

Roberto: Não. Ela não sabe que ela tá doando a necessidade dela, com certeza. Ela acha que você tem que dá, no aspecto, se você pensar, no aspecto social.

Antes achava que para partilhar fosse necessário ter dinheiro para dar, agora aprendi que posso partilhar a minha pobreza e estou feliz, porque sinto que não recebi apenas uma ajuda econômica, mas também uma alegria extra, uma nova paz e tranquilidade. (assistido da Argentina).

Além disso, aponta-se que os pobres estão mais abertos à doação porque se encontram “livres das amarras que muitas vezes os bens materiais trazem consigo” (MULATERO, 2001, p.12) e que a partir do exemplo deles, a EdC propõe a adoção de um estilo de vida sóbrio e regrado em relação ao consumo.

Os dados acima citados indicam que na perspectiva da Economia de Comunhão, a pobreza e o combate à mesma são vistos como desprovidos de seu aspecto histórico e social, podendo ser resolvidos através de ações privadas e isoladas. A pobreza possibilitaria a vivência de princípios religiosos, tanto ao pobre (sendo humilde ao aceitar sua condição), como aos ricos, permitindo-lhes praticar a caridade.

Tais afirmações apresentam a pobreza como uma perspectiva positiva, o que caracteriza o modo de operação ideológico da dissimulação, expresso na estratégia de eufemização (THOMPSON, 1995). O não ter, a pobreza, torna-se “ter”, “um dom a ser

ofertado”, o que remete ainda a atribuí-la ao sujeito: a carência não é fruto de um processo de exclusão social, mas é como se fosse intrínseca ao sujeito, algo que lhe pertence; não é fruto de um processo no qual algo que lhe foi expropriado, mas algo a ser doado. Tais representações da pobreza remetem a afirmação de Demo (2003, p. 41): “Pobreza mais dura, humilhante, é a do pobre que sequer sabe e é coibido de saber que é pobre, não atinando para a injustiça de sua condição histórica”.

Além disso, a “participação” dos pobres é restrita a solicitar o auxílio e a encontrar, por meios próprios, formas de superar sua situação de carência para, então, renunciar ao auxílio em favor dos demais. Ou seja, cabe-lhes resignarem-se a sua condição de objeto de ação alheia, não tendo outra contribuição a oferecer à EdC. Ao contrário dos empresários, os pobres não sobem aos palcos nos congressos de EdC, e aparecem como anônimos nos depoimentos publicados nos periódicos de divulgação, repleto de frases que expressam gratidão e resignação. Mesmo quando se atribui uma posição supostamente ativa, de busca de superação de pobreza, essa remete a ações particulares, individuais, o que reforça a responsabilidade do indivíduo por sua situação.

A EdC embora vise combater a pobreza material, segundo seus teóricos não se foca apenas nessa, mas busca combatê-la através da vivência da pobreza evangélica, espiritual. Para Bruni (2004a, p.7) “... a cultura da partilha e da comunhão, torna-nos todos pobres (como diz o Evangelho) e, pela partilha que atrai o cêntuplo, torna-nos todos ricos”. Afirma ainda o mesmo autor:

Somente assim, é possível dizer seriamente que, na Economia de Comunhão, também o empresário é pobre entre os pobres, não indigente mas aquele que, por amor, investe seus talentos para gerar riqueza a serem colocadas em comunhão... (BRUNI, 2005, p. 149)

Nesse sentido, considera que qualquer necessidade humana não satisfeita é uma forma de pobreza, e qualquer necessidade humana satisfeita é uma forma de riqueza. Assim, o empresário parece sentir-se confortado por viver a “*pobreza evangélica*”, entendida como desapego dos bens materiais, porque doa parte do seu lucro, sem o inconveniente de ter que vivenciar as mazelas e angústias da *pobreza material*. Já o pobre pode sentir-se *rico espiritualmente*, à medida que doa sua necessidade e também partilha o que recebe com os demais. Tais afirmações podem ser percebidas na seguinte fala de um empresário:

Será que ser rico é ter muito dinheiro? Outro dia ouvi uma expressão assim (...): eu descobri que eu sou muito pobre, eu só tenho o dinheiro. Não é profundo? (Roberto, empresário)

Novamente, tem-se o emprego da estratégia ideológica de eufemização, conferindo conotações positiva à pobreza e de deslocamento, atribuindo uma visão negativa à riqueza. Os direitos à saúde, moradia, educação, alimentação são apresentados como *dádivas* ao mesmo tempo humanas (doação do empresário) e divinas (sinal do amor de Deus), gerando uma postura de resignação perante a situação de exclusão.

Segundo Montañó (2003), diante da desesperança social, é comum ganharem força mecanismos que colocam no Além, em alguém mitificado, na “Providência Divina” ou na “força interior”, as esperanças de mudança:

Para P. e o marido era muito difícil estar na lista dos necessitados, porque ambos são formados. Quando receberam a ajuda aos 5000, compreenderam que não são eles que devem resolver todos os problemas, mas que deveriam dar espaço a Deus, que age na vida de cada um. Com esta ação aos 5000 aprenderam que é importante dar, mas também receber. Para eles parecia inacreditável que, no mundo da economia, existisse uma distribuição dos bens que tem raízes no Céu.” (assistido da Hungria)

Ser humildes, com dignidade: Sempre fui muito independente e queria ganhar o suficiente para viver. De repente, porém, precisei de ajuda para enfrentar uma crise econômica imprevista. Era difícil depender de outras pessoas, mas aprendi a ser humilde, com dignidade. Não me envergonho mais porque entendi que a soma recebida é expressão do amor de Deus por mim. (assistido de Santo Domingo)

Esta ajuda nos levou a perceber que existe alguém que cuida de nós! (assistido de Jerusalém)

Cada vez que recebo o dinheiro, agradeço a Deus e procuro não desperdiçar nem mesmo um centavo, porque sei que é fruto de uma comunhão abençoada por Ele (assistido do Brasil)

Segundo Sawaia (2004), a exclusão é uma pobreza insidiosa, pois priva as pessoas de meios de ação, reduzindo-as à impotência e torna-as dependentes da sociedade através dos mecanismos de ajuda. Nesse sentido, o sofrimento dos pobres vai além da situação de privação, de carência material, para a questão da humilhação, de sentir-se à margem, de perder sua dignidade, a capacidade de ser sujeito. A EdC, embora afirme resgatar a dignidade humana, acaba por perpetuar essa situação, como pode-se perceber através dos depoimentos dos assistidos citados e de tantos outros publicados no periódico *Noticias da EdC* que são repletos de frases que expressam gratidão e humildade, enquanto a indignação pela condição de carência e humilhação é apresentada como fruto de orgulho e deve ser combatida. Os pobres são, portanto, infantilizados e mantidos em uma posição de dependência: cabe a eles esperarem pelo libertador externo, deixando que as classes altas pensem e ajam por eles.

Resta aos pobres resignar-se ao papel que a EdC lhes confere: pedir auxílio, recebê-lo, usá-lo comedidamente e buscar o mais prontamente possível meios de subsistência para que possam renunciar ao auxílio. A auto-responsabilização e o processo de individualização pelas quais passou a percepção de justiça e das queixas geram a des-responsabilização estatal e do capital em relação à questão social. Esse processo gera um esvaziamento da dimensão de “conquista” e “direitos” das políticas sociais dando-lhes um caráter de concessão (dádiva, benevolência). Faz com que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente uma vez que são vistos como experiências individuais, frutos de infortúnios, má sorte dependentes do esforço individual. As falas dos pobres indicam que, embora possam contar com o auxílio temporário oferecido pelo MF, cabe a eles buscarem uma solução para seus problemas a fim de que possam prontamente, renunciar o benefício em favor de outros. Não se encontrou ao longo da pesquisa, qualquer ênfase à questão dos direitos fundamentais do cidadão, à pobreza como consequência de um processo de exclusão social e o resgate do dos pobres enquanto sujeitos.

Ainda segundo os participantes da EdC, *a pobreza deve ser combatida porque induz o pobre a pecar*:

A miséria, diz São Basílio, induz ao pecado. Nós não podemos querer o pecado. Portanto, não devemos querer a miséria. (Stefano Zamagni)

A afirmação gera questionamento: a que tipos de pecado estariam se referindo? A “preguiça”, “o ócio” impostos pelo desemprego? O furto para matar a fome? Tal questão não fica clara. Novamente, não se considera a questão da injustiça social, nem se considera como pecadores aqueles que produzem a miséria, mas se culpabiliza o pobre por sua situação. A espiritualidade que embasa a EdC, remete ao que Assmann e Hinkelarmert (1989) denomina de “messianismo espiritualizado”, proposto pela teologia tradicional, nega a legitimidade das exigências corporais e conduz a deslegitimação dos movimento sociais. As exigências corporais deixam de serem vistas como direitos e são consideradas como fraquezas humanas que devem ser atendidas a fim de se evitar uma revolta contra o sistema. Não se deve buscar o gozo corporal, mas o espiritual. Mais do que promover melhorias das condições de vida, é preciso garantir a participação na vida eterna.

A representação da pobreza apresentada pela EdC é ideológica e encobre os processos econômicos e sociais que a produzem, promovendo a submissão e auto-responsabilização

daqueles que se encontram em situação de exclusão material. Conforme destaca Demo (2003, p. 37):

A pobreza surge quando bens escassos se tornam bens privilegiados, em sentido material e imaterial. Seu cerne é destituição do teor político, ou seja, imposta, injusta, historicamente produzida e mantida. Trata-se de um processo manipulativo das condições dos outros perante a minoria que com isto se privilegia, reduzindo as maiorias à massa de manobra. Não está em jogo apenas a dimensão do “ter”, mas principalmente do “ser”...

Segundo Demo (2003, p. 41): “... o sistema não teme pobre com fome, teme pobre que sabe pensar”. Assim, as representações acerca da pobreza e dos pobres como as aqui expostas, atuam como mecanismos ideológicos de controle social, apresentando a dominação como ajuda com o intuito de mascarar, camuflar a relação, gerando acomodação para que a dominação não seja percebida, evitando-se o confronto. A exemplo do que mostra o filme “*Quanto vale ou é por quilo? Mais vale um pobre na mão do que pobres roubando*” de Sérgio Bianchi, tais representações expressam-se em práticas que reforçam a passividade social, à medida que não conseguem afastar-se do paternalismo e assistencialismo e reforçam relações de dominação, que no caso do Brasil, perpetuam-se desde os tempos da escravidão.

A seguir passo a discutir, as representações referentes ao trabalho e o trabalhador que compõe a Economia de Comunhão.

3.5 O TRABALHO E O TRABALHADOR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Para Sorgi (1998b), Chiara propõe uma unificação da proposta beneditina “reza e trabalha”, apresentando o *trabalho* como *uma forma de oração*, como um modo de o ser humano participar da criação e redenção divinas. Assim, o trabalho e seus instrumentos são sacralizados. Além disso, o *trabalho é considerado um meio de humanização*, é fonte de realização pessoal e deve ser libertado de toda instrumentalização alienante. Porém, por outro lado, ele não deve aprisionar o ser humano, dominar todas as esferas da vida:

O trabalho é constitutivo do ser humano (...). É um aspecto tão importante da vida que, se faltasse, o homem seria considerado menos homem. (LUBICH, 2004)

O trabalho é apresentado sob uma perspectiva positiva, como uma forma de prestar culto a Deus, bem como fonte de humanização, devendo ser desenvolvido em condições que superem a alienação. Entretanto, nas empresas Da Moda e Meta Metalúrgica, encontrou-se um trabalho taylorizado e realizado em condições insatisfatórias e, no caso da metalúrgica, insalubres: falta de iluminação, equipamentos inadequados, sujeira, risco de acidentes de trabalho. Não se pode, entretanto, generalizar tal questão, podendo haver uma realidade distinta em outras empresas de EdC. Quanto ao trabalho não dominar todas as esferas da vida, percebeu-se que, a começar pelos empresários, buscam conciliar a vida pessoal, familiar com o trabalho, não impondo a si próprios nem aos trabalhadores, jornadas de trabalho excessivas.

Assim como os pobres, os trabalhadores também são considerados *co-participantes do projeto*. Entretanto, segundo os dados coletados, tal “participação” é tão limitada quanto à dos assistidos, limitando-se a oferecer sugestões esporádicas de melhorias para os processos organizacionais e consiste ainda em serem trabalhadores produtivos e comprometidos, realizando um trabalho com qualidade, a fim de que a empresa seja lucrativa e assim possa repartir os lucros, doando seu trabalho. Durante a pesquisa, quando indagados sobre a EdC, percebeu-se que os trabalhadores tinham uma idéia vaga e, por vezes, nula do mesmo. Os empresários justificaram tal fato alegando que não fazem “propaganda da EdC” e de que os trabalhadores devem compreendê-la através das ações do empresariado no cotidiano na empresa:

Eles se sentem depois protagonistas do próprio projeto, do projeto, ou mesmo, não do projeto, mas desse espírito, quer dizer, eles se sentem responsáveis. O trabalhador se insere na Economia de Comunhão construindo a Economia de Comunhão todos os dias com o seu trabalho. E vivendo esses valores dentro da empresa no dia-a-dia, não é? O trabalhador é super importante e fundamental, senão não existiria a Economia de Comunhão na empresa.. Porque uma coisa na Economia de Comunhão é dividir o dinheiro. Isso é exclusivamente opção do dono do capital. Uma outra coisa é construir a mola mestra da Economia de Comunhão que é o testemunho do dia-a-dia, que são os relacionamentos e, sem a participação dos funcionários, não se chega a lugar nenhum. (Irene, empresária).

Segundo Sorgi (1998a), o relacionamento que o empresário da EdC estabelece com os trabalhadores faz com que haja uma maior dedicação ao trabalho, maior mobilidade e reciclagem diante das transformações tecnológicas e mudanças no mundo do trabalho. Assim, a EdC produz trabalhadores *dedicados, criativos, produtivos e comprometidos* a exemplo do profissional requerido pelos modelos flexíveis de gestão:

... porque a gente até, assim, fica orgulhosa, porque nas nossas notas fiscais, se você observar nas nossas notas, até sai isso: é uma empresa de Economia de Comunhão. (...) por trás disso, tudo que você tá fazendo, todo o trabalho que você está executando, vai repercutir no final disso, e que uma fatia disso de todo o trabalho vai estar auxiliando alguém que necessite. (...) Todo mundo trabalha assim com a maior boa vontade. (Mariana, supervisora)

Na Economia de Comunhão uma coisa que eu percebo, forte, é assim: que todo mundo trabalha pelo bem da empresa, por uma coisa comum. (Terezinha, assistente administrativa)

Embora a EdC afirme colocar o ser humano como centro do processo econômico, percebe-se, na prática, a ausência de uma participação efetiva dos pobres e trabalhadores e até mesmo a caracterização deles como pessoas frágeis, dependentes do auxílio externo. O “ser” continua subjugado ao “ter”, a medida que, cabe ao empresário, dono dos meios de produção, ser o protagonista do projeto, enquanto os pobres e trabalhadores têm sua condição de serem sujeitos restringida nas empresas de EdC.

No que diz respeito ao empresário, ele é apontado como o verdadeiro protagonista da EdC e portador de características que correspondem a uma imagem positiva, de alguém que é percebido como exemplo para os demais, conforme será discutido a seguir.

3.6 O EMPRESÁRIO: O PROTAGONISTA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Conforme já apontado, o empresário é o *protagonista do projeto de EdC*. À denominação Economia de Comunhão costuma-se acrescentar a expressão “na liberdade” para indicar que a adesão à mesma parte de uma decisão pessoal e livre do empresário, e que deve ser renovada anualmente. Cabe também a ele, através da vivência da espiritualidade do MF no cotidiano da empresa, implantar e divulgar seus princípios. Assim, seu protagonismo se justifica pela posse dos meios de produção e por ser detentor de um código de ética. A fala abaixo ilustra esse aspecto, além de retomar a questão da posse legítima do lucro, já discutida:

... eu entendo, entendia e ainda entendo, que a Economia de Comunhão é uma opção dos proprietários da empresa. Eles têm o direito de optar ou não, porque afinal das contas o dinheiro que vai pra Economia é dos proprietários. (Carlos, empresário).

Também é repetido, o discurso atualmente em voga que torna o empresário sinônimo de *líder democrático, empreendedor e idealizador*. Em uma das palestras no congresso de

EdC de 2005, Luigino Bruni afirmou que o empresário é um empreendedor, um realizador, que trabalha não movido pela busca do lucro, mas para realizar seu sonho, por amor a sua empresa, para atender à sociedade. Lubich (2004) aponta ainda que os empresários da EdC são os principais *instrumentos suscitados por Deus* para combater o problema da pobreza. Assim, o empresário que participa da EdC confere ao seu trabalho uma dimensão que vai além de ser um mero gestor, centrado no lucro e em objetivos pessoais, mas percebe-se como alguém que constrói um projeto divino e um sonho humano que visa combater a pobreza e construir um mundo unido e fraterno:

Chiara veio com uma proposta dizendo o seguinte: “Você deve ser competente, você deve ser dos melhores, você deve gerar lucros, você deve mostrar pro mundo uma nova economia”. Isso me realizou muito, porque foi como se ela dissesse: usem todos os seus talentos, faça esses talentos frutificar, melhorar, façam o melhor possível e mostrem pro mundo que é possível uma nova economia, mostrem que o modelo que está aí, não é o modelo certo. Então, isso veio lá da realização profissional, também como vocação de empreendedor, associada a um projeto, digamos assim, humano, mas com um cunho social fantástico. (Carlos, empresário)

Chamou minha atenção o fato de que na fala dos trabalhadores, os empresários são apresentados como pessoas próximas, sendo comparados a *pais e a amigos* que protegem e se preocupam com eles, bem como são apresentados como exemplo, *modelo não apenas no âmbito profissional, mas igualmente na esfera familiar e religiosa*:

O cara é um paizão da gente. (...) Eu gosto de me sentir desse jeito..., ele preocupado comigo. Sabe como é que é? (Nelson, operador de máquina)

O Carlos e a Irene, eles têm uma relação assim, muito bacana, muito legal, isso me ajudou muito no meu relacionamento interno com o meu esposo. (Ana, supervisora)

Ao considerar o empresário como o protagonista, construindo uma imagem exclusivamente positiva, a EdC corrobora uma transição em curso, segundo a qual o empresário deixa de ser visto como vilão, explorador e torna-se modelo de sucesso financeiro, profissional e pessoal. Além disso, ganha *status* de protagonista social, que com sua competência é capaz não apenas de gerir com competência suas empresas, mas igualmente resolver os problemas sociais, como aponta a Responsabilidade Social. A sociedade parece assim passar da tutela do pai-Estado para a tutela da mãe-empresa como discutido a seguir.

3.7 A EMPRESA-COMUNIDADE

Em sintonia à comparação do empresário como pai e com a ênfase nas relações interpessoais, aparecem nos dados coletados a comparação da empresa a uma comunidade e a uma família, ou seja, um lugar que remete ao aconchego, à proteção, segurança, à harmonia, na qual seus integrantes estabelecem relacionamentos próximos e os conflitos devem ser evitados. Comparar a empresa a uma comunidade implica ainda em não restringi-la a um ambiente de trabalho, mas permitir a expressão de outras esferas da vida como a família e a religião. Nas empresas Meta e Saúde, os familiares são envolvidos em atividades recreativas e festivas da empresa, havendo também rituais religiosos como orações e encontros sobre a espiritualidade do MF, presentes também na Da Moda Confecções:

Podemos formar, na empresa, comunidades de trabalho que vivam a “Arte de Amar”, valorizando as pessoas pelo que elas são. A esperança e a confiança se restabelecem quando todos sabem que as decisões são tomadas por amor e não por interesse próprio ou corporativista. E quem acata essas decisões, o faz não por obrigação, mas com convicção, entendendo o processo em benefício do todo, ou seja, de cada integrante da empresa, incluindo seu público externo (clientes, fornecedores, comunidade, etc). (Paulo, empresário, palestra no congresso nacional de EdC em 2003)

Eu acho que é próprio deles da diretoria. Eu falo do Carlos e a Irene. É aquela grande família, um se preocupa com o outro. (Gabriela, estagiária)

A relação de proximidade e igualdade apresenta um caráter simbólico e é unilateral, pois é o empresário que se aproxima dos trabalhadores, trabalhando no mesmo espaço físico, cumprimentando a todos diariamente e envolvendo-se com questões de sua vida pessoal. Constrói-se assim, um imaginário no qual as diferenças sociais são apenas aparentes, ou seja, há uma supressão das contradições de classe. Cria-se uma percepção na qual há uma perfeita harmonia entre os interesses dos empresários e dos trabalhadores. O caráter ideológico de tais afirmações pauta-se na unificação que visa construir, em um nível simbólico, uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma unidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los. Percebe-se ainda a estratégia de dissimulação, uma vez que as relações de dominação são obscurecidas. Nesse sentido, os trabalhadores percebem os empresários como pares, e as diferenças sociais são atenuadas.

Ou seja, a exemplo das correntes da excelência, do simbolismo, da qualidade total, os empresários EdC acreditam que conseguiram superar as limitações das correntes anteriores

(motivação, relações humanas) através de uma relação de apropriação simbólica entre o trabalhador e a empresa, sem que fosse realizada nenhuma alteração estrutural e nas relações de poder tais como partilha do lucro, autoridade, decisão e propriedade.

Apresento abaixo um mapa geral com as dimensões da EdC discutidas:

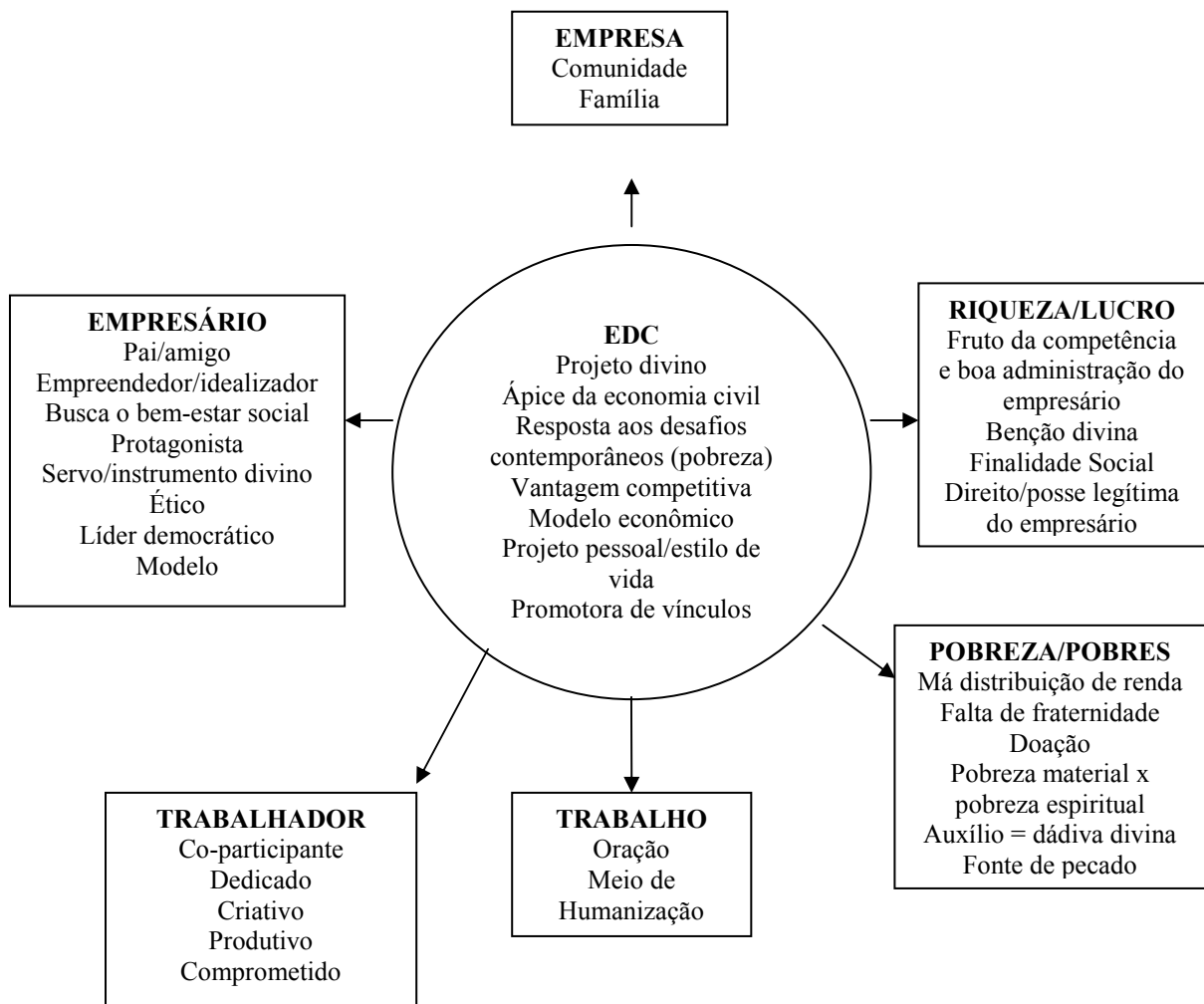


Figura 1: Mapa das dimensões da Economia de Comunhão

Fonte: Elaborado pela autora

Espero que até aqui o leitor possa ter tido uma compreensão da Economia de Comunhão e das representações que lhe constituem e são por ela expressas. Gostaria de agora fazer algumas considerações a respeito das funções desempenhadas pela EdC a partir das idéias de Jovchelovitch (2006).

3.8 AS FUNÇÕES DA ECONOMIA DE COMUNHÃO ENQUANTO UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Segundo Jovchelovitch (2006), ao se responder às perguntas - Quem? Como? Por quê? O quê? e Para quê? - encontramos não apenas os componentes dinâmicos do processo representacional, mas também categorias psicossociais centrais: identidade e estruturas intersubjetivas; comunicação e práticas, atribuições, justificações e funções. Para ela, a grande variedade desses processos explica a diversidade de saberes e oferece *insights* para os diferentes “desejos de representação” por detrás do sistema de conhecimento.

Para a autora, o “quem” refere-se ao fato de que toda representação vincula-se ao esforço de um determinado grupo em representar a si próprios, sendo que alguns tipos de sistema de saber, como é o caso do saber tradicional (mitos, religião), têm como principais funções a manutenção da identidade, a integração social e a reprodução cultural. Nesses casos, o mundo objetivo é representado através de lentes de identidade da comunidade. A EdC pode ser vista sob esse prisma, uma vez que é uma expressão de um grupo específico, os membros do MF, tendo por função fornecer, expressar e reproduzir a identidade dos mesmos no âmbito da economia e do trabalho. O mundo objetivo, em particular mundo do trabalho, é interpretado e nele se atua a partir das crenças e valores que constituem a espiritualidade por eles compartilhada, como pode ser perceber através das discussões até aqui realizadas.

O “como” refere-se às diferentes maneiras através das quais os atores se comunicam e interagem para produzir a representação em questão, dando forma a um certo modo de ver e conhecer o mundo. Enquanto a cooperação implica em diálogo e reciprocidade de perspectiva, proporcionando um conhecimento aberto e plural, a coação social implica em assimetria, comunicação unidirecional e imposição de perspectiva, produzindo um saber resistente à mudança. No caso da EdC, embora o discurso seja de reciprocidade e igualdade, prevalece a coação social e a assimetria, embora veladas. O saber é gerado pela presidente, lideranças, estudiosos e empresários vinculados ao MF, sendo assimilados por todos sem

questionamento. São eles que têm voz nos congressos e textos sobre a EdC. Não há participação dos trabalhadores e beneficiários nesse processo. A ausência de espaço para a pluralidade pode ser percebida ainda no fato de que a denominada formação dos homens novos se restringe ao conhecimento da doutrina do Movimento dos Focolares. Mesmo quando se busca outras áreas de saber, como a ciência, são apresentadas apenas teorias que expressam idéias semelhantes àsquelas propostas pela EdC, não havendo espaço para discussão, divergências e auto-crítica.

O “porquê” da representação vai além de uma função cognitiva, baseada apenas no *logos* e representa a lógica da subjetividade e da inter-subjetividade, expressando motivos e intenções que são regidos por processos inconscientes e afetam a dinâmica entre os parceiros em interação. O porquê é a função simbólica da representação que confere racionalidades específicas aos diferentes sistemas de conhecimento. Refere-se à função das representações de fornecer explicações sobre o funcionamento do mundo objetivo, atuando como mediadoras entre as pessoas e o mundo objetivo.

A Economia de Comunhão sendo uma Representação Social constitui um conjunto de saberes que apresenta uma forma de compreender e atuar sobre o mundo, particularmente de dar uma resposta à questão do aumento da pobreza no mundo. Obviamente que não se pode afirmar que a pobreza seja uma questão nova, não familiar. Porém, ao meu ver, a função que a EdC cumpre é a de, diante do crescimento absurdo das desigualdades sociais, fornecer uma explicação para a origem da pobreza (egoísmo humano) e a solução para a mesma (seguimento dos princípios da EdC). Cabe lembrar aqui que o objetivo do MF, ao qual a EdC está vinculada, é a promoção de um “mundo unido”, assim, pode-se imaginar o “estranhamento” existente entre a missão que seus membros têm que alcançar e a realidade: será possível esse mundo unido? Como construí-lo se a sua volta vê-se a proliferação da miséria? Particularmente no caso dos empresários, os mesmos afirmam que a EdC indicou-lhes como superar o conflito que viviam entre como conciliar o papel de empresário (competição; acumulação) com o de cristão (colaboração; doação):

No entanto, ficava aquela frustração: até que ponto eu consigo, na minha atividade comercial, colocar em prática os valores em que eu acredito? (...) Mas quando eu aderi à Economia de Comunhão, foi como um libertar de um... eu ia dizer, foi a conquista da liberdade, quando aderi a Economia de Comunhão, porque aí sim eu vi qual era a minha vocação pessoal e a vocação da empresa, que era de fato usar o melhor. Fazer desta estrutura empresarial um meio pra divulgação de uma idéia. (Carlos, empresário)

A racionalidade presente na EdC afasta-se do *logos*, no que se refere aos princípios religiosos que a embasam, por exemplo, afirmando a intervenção divina no mundo dos negócios; por outro lado, busca-se construir uma argumentação pautada na razão a partir da construção de uma teoria científica, mais direcionada porém a dar legitimidade à EdC a uma audiência externa, não vinculada ao MF. Conforme Serafim, pode-se ainda considerar que a EdC segue a racionalidade substantiva, pautada em valores e oposta à racionalidade instrumental, embora, conforme aponte nas discussões ela não esteja de todo alheia à mesma.

A retórica da EdC remete aos “três mosqueteiros” da persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos* (BAUER, GASKELL, ALLUM, 2002; LEACH, 2002). O *ethos* refere-se ao argumento que apela para a credibilidade pessoal. Assim, principalmente o que é dito por Chiara Lubich tem peso de lei. São impressionantes os relatos ouvidos durante a coleta de dados, que afirmam que logo após o anúncio da proposta, pessoas se dispuseram a abrir empresas, a se dispor de bens, como foi o caso de uma das empresárias entrevistadas, para que a Economia de Comunhão se tornasse uma realidade. Além disso, conforme foi ilustrado ao longo do texto, afirmações dela e de estudiosos da EdC, são incorporadas e repetidas pelos empresários. O *pathos* refere-se ao apelo à emoção do público. Remeto novamente às narrativas sobre o momento do lançamento da EdC. Entrevistados que estavam presentes nesse momento, relatam o clima de euforia e comoção que tomou o local, e que muito não resistiram às lágrimas. Os congressos de EdC dos quais participei também são permeados pela emoção, com músicas e muitos aplausos. Já a questão do *logos*, conforme já indicado, refere-se principalmente à construção de uma teoria econômica da EdC, ao meu ver, buscando legitimá-la para além das fronteiras do MF e persuadindo principalmente a comunidade acadêmica.

O “o quê” da representação refere-se à construção do objeto. O conhecimento do cotidiano se ancora nas representações anteriores a fim de poder compreender um novo fenômeno. Enquanto uma das principais tarefas do objeto é expressar a resiliência do mundo objetivo, ele também serve como plataforma contra a qual novos pontos de vista são construídos e imaginados. Em toda forma de representação há uma batalha entre a história do objeto e a intenção de capturá-lo, constituindo uma nova rede de significação. O “o quê” implica no entendimento do conteúdo e sua importância na configuração do conhecimento. O conteúdo importa porque os temas, idéias e significações expressos em uma representação revelam os elos simbólicos que são estabelecidos pelos atores sociais e os recursos que são trazidos para sustentar as formulações que eles constroem sobre o mundo objetivo. No caso da

EdC, o objeto em questão pode ser próprio projeto que ela se propõe a operar, com seus princípios e práticas e que foram discutidos ao longo do artigo.

O “para quê” das representações diz respeito à função ideológica e de construção de futuro que podem desempenhar. Nem todas as representações são ideológicas, mas há casos em que as mesmas cumprem essa função à medida que estão relacionadas a lutas de poder, fazendo um uso sistemático da assimetria para dominar os outros. Os aspectos ideológicos da EdC foram discutidos ao longo do artigo, indicando como a mesma mantém relações sociais assimétricas, de dependência e dominação no que se refere aos empresários, trabalhadores e assistidos. Quanto à questão do futuro, as representações buscam construí-lo a partir de perspectivas cognitiva, social e emocional. Cognitivamente através da construção de projetos que correspondam a antecipações cognitivas das coisas que estão por vir; socialmente pela construção de utopias, que correspondem às visões de como as coisas deveriam ser; e emocionalmente através da experiência da esperança. Nesse sentido, a EdC apresenta-se como um projeto que pretende contribuir para a concretização da utopia de um mundo unido, fraterno, buscando antevê-lo, concretizá-lo ainda que seja de forma provisória e restrita às empresas que aderem a seus princípios.

A Economia de Comunhão, devido a sua origem religiosa, possui características de esferas públicas tradicionais, onde a comunidade exerce uma forte pressão sobre seus membros, e produzem-se representações homogêneas. Conforme já apontado ela cumpre a função de oferecer um fundamento existencial, aos empresários e trabalhadores, que afirmaram que a mesma permitiu-lhes atribuir um sentido de realização ao trabalho que vai além das conquistas econômicas e profissionais; bem como aos assistidos que vêm na sua privação e no auxílio recebido sinais dos desígnios divinos. É claro que tais sentidos são permeados por questões ideológicas conforme já discutido. Além disso, à EdC também cumpre a função de gerar um sentimento de pertencimento e de segurança expresso nas falas de trabalhadores e assistidos que afirmam sentirem-se parte de uma “grande família”, bem como por produzir sujeitos obedientes e que seguem o outro porque reconhecem sua autoridade e devido ao forte vínculo social.

4 ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A Economia de Comunhão, enquanto uma Representação Social, atribui novos sentidos, em sua maioria de origem religiosa, às questões de ordem econômica e social, conferindo um caráter sagrado ao trabalho, a riqueza e até mesmo a pobreza. As representações presentes na EdC fazem com que a inquietação do empresário diante de seu dilema ético (ser cristão e capitalista) e das incertezas do mercado; bem como a angústia dos trabalhadores e pobres diante da exclusão sejam substituídos por um sentimento de paz e proteção, devido a crença de contarem com auxílio humano e a proteção divina. Igualmente, a EdC cumpre a função de manter o sentimento de pertença a um grupo, mantendo a coesão social. Porém, conforme discutido, cumpre também uma função ideológica a medida que perpetuam e ocultam as relações de dominação.

Conforme apontado no início do capítulo, busquei discutir aqui, uma das propostas que surgiram recentemente para combater a questão da pobreza: a Economia de Comunhão. A mesma está relacionada à nova filantropia empresarial, como é o caso também da Responsabilidade Social. Sendo uma representação social que visa dar sentido ao mundo e permitir ao sujeitos nele operarem, a EdC constrói um cenário idílico e, porque não, onírico: um mundo no qual não há conflitos, reina a fraternidade, todos vivem em harmonia e tudo isso é construído sem revoluções e guerras sangrentas, bastando apenas que cada indivíduo, particularmente, adote e pratique os princípios apresentados pela EdC, pautados na espiritualidade do Movimento dos Focolares.

A raiz religiosa da EdC é, ao mesmo tempo, sua força e fraqueza. Força porque propõe o resgate de valores como a cooperação, a ética, a atenção para com o sofrimento alheio. Oferece ainda sentido, significado à experiência dos empresários e, através do compartilhamento dessas crenças, mantém a coesão e sustenta a fidelidade ao projeto. Por outro lado, conforme apontado, tais crenças dificultam a possibilidade de crítica e auto-crítica, são permeadas pela ideologia, reforçando relações de submissão por parte dos excluídos.

Além das representações de origem religiosa, somam-se à EdC outras já sedimentadas no discurso capitalista (meritocracia, lucro como direito legítimo do capitalista, sociedade como soma dos indivíduos, soluções individuais para questões sociais, dentre outras). Identifica-se ainda nela a emergência de novas representações através das quais o empresário

deixa de ser apontado como o vilão social e ganha ares de herói e as empresas se tornam o centro da sociedade.

Considero, portanto, a *Economia de Comunhão* como uma expressão da reestruturação do capitalismo, reafirmando os princípios neoliberais. Nesse contexto, a questão social deixa de ser direito de todos e uma responsabilidade privilegiada do Estado e passa a ser responsabilidade dos próprios excluídos e da ação filantrópica voluntária de organizações e indivíduos (MONTAÑO, 2003). A proposta da EdC em nenhum momento resgata a responsabilidade do Estado, mas atribui aos empresários o papel de gestor social e promove a individualização da questão da justiça social, à medida que suprime os aspectos históricos e sociais da exclusão.

Como alertam Cattani (2003) e Spink (2004), a construção de uma “outra economia” capaz de oferecer soluções efetivas para a miséria requer a necessidade de lançar um olhar atento e crítico a fim de distinguir as possibilidades e deficiências dos projetos apresentados, bem como identificar aqueles, que, por detrás de “boas intenções”, continuam a repetir a lógica capitalista. Sendo assim, se os empresários da EdC pretendem construir uma economia capaz de concretizar a comunhão, faz-se preciso inicialmente, que assumam as limitações e contradições do projeto, ao invés de idealizá-lo. Para tanto, é necessário deixarem de considerar que a espiritualidade sobre o qual se baseia é algo puro e capaz de dar conta de todos os aspectos da existência humana e buscarem o diálogo franco com outros tipos de saber, como as ciências, que lhes permita enxergar para além de seus horizontes ao invés da construção de uma “teoria econômica” que seja a imagem e semelhança das representações presentes na espiritualidade do Movimento dos Focolares. Acreditar na dimensão sobrenatural do ser humano, não implica em negar que os movimentos religiosos e igrejas são também construções sociais e que podem atuar como mecanismos de regulação social. Faz-se necessário ainda construir uma prática efetivamente coletiva, como a denominação comunhão indica, que não se concentre no empresariado, mas promova uma participação efetiva dos trabalhadores e assistidos pela Economia de Comunhão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e Comportamentos Sociais. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p. 9-20.

_____. Apresentação. In: LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão: História e Profecia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004, p. 9-10.

ASSMANN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz. J. **A Idolatria do Mercado: Ensaio Sobre Economia e Teologia**. São Paulo: Vozes, 1989.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses no Conhecimento: Evitando Confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-36.

BAUER, Martin W; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.39-63.

BRUNI, Luigino. Rumo a uma Racionalidade Econômica Capaz de Comunhão. In: BRUNI, Luigino. (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 41-66.

_____. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, Vargem Grande Paulista, n.18, p.6-7, 2004a.

_____. **Economia e Reciprocidade**. In: XII ENCONTRO DE APROFUNDAMENTO CULTURAL E ESPIRITUAL DA ECONOMIA DE COMUNHÃO. 2004b, p.1-15. Mimeografado.

_____. **Comunhão e as Novas Palavras em Economia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Lisboa: FCG, 2003.

CATTANI, Antonio David. A Outra Economia: os Conceitos Essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 9-14.

DEMO, Pedro. **A Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERRUCCI, Alberto. Considerações Sobre a Economia de Comunhão. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998a, p. 69-92.

_____. Inferno e Paraíso. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, n.7, p. 2, 1998b.

GUI, Bruno; BRUNI, Luigino. A Economia de Comunhão em “Quatro Palavras”. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, Vargem Grande Paulista, n.13, p.6-8, 2001.

GUI, Bruno. Entrevista com Stefano Zamagni. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, Vargem Grande Paulista, n.15, p.10-11, 2002a.

_____. **Evangelho e Economia: Qual é o Espaço da Gratuidade?** In: III ENCONTRO DE APROFUNDAMENTO CULTURAL E ESPIRITUAL DA ECONOMIA DE COMUNHÃO. Vargem Grande Paulista, 2002b, p.7-14. Mimeografado.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Knowledge in Context: Representations, Community and Culture**. London: Routledge, 2006.

LEACH, Joan. Análise Retórica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.293-318.

LUBICH, Chiara. A Experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma Proposta de Agir Econômico. In: BRUNI, Luigino. (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p.13-19.

_____. **Economia de Comunhão: História e Profecia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

MANCE, Euclides (1999). **A Colaboração Solidária**: compreendendo, transformando e conectando o que já existe. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa2.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2005

MARKOVA, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais**: As Dinâmicas da Mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOSCOVICI, Senge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Disponível em < <http://www.focolares.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2004.

MULATERO, Caterina. Os Pobres, “Atores” do Projeto de EdC. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, n.13, p. 12, 2001.

PINHEIRO, Márcia B. Economia de Comunhão: uma Experiência Peculiar de Economia Solidária. In: SINGER, Peter; SOUZA, André Ricardo. (org). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 333-351.

POLI, Maria C. Empresas e Responsabilidade Social: os Enredamentos da Cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. **Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 369-418.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento Ético-político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p.97-118.

SILVEIRA, Natani Carolina. **Relações entre Responsabilidade Social e Economia de Comunhão: um Estudo de Caso com as Empresas do Pólo Empresarial Spartaco**. Disponível em < http://www.valoreconomico.com.br/ethos/pdf/2005/Relacoes_entre.pdf>. Acesso em: 12 out 2005.

SORGI, Tommaso. A Cultura do dar. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998a, p. 31-68.

_____. A “Santa” Economia. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura.** Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, n.1, 1998b. p. 4-5.

SOUZA, Isabel F. et al. Economia da Comunhão é uma Hermenêutica das Emergências? In: XII SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 2005, Bauru.

SPINK, Peter. Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade. In: GUARESCHI, Neuza (org). **Estratégias de Invenção do Presente: a Psicologia Social no Contemporâneo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em http://www.fgvspace.br/spink/conteudo/documentos/psicologia_organizacional/alempsiorganiz.pdf. Acesso em: 10 jul. 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

ZAMAGNI, Stefano. Uma Economia Fraterna. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura.** Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, n. 20, 2005. p.6-7.

TERCEIRO ARTIGO

A GRANDE FAMÍLIA: relações de trabalho e comunitarismo nas empresas de Economia de Comunhão

O terceiro e último artigo também é empírico. Nele também retomo brevemente a metodologia da pesquisa e busco aprofundar algumas discussões já assinaladas no artigo anterior. Nesse sentido, foco-me na análise das representações referentes às relações de trabalho e às empresas presentes na EdC e os sujeitos por elas produzidos, associando-os ao fenômeno do Comunitarismo e da Espiritualidade nas Organizações. Por fim, discuto as representações sociais de mudança social propostas pela Economia de Comunhão e seu caráter de reforma e manutenção do *status quo*.

A GRANDE FAMÍLIA: relações de trabalho e comunitarismo nas empresas de Economia de Comunhão

Resumo: O artigo apresenta uma análise de um projeto de filantropia empresarial – a Economia de Comunhão (EdC) - e visa identificar suas representações acerca das relações de trabalho e das empresas associando-as à reestruturação produtiva e ao comunitarismo. Discute ainda suas implicações sobre a subjetividade e perspectivas de mudança social. A pesquisa foi realizada a partir de dados coletados através de visitas a empresas, participação de congressos, pesquisa documental e bibliográfica vinculadas a EdC. A análise pautou-se na Hermenêutica da Profundidade (THOMPSON, 1995). Os resultados indicam que a EdC não altera as relações de trabalho capitalistas e aproxima-se de práticas emergentes como a Espiritualidade nas Organizações e a Responsabilidade Social. Embora sob novas roupagens, as mesmas são estratégias neoliberais, baseadas no assistencialismo, que reforçam o imaginário original de servo-escravo, de dependência e submissão, que se traduz na busca da segurança e proteção oferecidos pela empresa-mãe.

Palavras-chaves: Economia de Comunhão, relações de trabalho, reestruturação produtiva, responsabilidade social, espiritualidade nas organizações.

THE BIG FAMILY: work relations and communitarism in the Communion Economy companies

Abstract: The article presents an analysis of the Communion Economy (EdC) which aims to identify their representations about work relations and companies, associating them to the productive restructure and to the communitarism. It also discuss its implications on subjectivity and perspectives of social change. The research was held based on the data collected through visits to companies, participation in congresses, documental and bibliographical research connected to the EdC. The analysis was held based on the Depth Hermeneutics (THOMPSON, 1995). The results show that the EdC does not alter the capitalist work relations, and gets near emergent practices, such as Spirituality in Organizations and Social Responsibility. Although under a new name, they are neoliberal

strategies, based on poverty paternalism, which reinforce the original imaginary of servant-slave, of dependency and submission, that is translated in the search of security and protection offered by the parent-company.

Key-words: Communion Economy, work relations, productive restructure, social responsibility, spirituality in organizations.

A GRANDE FAMÍLIA: relações de trabalho e comunitarismo nas empresas de Economia de Comunhão

“Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
– Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
(...)
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.
(...)
E o operário disse: Não!
– Loucura! – gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
– Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.”

(Operário em Construção – Vinícius de Moraes)

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva, iniciada por volta de 1970, caracterizou-se pela crise do modelo taylorista-fordista e advento dos modelos flexíveis de produção (toyotismo). Na busca por produzir mais com menores custos e maior qualidade, as empresas por um lado formaram uma elite trabalhadora, alvo de altos investimentos em termos de qualificação e remuneração, e por outro, uma massa de trabalhadores descartáveis, além daqueles que nunca conseguirão inserir-se no mercado de trabalho formal. O Schimit taylorista tornou-se obsoleto, agora é necessário ser um empreendedor. A área de Recursos Humanos passa a ser denominada de Gestão de Pessoas e a ocupar um posicionamento estratégico, promovendo a exploração do que Aktouf (2004) da “mais valia da manipulação” uma vez que se requer não apenas o corpo, mas a mente e a alma dos trabalhadores (ULRICH, 2003).

Esse cenário caracteriza-se ainda por um aumento da competição, do individualismo e conseqüente fragilidade dos vínculos sociais. Como aponta Sennet (1999), a reestruturação produtiva “corroi o caráter”, fazendo com que valores como lealdade, confiança e amizade se deteriorem. A liberdade para aqueles que não tem recurso é vivenciada como abandono, originando o fenômeno do comunitarismo, uma tentativa de resgatar o vínculo social e a segurança perdidos (BAUMAN, 2003). Esses dois fenômenos - reestruturação produtiva e comunitarismo - encontram-se, pois vinculados.

A perplexidade surge, quando a mesma empresa que quer torna mais frágeis os vínculos com seus membros a fim de desonerar o capital do peso do trabalho, apresenta-se também como a grande família capaz de atender a todas as necessidades de seus membros, inclusive as afetivas, em troca de sua devoção.

Nesse artigo, pretendo discutir tais questões partindo de informações empíricas colhidas a respeito das empresas de Economia de Comunhão (EdC). A Economia de Comunhão foi anunciada em 1991, no Brasil, por Chiara Lubich, presidente do Movimento dos Focolares (movimento religioso católico). Trata-se de uma proposta vinculada a Responsabilidade Social que visa combater a pobreza e resgatar a ética nas organizações.

O artigo encontra-se assim estruturado: a seguir descrevo os procedimentos metodológicos da pesquisa. Depois, apresento uma análise das relações entre trabalhadores e empresários nas empresas de EdC, destacando os seguintes aspectos: participação do trabalhadores; gratuidade e reciprocidades nas relações estabelecidas nas empresas de EdC;

EdC e Espiritualidade nas Organizações e relações estabelecidas entre os trabalhadores. Em seguida abordarei, a representação da empresa como uma comunidade e como uma família, que remete aos fenômenos do paternalismo e comunitarismo. Depois, tecerei alguns comentários sobre quais as repercussões da EdC sobre a subjetividade de empresários e trabalhadores. Por fim, discuto a proposta de mudança social apresentada pela EdC.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Apresento nesse momento alguns esclarecimentos metodológicos a respeito da pesquisa. Os dados foram coletados a partir das participações nos Congressos Nacionais de Economia de Comunhão dos anos de 2004 e 2005, pesquisa bibliográfica de obras referentes à Economia de Comunhão, consulta a fontes documentais diversas (periódicos sobre EdC, Cadernos de Formação dos Empresários, arquivos com dados sobre as empresas cadastradas no Brasil, dentre outros) e entrevistas com empresários e trabalhadores realizadas durante as visitas a três empresas de EdC.

Quanto à escolha das empresas, a mesma deu-se segundo critérios de acessibilidade (localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil). As empresas pesquisadas foram: uma confecção situada na Grande São Paulo, com 10 trabalhadores; uma metalúrgica localizada em Santa Catarina, com 50 trabalhadores e uma distribuidora de medicamentos, com sede no Paraná, com 78 trabalhadores na época da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semi-estruturas, individuais com 7 empresários e 20 com trabalhadores. Por questões éticas, não serão divulgados os nomes das mesmas, bem como foram alterados os dados dos sujeitos da pesquisa a fim de se garantir o anonimato.

Após transcritos e selecionados os dados, procedeu-se a análise do conteúdo temática (BARDIN, 2000; GASKELL, 2002; RICHARDSON et al 1999), sendo que as categorias foram estabelecidas com base nos objetivos da pesquisa. Quanto à última fase, realizou-se a interpretação/re-interpretção das informações a partir das teorias da Ideologia (THOMPSON, 1995) bem como foram relevantes as contribuições de Sennet (1999) e Bauman (2001; 2003; 2004), para compreensão do comunitarismo. Destaco, por fim, que foi feita a validação comunicativa (GASKELL, BAUER, 2002) do estudo através de um grupo virtual de discussão sobre a EdC.

2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO ESTABELECIDAS PELA ECONOMIA DE COMUNHÃO

2.1 A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO

Conforme apontado na literatura e verificado nas empresas de EdC visitadas, a adesão ao projeto não implica, até o momento, em mudanças estruturais e de gestão, mas tem seu foco nas relações interpessoais. Segundo Biela (1998), Molteni (2002) e Burckart (2002), nas empresas de EdC os relacionamentos estabelecidos entre empresários e trabalhadores, fornecedores, clientes, órgãos governamentais, comunidade e concorrentes caracterizam-se pela abertura, proximidade, ética e confiança e a definição de objetivos e missão organizacionais busca contemplar os interesses de todos.

Para Bruni (2005), por serem raros, os bens relacionais tornaram-se valiosos. Tem-se utilizado inclusive o termo “capital relacional” para designar que os relacionamentos estabelecidos nas empresas de EdC agregam valor às mesmas, constituindo uma vantagem competitiva, à medida que, por exemplo, auxiliaria na superação de conflitos internos e externos e que clientes e fornecedores prefeririam negociar com as mesmas por considerá-las empresas idôneas.

Destaco que os teóricos da EdC, citados acima, empregam o conceito *relacionamento* e não *relação*, referindo-se ao contato, comunicação, convivência entre duas ou mais pessoas nas quais estão presentes questões de valores, afetos e individualidade, sempre vistos sob uma ótica positiva, indicando união e harmonia. Referem-se assim às relações interpessoais, não enfocando as relações sociais mais complexas como as relações de trabalho.

Meu enfoque, entretanto, nesse capítulo toma as relações sociais, particularmente as relações de trabalho, indicando que as mesmas não se limitam às questões interpessoais, e que são permeadas por dimensões sociais, históricas, culturais e políticas. Assim, não se pode esquecer o contexto no qual são construídas - o modo de produção capitalista - que define os papéis dos envolvidos e caracteriza tal relação pela tensão e conflito, pelo embate de interesses mais do que pela harmonia.

As relações de trabalho:

... abrangem o conjunto de arranjos institucionais e informais que modelam e transformam as relações entre capital e trabalho em suas diversas dimensões na complexa formação social e econômica capitalista, cuja totalidade está determinada pelo modo de produção das mercadorias, isto é, pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas tecnológicas e do trabalho e as relações sociais de produção (NOGUEIRA, 2002, p. 115-116).

As relações capitalistas de trabalho são relações assimétricas e que produzem desigualdade uma vez que, embora a produção de bens e serviços seja coletiva e social, marcada pela interdependência complexa e internacional dos setores de produção material e imaterial, os resultados são apropriados privadamente e cada vez mais se concentram em pequenos grupos de proprietários e gestores (NOGUEIRA, 2002).

As informações colhidas mostram que a EdC propõe um modelo de gestão participativo que busca envolver os trabalhadores nos processos de tomada de decisão e estabelecer relações de confiança e de igualdade. Durante a pesquisa, analisei essa participação dos trabalhadores a partir de três níveis:

- *participação na gestão*: inclui definições referentes ao planejamento e execução do trabalho, às políticas de recursos humanos e às decisões estratégicas;
- *participação nos lucros*: refere-se à participação nos resultados financeiros da empresa;
- *participação nos meios de produção*: refere-se à posse coletiva dos meios de produção.

Analisando esses três níveis, percebeu-se que nas empresas pesquisadas, a gestão participativa proposta pela EdC alcança de forma parcial os dois primeiros: participação na gestão e participação nos lucros. Ao serem indagados sobre a gestão participativa, empresários e trabalhadores exemplificaram através de situações nas quais é permitido ao trabalhador propor sugestões para melhorias de processos organizacionais, mas cuja decisão de adotá-las ou não continua a ser dos proprietários. Cabe destacar que essas sugestões costumam ser feitas de maneira informal e esporádica, não se encontrando nenhum modo formalizado e contínuo de participação na gestão, como um comitê de trabalhadores. A

possibilidade de expressar sua opinião é sentida como uma forma de liberdade pelos trabalhadores e um diferencial em relação às outras empresas nas quais trabalharam anteriormente. Porém, os trabalhadores atribuem a participação a uma concessão do empresário, fruto de seu “espírito aberto”, de sua flexibilidade e não como um direito e um espaço a ser conquistado por eles:

E nós temos, assim, a liberdade de chegar, o que não acontece em outras empresas, de chegar com um projeto ou de uma idéia, ou de alguma coisa neste sentido, pro diretor da empresa. (Flávia, chefia)

Na Meta Metalúrgica, um dos proprietários disse que começou a divulgar em reuniões mensais com os trabalhadores informações sobre o faturamento da empresa, mas que, diante do surgimento de comentários como “Pomba, mas vocês faturam tanto, e pagam tão mal pra nós!”, achou melhor encerrar essa prática, justificando que os trabalhadores não compreendiam que faturamento é distinto de lucro. A fala da chefia, de outra empresa, citada abaixo, também indica a justificativa de que o não envolvimento dos trabalhadores em questões estratégicas deve-se à falta de capacidade dos mesmos em compreendê-las:

A gestão participativa na Economia de Comunhão é, não ouvir só os gerentes e diretores, mas o gerente ouvir seu funcionário porque, às vezes, o funcionário tem alguma coisa que possa contribuir. Você sabe que tem cargos que não têm assim uma mente tão aberta, que você possa discutir algumas coisas que ela vai entender. Por exemplo: Estratégia, estratégia de campo, de marketing, econômica, então não dá pra você envolver muitas pessoas nesse tipo de discussão. (Augusto, 40 anos, solteiro, 3º grau, 2 anos, chefia)

Quanto à participação nos lucros, na Saúde Medicamentos a mesma já foi realizada sendo que os trabalhadores receberam o mesmo valor independentemente do cargo ocupado, incluindo os gerentes. Na época da pesquisa, o empresário disse que estudava uma maneira de tornar tal prática permanente. Ao que parece, porém, os trabalhadores não participam dessa decisão. Segundo uma trabalhadora da Saúde Medicamentos, já houve questionamento sobre por que havia doação periódica de parte dos lucros para os pobres e não para os trabalhadores. A justificativa apresentada por ela, e que outros empresários também disseram à pesquisadora, foi de que os trabalhadores já recebem seus salários e que os pobres estariam em uma situação mais vulnerável.

A Da Moda e a Meta Metalúrgica encontram-se em dificuldades financeiras, o que, segundo os proprietários dificulta a realização da participação nos lucros. Nem mesmo a doação dos lucros para a EdC tem sido freqüente devido ao mesmo motivo.

A participação nos meios de produção não ocorre nas empresas pesquisadas, embora Bruni (2005) considere que as cooperativas sejam mais próximas aos objetivos da EdC.

Gonçalves (2005), em um estudo anterior, já havia assinalado a necessidade das empresas de EdC aumentarem a participação dos trabalhadores. Considero que a não participação na propriedade nos meios de produção é o ponto central que limita as participações nos demais níveis, e concentra o poder nos empresários e acionistas. Segundo a perspectiva capitalista, embora as decisões empresariais tragam repercussões sobre a vida dos trabalhadores (remuneração, manutenção de seu emprego, etc), cabe ao proprietário e aos acionistas o poder de decisão devido ao investimento de capital feito pelos mesmos e que deve ser salvaguardado. Uma gestão transparente e efetivamente participativa é inconveniente nessa perspectiva, uma vez que há divergências de interesses entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. O caso já citado da Meta Metalúrgica ilustra isso: ter uma gestão participativa e transparente implica em ser alvo de questionamentos e aumentar a possibilidade de reivindicações por parte dos trabalhadores. Além disso, há o risco de que os trabalhadores sejam desligados ou deixem a empresa e informações sigilosas cheguem à concorrência.

Embora os teóricos e adeptos da EdC aleguem que a gestão participativa praticada por eles difere daquela presente nas demais empresas capitalistas por ser gratuita e não instrumental, em ambos os casos, não ultrapassa a concessão de uma participação e poder limitados aos trabalhadores, restritos à sugestão de propostas e não às decisões. Se há diferença entre as motivações expressas para a adoção de práticas participativas nas empresas de EdC – respeito e valorização do trabalhador – os impactos e resultados, ao que parece, são semelhantes aos das empresas tradicionais: criação de uma igualdade simbólica, maior comprometimento, sensação de liberdade e de autonomia.

Essa participação não implica, portanto, em emancipação; uma vez que não gera o empoderamento do trabalhador, não diz respeito à consciência, autonomia, reciprocidade de direitos e obrigações, respeito às diferenças e liberdade do outro, não envolvendo a participação consciente no processo produtivo e apropriação coletiva dos frutos do trabalho (CATTANI, 2003).

As análises feitas até aqui levantam uma questão: como, então, os trabalhadores participam da EdC? A resposta de uma empresária é bastante ilustrativa:

Em primeiro lugar, eu acho que ele procurando ser um funcionário que deve ser, no sentido, pra ver qual é a sua função, seu desempenho, entende? O amor pela empresa, a sua parte na empresa e, depois, se ele quiser mesmo se aproximar mais do projeto (EdC), ele vai ter toda a possibilidade. Nós temos as escolas mensais da Economia de Comunhão, que eles são convidados a vir, quem quer vem, quem não quer não vem. (...) Mas isto, digamos, é um a mais. O principal é a vida ali na empresa. (Rosário, empresária)

Conforme apontado na fala acima, considera-se que a participação dos trabalhadores na EdC consiste em terem um maior desempenho e serem mais comprometidos com os objetivos organizacionais, ou ainda como afirmam “doando o seu trabalho” a fim de que a empresa tenha lucros e esses sejam, em parte, doado aos pobres.

Ainda a respeito da participação dos trabalhadores na EdC, quando indagados se a conheciam, percebeu-se que os trabalhadores tinham uma idéia vaga e, por vezes, nula da mesma. Os empresários justificavam tal fato alegando que não fazem “propaganda” e de que os trabalhadores devem compreender a EdC através de suas ações e exemplos no cotidiano da empresa. Serafim (2001) aponta tal ação como sinal de liberdade, de não querer impor os princípios da EdC aos trabalhadores. Porém, observa-se que o mesmo não ocorre em relação ao movimento religioso ao qual a EdC está vinculada – o Movimento dos Focolares - sob a justificativa de que para compreender a EdC deve-se primeiro conhecer sua origem. Assim, o movimento é amplamente divulgado no interior da empresa: há revistas, folhetos, orações conjuntas, reuniões internas sobre a espiritualidade do mesmo e convites para participar de eventos externos, inclusive, no caso da Meta Metalúrgica, com apoio financeiro por parte do empresário.

Ao se analisar as relações de trabalho estabelecidas na EdC, é importante discutir a afirmação de Gui e Bruni (2001) de que a EdC não entra em conflito com o capitalismo e que seu diferencial se encontra em propor um modelo econômico pautado na gratuidade e reciprocidade. Tais afirmações geram um questionamento: é possível conciliar capitalismo com gratuidade e reciprocidade? Na tentativa de responder essa questão, passo a discutir em que sentido tais conceitos são apresentados e concretizados na EdC.

2.2 GRATUIDADE, RECIPROCIDADE E DÁDIVA NA ECONOMIA DE COMUNHÃO

A discussão sobre relações pautadas na gratuidade e na reciprocidade não é nova e remete ao Paradigma da Dádiva proposto por Mauss. Nessa perspectiva a dádiva sociológica é definida como:

... qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem. (CAILLÉ, 2000, p.192).

Ainda para o Paradigma da Dádiva, essa é vista como um prazer, sendo considerada inferior quando é feita por obrigação. A retribuição pode estar presente, mas ela não é o fim como poderia supor uma análise instrumental, pois o que se visa com o dom e contradom não são os bens trocados, mas o vínculo estabelecido. A gratuidade consiste em um ponto fundamental para a dádiva, pois é ela que estimula a reciprocidade. A manutenção da dívida tem, portanto o objetivo de perpetuar esse vínculo (CAILLÉ, 2000; GODBOUT, 1999). A reciprocidade presente na dádiva faz com que os atores não possuam papéis fixos, mas alternem-se entre doador e receptor, estabelecendo relações simétricas, não havendo, portanto, submissão, dominação (NICOLAS, 2002). Uma sociedade pautada no Paradigma da Dádiva permite a concretização de uma democracia direta e participativa, na qual é assegurado ao excluído o direito de receber, mas igualmente de retribuir, de participar, de inventar, de intervir, de criar bens sociais e estabelecer vínculos duradouros, recuperando o sentido da vivência comunitária e democrática (SILVA, 2004).

Tanto nas afirmações dos teóricos do Paradigma da Dádiva como nas dos teóricos da EdC, percebe-se o intuito de resgatar o vínculo social, e, para tanto, propõem-se relações pautadas na gratuidade e na reciprocidade:

... a força condutora da EdC não é o vínculo egoísta criado pelo instinto de sobrevivência, mas uma aliança motivada pelo amor. (...)A aliança não é baseada em interesses pessoais, mas em valores tais como lealdade, fidelidade, compromisso, solidariedade e doação (Paulo, empresário, palestra no Congresso de EdC 2003).

Bruni (2005) entende por gratuidade a atitude interior que conduz à aproximação dos demais e de si mesmo, através de uma relação de respeito e amor. Ela nasce da consciência de que é impossível ser feliz sozinho e sem fazer o outro feliz e de que tudo o que se possui é uma dádiva divina que deve ser partilhada. Para o autor, a gratuidade relaciona-se ainda às atividades feitas por motivações intrínsecas, ou seja, aquelas que contêm a recompensa em si mesmas e por isso, é apontada como diferente da filantropia e implica em relações não instrumentais. Nesse sentido, a EdC se diferenciaria das propostas tradicionais de Responsabilidade Social porque as ações do empresário seriam pautadas em um interesse genuíno pelo outro.

A gratuidade atrairia reciprocidade-comunhão, que segundo Bruni (2005), difere da reciprocidade-contrato, pois ultrapassa uma relação bilateral, envolvendo um terceiro, o que, a torna um encontro de gratuidade, bem como os valores trocados não são equivalentes. É o caso, para o autor, do trabalhador que doa seu trabalho (sic) não apenas para a empresa, mas aos pobres, à medida que parte dos lucros é destinada a esses, bem como do pobre que recebe o auxílio e reparte o mesmo com outros ou depois renuncia ao mesmo em favor de terceiros.

Em que outros casos se concretizariam a gratuidade e reciprocidade na EdC? Na coleta de dados, identificaram-se exemplos que afirmam que o empresário realiza uma ação gratuita para com os trabalhadores quando os cumprimenta diariamente, interessa-se por sua vida pessoal, cria postos de trabalho sem que haja necessidade por parte da empresa, ou mantém um trabalhador improdutivo, ou solicita sugestões dos trabalhadores. Os trabalhadores reciprocamente retribuiriam através de uma maior dedicação, comprometimento, qualidade e produtividade que trariam recompensas não apenas aos empresários mas, segundo os teóricos da EdC, a terceiros como os pobres (lucro doado) e clientes (produtos e serviços de qualidade). Considero que nos casos citados, os empresários teriam com seu ato tanto recompensas materiais (lucro) como simbólicas (satisfação do ato em si, reconhecimento dos trabalhadores). Já os trabalhadores teriam uma recompensa simbólica (sentimento de valorização, de proteção). A seguir uma fala de um empresário ilustra essas afirmações:

Juvenal: Exatamente, é o que eu digo: não pode esperar nada dos outros, se tu esperar, se decepciona e tu foge da Economia de Comunhão. Faça sem esperar (...)

Pesquisadora: Mas acaba tendo um retorno em algumas vezes, pelo menos?

Juvenal: Vem, vem, porque até em reuniões eles (trabalhadores) colocam. A gente vê na produção, que é o cuidado com a ferramenta, o cuidado com o outro. Hoje, eles mesmos vigiam o outro (...), eles vão criando uma co-responsabilidade na empresa, tanto que hoje, pode dar a chave pra qualquer um pra abrir e fechar a empresa (...) Então, eu acho que esse é o retorno.

Com relação a clientes, fornecedores e concorrentes são citados exemplos de casos em que foram oferecidos descontos, facilidades de pagamento, indicações de clientes (até mesmo para concorrentes). A reciprocidade viria através da fidelidade no caso de clientes e fornecedores, ou de ações semelhantes por parte dos concorrentes. A reciprocidade seria entendida nessa perspectiva como uma ação que atenda as expectativas e interesses do empresário.

O modo como as ações acima são apresentadas na EdC poderia levar à conclusão de que a mesma permite concretizar os seguintes tipos de dívidas apresentados por Caillé (1998) e Godbout (2002) e extinguir a instrumentalidade:

- *dádiva aos desconhecidos*: a dívida é transferida a um terceiro, ela não retorna ao doador;
- *dádiva agonística*: realizada entre iguais, no qual a dívida mais se aproxima da igualdade, e, portanto, no qual a reciprocidade desempenha um papel mais central. Está presente nas situações de cerimonialidade e de rivalidade;
- *dívida mútua positiva*: encontrada principalmente nos vínculos primários, mas estando presente também entre os desconhecidos. É o caso onde o desejo de dar, a gratidão experimentada entre os parceiros dirige-se ao que eles são, não se referindo ao que se recebeu.
- *dádiva-partilha*: ao contrário da redistribuição, onde há uma verticalização das relações, a dádiva partilha pressupõe um plano horizontal, com paridade entre os parceiros.

Entretanto, considero que o equívoco da EdC está em tomar como iguais os desiguais, ou seja, apresenta as relações entre empresários e trabalhadores como simétricas, sob a justificativa da dignidade e valor da pessoa humana. Entretanto, trata-se de relações sociais

caracterizadas pela assimetria, o que torna a dádiva presente o que Godbout (2002), denomina de dádiva entre desiguais caracterizada pelo paternalismo e assistencialismo, uma vez que não existem condições de igualdade de retribuição, já que os recursos materiais e de poder são diferentes entre os agentes.

Sem dúvida, pode-se afirmar que a dádiva praticada na EdC gera e fortalece o vínculo social, mas quando estabelecidas em relações assimétricas, esse é caracterizado pela dependência e submissão, uma vez que a resposta dos trabalhadores é considerada como reciprocidade somente quando atende aos interesses do sistema. Conforme já apontado, a reciprocidade permitida ao trabalhador consiste em que ele seja mais produtivo, sendo que seu trabalho é apresentado como uma dádiva a ser oferecida. Tem-se o que Poli (2002) define como reciprocidade submissa. Ao invés do empoderamento e da redistribuição, mantém a sensação de dívida e a necessidade de se buscar o libertador externo, no caso, o empresário.

Assim, ao contrário do que afirmam os teóricos e agentes da EdC, considero que não é possível concretizar a dádiva-partilha nas relações de trabalho capitalistas, pois tratam-se de relações pautadas na exploração, sendo intrinsecamente assimétricas e instrumentais.

Um outro equívoco da EdC remete à afirmação de Godbout (2002), segunda a qual quando aquele que recebe a dádiva não pode ou não quer retribuí-la não se fala em dádiva, mas em direito. Na EdC, entretanto, faz-se o oposto, converte o direito dos pobres e trabalhadores a terem uma vida e tratamento dignos a uma dádiva oferecida pelo empresário:

Se não receber (a ajuda), ele (pobre) nem vai ficar zangado, porque ele vive esse espírito de pobreza, vive essa ajuda recíproca também, esse amar-se uns aos outros. (Rosário, empresária).

... alguém vem aqui e te doa a necessidade de emprego, aí, muitas vezes você emprega, porque o outro doou a necessidade dele, porque ele tá precisando trabalhar (Roberto, empresário)

Ao afirmar que as trocas entre trabalhadores e empresários são equivalentes e que há igualdade de condições de retribuição, a EdC, ideologicamente, suprime a questão do poder que está presente em todas as relações humanas, seja de forma explícita ou velada. Falar em poder não implica em algo negativo, a questão encontra-se nas expressões assimétricas do uso de poder, no qual um dos pólos da relação concentra a maioria ou totalidade dos recursos, gerando situações de desequilíbrio que podem produzir efeitos patológicos nas pessoas, relações familiares e institucionais.

No caso das empresas de EdC, a partir da classificação de Montero (2003), identificou-se as seguintes bases psicossociais e psicocomunitárias que sustentam o poder dos empresários:

- *possibilidade de punição/recompensa*: no caso das empresas pesquisadas não foram identificadas ações punitivas, mas ao contrário, busca-se criar um ambiente não coercitivo e empregam-se recompensas simbólicas (cumprimentar, elogiar, estabelecer um relacionamento próximo, etc).
- *informação*: as informações sobre a gestão centram-se no empresário e níveis gerenciais;
- *identificação*: o empresário é apresentado como um modelo profissional, ético e pessoal a ser seguido;
- *legitimidade*: mantém o acordo social segundo o qual o direito de decidir cabe ao empresário. A legitimidade também é alcançada através da base religiosa da EdC, que confere credibilidade às ações dos empresários;
- *sócio-afetiva*: nesse caso, o poder pauta-se no relacionamento próximo, no vínculo afetivo estabelecido entre empresários e trabalhadores.

O poder não é um problema apenas quando é exercido abusivamente, mas também quando é ignorado ou encoberto, ou como afirma Demo (2003, p. 25): “O poder mais efetivo não é o que esmaga, mas o que manipula”. Com a desregulamentação promovida pela reestruturação produtiva, a dominação passa a apoiar-se sobre a insegurança e incerteza quanto ao futuro dos dominados, não sendo mais necessário se preocupar com custosos e complicados meios de controle e coerção uma vez que as reações e resistências são praticamente nulas, conforme apontado os dados acima. Nesse sentido, as relações de poder na EdC são veladas, acentuando o processo de alienação e dificultando a resistência à medida que os trabalhadores as percebem como proteção. Subjaz à EdC, a visão de que os trabalhadores são destituídos de recursos e poder, sendo privados de toda possibilidade de transformar suas vidas, uma vez que só podem doar sua necessidade e força de trabalho.

A invisibilidade atual das formas de controle empregadas pelas organizações, como é o caso das empresas de EdC, remetem aos processos de sujeição denominado por Guattari (1977, p. 192) de servomecanismos capitalistas que envolvem o “... emprego de relações de

forças sociais e microssociais, de deslocamento do poder, de avanços e recuos de uma formação social em relação a outra (...) com vista a conjurar perda de terreno, ou ainda de tomadas de poder imperceptíveis...”. Para o autor, os servomecanismos remetem à condição de servo, ao ato de subjugar, gerando um sujeito dependente, que não tem direitos. O controle deixa de depender apenas de mecanismos externos, mas é interiorizado. Assim, além dos meios tradicionais de coerção direta, o poder capitalista cria dispositivos de controle que requerem a cumplicidade e/ou o consentimento, avançando sobre as percepções, sentimentos, afetos, cognição, apoderando-se dos seres humanos por dentro.

Além dos dados até aqui analisados, a fala de um trabalhador, citada por Serafín (2001, p. 112) como indicativo da liberdade presente nas empresas de EdC ilustra, ao meu ver, o controle efetuado pelos servomecanismos: "eu me sinto muito mais livre, embora muito mais responsável. Parece uma coisa paradoxal... eu sou muito mais livre, embora muito mais responsável".

As ações dos empresários no intuito de estabelecer um relacionamento próximo e íntimo junto aos trabalhadores, constrói um imaginário segundo o qual as diferenças sociais são apenas aparentes, há uma conciliação e convergência de interesses entre empresários e trabalhadores, atenuando-se as contradições de classe. Serafín (2001) chega a afirmar que a EdC conduz à superação da luta de classes. Tais práticas e afirmações têm um caráter ideológico uma vez que, conforme discutido acima, a EdC não altera as questões estruturais da relação capital-trabalho. A estratégia ideológica aqui empregada é a unificação que visa construir, em um nível simbólico, uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma unidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los e na dissimulação, uma vez que as relações de dominação são obscurecidas (THOMPSON, 1995):

Assim, os funcionários de uma empresa crescem em criatividade e produtividade e não se sentem explorados porque percebem que são eles, ou seja, é o ser humano que está no centro do processo e tudo visando o bem do homem. (Paulo, empresário)

... a gente aqui, no caso, tá sempre junto. A gente joga futebol junto, vai à casa do patrão de vez em quando, é bem recebido. E eles também têm assim um certo carinho, que a gente sente que é um carinho especial, porque eles fazem bastante coisa assim com a família também, com a família das pessoas, dos funcionários aqui. Então assim, é uma coisa que pra mim é legal! É diferente de outras empresas, onde lá tu é mais um número, você não tem um nome, tu tens um número... (Juvenal, auxiliar de produção).

Gostaria destacar que esse relacionamento próximo e a idealização das figuras dos empresários foi observado enfaticamente nas empresas Meta Metalúrgica e Saúde Distribuidora de Medicamentos. Chama a atenção que o mesmo não ocorre com tanta ênfase na Da Moda, justamente a primeira empresa de EdC e que fica situada no Pólo de empresas de EdC, junto ao Centro Nacional do Movimento dos Focolares no Brasil (Mariápolis Ginetta). Ao contrário, as trabalhadoras entrevistadas relataram que, por vezes, têm receio de expor suas opiniões para as empresárias; consideram que há tratamentos diferenciados para com as trabalhadoras e que a relação com as empresárias foi difícil na época que uma outra sócia atuou na empresa, pois consideravam-na autoritária.

2.3 RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO

Quanto às relações entre os trabalhadores, os dados coletados indicam que não há um clima de competição, mas amistoso e solidário entre os mesmos. Conflitos interpessoais ocorrem, mas busca-se sempre solucioná-los rapidamente:

Ah, com as meninas é mais fácil. Porque a gente tá ali todo o dia. Pode ser que a gente discute agora, mas depois já tá conversando de novo. (Rosa, costureira).

O que eu não vejo na Meta é realmente isso, um querendo passar a perna no outro, que isso existe muito nas empresas. Eu sei que um quer derrubar o outro pra pegar o lugar do outro. E aqui eu não vejo isso não; eu vejo que o pessoal, realmente, um ajudar o outro, eu acho que seria isso, um querer o bem do outro e funciona mais ou menos assim. Eles falam muito “é amigo, é amigo”. Até foi interessante, eu falei do senhor que faleceu, que trabalhava aqui? (...)deu pra ver que a maioria até chorou pelo companheiro. Todo mundo pediu que se pudesse ir lá vê, tanto que a gente até dispensou todo o pessoal, fechando a empresa pra todo mundo poder ir. Todo mundo foi e deu pra vê que eles são bem unidos ... (João, chefia)

Destaco, porém, que nas entrevistas, os trabalhadores destacavam mais o relacionamento com os empresários do que entre eles. Percebe-se conforme, apontado, que há uma mobilização dos trabalhadores em prol dos objetivos organizacionais, não havendo ao contrário, ações coletivas de defesa de seus interesses de classe. Nas empresas pesquisadas, apenas 7 trabalhadores eram associados ao sindicato e não se identificou durante a pesquisa nenhuma organização coletiva dos trabalhadores em prol de seus interesses e direitos. Apenas uma trabalhadora disse que em um período anterior, por participar do sindicato, fez algumas

reivindicações quanto a salários e condições de trabalho, porém, seu relato indicou uma ação individual e isolada, não envolvendo o grupo como um todo.

As práticas adotadas pela EdC remetem ainda a um dos recentes modismos na área da gestão de pessoas - a Espiritualidade nas Organizações - conforme será discutido a seguir.

3 ECONOMIA DE COMUNHÃO E ESPIRITUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A Espiritualidade nas Organizações se refere à adoção de práticas religiosas no interior da empresa e na propagação de uma imagem de “empresa cidadã”, a exemplo da Responsabilidade Social. Para Boog (2005), a espiritualidade nas organizações consiste em uma *visão estratégica* que busca a *integração do corpo, mente e espírito* na construção de uma ambiente de trabalho melhor e do desenvolvimento humano. Tal afirmação remete a Ulrich (1998, p. 158), que afirma que, no cenário atual

A contribuição do funcionário se torna uma questão empresarial crítica porque, ao tentar produzir mais com menos funcionários, as empresas não têm outra escolha senão tentar envolver não só o corpo, mas a mente e a alma de cada um deles.

Segundo Catanante (2002), tal proposta busca introduzir uma “nova forma de trabalhar”, que faz com que as pessoas vejam o trabalho como uma forma de prestar contas a si mesmo e a Deus, atribuindo um sentido ao trabalho que traga uma realização intrínseca, deixando de depender de recompensas e punições externas. Faz com que as pessoas trabalhem em prol de uma causa pessoal que consideram vinculada a um benefício coletivo. No caso da EdC, o empresário considera que a doação do lucro contribui para o bem comum e o faz participante de uma obra divina. As indicações de Chiara Lubich sobre “como se trabalha” que encontrei em um quadro no prédio onde funciona o Escritório Nacional da EdC no Brasil também ilustra essas questões:

Como se trabalha”

- Viver acima de tudo a caridade com todos.
- Ter uma concepção ideal dos responsáveis.
- Considerar o trabalho como vontade de Deus.
- Observar a pontualidade.
- Ajudar os outros que trabalham com você.
- Fazer de cada hora de trabalho uma pequena obra-prima de ordem, precisão e harmonia para oferecer a Deus.
- Lembrar de que Maria sempre trabalhou.
- Fazer, ao invés de falar, pois no trabalho revivemos a vida particular de Jesus.

As prescrições acima atuam no sentido de forjar um trabalhador obediente, disciplinado, cooperativo e produtivo através de uma sacralização do trabalho.

Para Catanante (2002) e Dilly, Maino e Bohemberger (2004), a espiritualidade nas organizações traz benefícios como eficácia, comprometimento e melhorias na qualidade, desempenho, comunicação interna e clima organizacional. Os trabalhadores agem de forma espontânea, não requerendo fiscalização contínua, cuidam de suas ferramentas de trabalho, evitam desperdícios, etc. As pessoas devem assumir a posição de quem serve o outro, o que no ambiente organizacional, implica, na maioria das vezes, em abrir mão de suas convicções pessoais para criar um espírito de equipe. A autora argumenta que isso não significa deixar de ser, mas em não ser “seu ego”. A sintonia entre Espiritualidade nas Organizações e a EdC pode ser ilustrada, além dos dados já citados, na fala dessa trabalhadora:

... porque a gente até, assim, fica orgulhosa, porque nas nossas notas fiscais, se você observar nas nossas notas, até sai isso: é uma empresa de Economia de Comunhão. (...) por trás disso, tudo que você tá fazendo, todo o trabalho que você está executando, vai repercutir no final disso, e que uma fatia disso de todo o trabalho vai estar auxiliando alguém que necessite. (...) Todo mundo trabalha assim com a maior boa vontade. (Mariana, supervisora)

Por fim, a Espiritualidade nas Organizações destaca que a empresa precisa ser lucrativa para que possa continuar sua missão espiritual, o que remete à afirmação de Lubich (2004) de que, para que as empresas de EdC dêem lucro, devem ser confiadas a pessoas competentes e que, assim, possam doá-lo.

Desta forma, sem grandes investimentos, e até mesmo sem um setor de gestão de pessoas estruturado e formalizado, (somente a Saúde Medicamento contava com esse departamento), a EdC, através do relacionamento próximo estabelecido entre empresário e trabalhadores e das representações ideológicas a cerca das relações de trabalho e da empresa por ela disseminadas, alcança os mesmos resultados buscados pelos sofisticados modelos de gestão de pessoas em termos do comprometimento e adesão do trabalhadores, promovendo a geração da mais-valia através da manipulação da subjetividade dos trabalhadores.

Além de estar vinculada à Responsabilidade Social e à Espiritualidade nas organizações pode-se estabelecer também um paralelo entre as empresas de Economia de Comunhão e o fenômeno do comunitarismo, uma vez que estas se apresentam como uma comunidade, sendo recorrente os trabalhadores a comparem a uma família, conforme será discutido a seguir.

4 A GRANDE FAMÍLIA

Para Freitas (2000), na tentativa de encarnar um personagem carismático, capaz de despertar o amor e a devoção da sociedade, a empresa moderna tem assumido diversos papéis que buscam oferecer respostas aos indivíduos em diferentes aspectos, além da sobrevivência material: fornecer uma identidade, suprir necessidades afetivas e de sociabilidade, desenvolver uma cultura que forneça um conjunto de valores que constituam um código de conduta inclusive para o âmbito privado. Todos os itens precedentes influem diretamente na produção de um sistema simbólico que dá uma representação do ser humano, do que é valor da vida, de qual saber importa, dos modelos que se devem seguir, do que é transcendente e sagrado.

Já nas primeiras incursões nas empresas de EdC, chamou minha atenção o discurso idealizado e homogêneo dos trabalhadores que expressavam a satisfação em trabalhar naquele local, afirmando que se sentiam livres, não tendo medo de serem demitidos aleatoriamente, que a empresa possibilitava conciliar a vida profissional com a pessoal devido ao respeito à jornada de trabalho e clima organizacional não coercitivo, que sentiam-se valorizados, respeitados, não sendo tratados com objetos. Tais falas expressam aspectos positivos que se

contrapõem ao que freqüentemente está presente nas organizações regidas pela cultura da excelência: exaustão, coerção por resultados, assédio moral, dentre outros.

A EdC propõe que as empresas sejam como uma comunidade, tornando-se um lugar de afetividade, união e auxílio mútuo (FERRUCCI, 1998; ARAÚJO, 1998; MOLTENI, 2002). Desta forma, não se torna um espaço apenas de relações contratuais, onde se busca garantir a subsistência, mas é espaço no qual podem ser vivenciadas outras esferas da vida como a afetiva e a espiritual. Nesse sentido, os empresários buscam estabelecer relações próximas com os trabalhadores e a se envolverem com questões da vida pessoal dos mesmos (oferecer-lhes conselhos sobre questões conjugais, por exemplo), bem como a família é incorporada à organização através de confraternizações, visitas à empresa e atividades para as esposas. As comparações entre a empresa e a família são freqüentes:

Eu acho que é gratificante (...) o Roberto (empresário) conhece um por um, sabe o nome de cada um. Não chama assim: “Ô fulano, vem cá”, ele chama pelo nome. (...) E quando ele chega, quando ele vem aqui, ele vem máquina por máquina, conversar: como é que você tá? A tua família? A única preocupação dele, da Meta, no sentido concreto, não só com o funcionário em si, mas com a família desse funcionário, entende? (...) as atividades que nós fizemos na empresa, a família é convidada Isso pra mim é tudo novo e é gostoso. (Nelson, operador de máquina).

Teve um fato que ela (uma trabalhadora) veio me dizer que tava se separando, e eu perguntei os motivos. E ela me disse os motivos e eu disse: Não, mas esses motivos são as mesmas dificuldades que eu tenho com o meu marido. E eu falei pra ela que eu também procurava superar essas dificuldades. Passou alguns dias e ela veio me agradecer. (Irene, empresária)

O envolvimento da família nas atividades da empresa, a preocupação com o bem-estar do trabalhador e com questões da sua vida privada são apontados como ações que repercutem na produtividade, beneficiando a organização. A família torna-se, assim, uma aliada no alcance dos objetivos organizacionais:

A gente vê que, se trabalhar a família, o funcionário produz. Se ele tá bem em casa, com a mulher, com o filho, isso tudo reflete dentro da empresa. (...) Então eu acho que é importante pra eles. Até mais importante trabalhar a vida deles, o pessoal deles, do que a própria Economia de Comunhão. Eles estarem preparados, estarem bem com a família, de bem com o patrão, porque tá de mal em casa, tá de mal no serviço (João, chefia)

E para mim a esposa do meu funcionário é 70% do meu funcionário, a esposa do meu vendedor é 90% do meu vendedor (aplausos). (Roberto, empresário, palestra no Congresso Nacional de EdC de 2004).

Compreender estas falas requer contextualizá-las para além do ambiente organizacional. A Modernidade promoveu o advento do Individualismo, possibilitando que, por um lado, o indivíduo alcançasse a liberdade, e por outro, se tornasse dependente de seus bens, passasse a estabelecer laços sociais mais frágeis e a sentir-se desprotegido (GODBOUT, 2002; BAUMAN, 2004). A redução de investimentos estatais nas áreas sociais, a precarização das condições de trabalho, o desemprego e a competição fazem com que o sujeito contemporâneo sinta a liberdade como uma ameaça, e a vivencie, por vezes, como uma experiência de abandono e solidão.

Sennet (1999) é outro autor que discute tal questão, apontando que reestruturação produtiva do capitalismo flexível “corrói o caráter”, rompendo os vínculos sociais e promovendo a extinção de valores como fidelidade, lealdade, considerados descartáveis num mundo cujo lema é o imediatismo.

Como uma tentativa de lidar com tais conflitos, surge o fenômeno do comunitarismo. Esse resgata em seu discurso os termos “confiança”, “responsabilidade mútua”, “compromisso” e estabelece padrões morais, exigindo que seus membros sacrifiquem-se pelos demais e prometendo que, se obedecerem a padrões comuns encontrarão força e realização mútuas, não sentidas como indivíduos isolados (BAUMAN, 2003; SENNET, 1999).

A partir das discussões apresentadas pelos autores citados, compreende-se porque os trabalhadores das empresas de EdC sentem-se tão confortados ao fazerem parte de uma “família que os protege”. Como muitos expressaram, ali eles não têm medo de serem descartados aleatoriamente, podem dividir seus problemas pessoais, não são tratados como anônimos, enfim, sentem-se respeitados e valorizados. Bauman (2003) afirma que hoje muitos buscam soluções simplicadoras, que remetem à fantasias regressivas de retorno ao útero materno, a estar em um lar protegido. Essa busca por esse abrigo primal é o reverso da responsabilidade, evita a rebelião e prega a conformidade.

Assmann e Hinkelammert (1989) nos alertam, porém, que é preciso compreender que os sistemas econômicos modernos amplos e complexos não são resultados apenas de ações conscientes dos agentes econômicos, mas também estão sujeitos aos efeitos não intencionais. Além disso, conforme já apontado no início do artigo, não se pode esquecer que as relações entre empresários e trabalhadores não se limita às relações interpessoais, mas antes disso são definidas como relações de trabalho. Assim, embora os empresários expressem a gratuidade de suas ações e que as mesmas são fruto do amor ao próximo, a medida que as relações de trabalho e de poder não são alteradas pela EdC, os trabalhadores sentem-se seguros e

protegidos, não devido a uma organização coletiva e empoderamento dos mesmos, mas pelos empresários, havendo um processo de infantilização.

Percebe-se assim, um modo de gestão caracterizado pelo paternalismo: o empresário-pai/empresária-mãe é o responsável pela manutenção da empresa (família) e pelo sustento material e moral de seus trabalhadores (filhos) que, em contrapartida, lhe devem obediência, respeito, além de dedicação e responsabilidade para com a empresa.

Segundo Colbari (1995), Freitas (2000) e Bauman (2003), a relação entre família e o universo de produção sempre foi estreita, havendo vários estudos que indicam a associação entre o familismo e a constituição de um referencial ideológico favorável ao trabalho. Paralelamente à implantação do taylorismo, alguns filantropos acreditavam que o sucesso industrial era um fator associado ao “sentir-se bem” entre os trabalhadores. Assim, ao invés de confiar apenas nos poderes coercitivos da máquina, apostavam nos padrões morais, piedade religiosa, vida familiar dos trabalhadores e sua confiança no patrão. Ao redor da fábrica, eram construídas “cidades modelos” que dispunham não apenas de moradia, mas de escolas, capelas, etc, numa tentativa de recriar uma comunidade em torno do lugar de trabalho, transformando o emprego na fábrica em uma tarefa para toda a vida. Essa tendência porém, não conseguiu se sobrepor de imediato à fábrica taylorista e só reapareceu com a Escola das Relações Humanas, quando percebeu-se que a rigidez e coerção não eram totalmente eficazes e além de mais caras. Assim, buscou-se a criação de um ambiente amigável, na promoção de um sentimento de pertença, de lealdade que surtia um efeito maior sobre a produtividade do que o ambiente físico de trabalho, como indicaram os estudos de Mayo.

Em tempos de capitalismo de acumulação flexível, o modelo de gestão japonesa revitalizou a ideologia familiar ao representar a empresa como uma comunidade, mobilizando grupos familiares e formas paternalistas que incentivam a participação de todos em prol do destino da empresa. Tais práticas ocultam, as relações de dominação e a violência da exploração do trabalho e dificultam a constituição de uma identidade de interesses de classe, o que pressupõe a oposição a um “outro” inexistente quando trabalhadores e patrões se representam como pertencentes à mesma família.

As empresas de EdC se apresentam como um “porto seguro”, como a “mãe” capaz de oferecer proteção pessoal e familiar, livrando seus “filhos” de suas angústias, medos e incertezas quanto ao futuro, abrigando-os em troca da sua disciplina e submissão. No imaginário do trabalhador acentua-se a dependência: ele vê na empresa a possibilidade de um

suporte social e a uma estrutura econômico-financeira. O trabalhador, em sua condição de fragilidade, falta de proteção e desamparo é o elemento fundamental para a realização da representação da organização, uma vez que é sobre ele que a organização ostenta sua força e poder. Atribuir à organização o papel de família é um grande equívoco e no mínimo uma ingenuidade, uma vez que a organização não tem condições de atender a tal demanda. O vínculo que une seus membros são temporários e primeiramente contratuais e não afetivos. Além disso, a empresa não ama incondicionalmente seus “filhos”, uma vez que é capaz de demiti-los, seja por questões financeiras, de desempenho, dentre outras, mesmo nas empresas de EdC que tem por princípio evitar tais práticas.

A coesão presente nas empresas de EdC cria uma ilusão coletiva que mascara as diferenças, alivia as tensões, tornando a organização um todo unificado, conflitual. Constitui uma tentativa de solucionar o desejo de segurança e unidade, de um lado, e a angústia do despedaçamento (perda da identidade pessoal) por outro.

Além dos vínculos afetivos que são criados, a coesão do grupo requer uma unidade de crença, que implica em comungarem dos objetivos e valores da EdC que são os mesmos do Movimento dos Focolares. Essa é apontada como a semelhança primordial que os une e que deve ser valorizada: diferenças econômicas, de status, pequenas divergências de opiniões que não cheguem a questionar as crenças, podem ser toleradas e até destacadas como indício de respeito à diversidade, pois são apresentadas como secundárias. Ou seja, a “união espiritual” é vista como capaz de fazer como que as divergências do “mundo material” tornem-se secundárias; esse denominador comum é visto como capaz e suficiente para dissipar as diferenças sociais e tornar empresários e trabalhadores iguais:

Eu acho que ele tem que envolver todo mundo, porque só o empresário falar não vai adiantar: “Ah, eu participo, eu tenho essa idéia”. Eu acho que tem que ir devagar, ir entrando pra o pessoal, pra o pessoal se sentir faminto por esse objetivo. Hoje, tu vê, nós tamo (sic) convidando todo mundo ir até a Mariápolis (encontro do MF) (...) pra todo mundo ter uma visão mais ou menos igual, pra trabalhar todo mundo num caminhozinho definido. Ninguém é obrigado, nem é forçado, só que todo mundo sempre é convidado. (João, chefia)

Aliada à idealização da organização e representação da empresa como uma família, percebe-se que se cria um clima de grande coesão interna que, ao que parece, gera uma homogeneidade. Para Ferrucci (1998), Sorgi (1998) e Molteni (2002), nas empresas de EdC, as situações de conflitos e competição devem ser evitadas, sendo substituídas pela

compreensão mútua, partilha de fadigas e problemas e busca de soluções em conjunto. Embora Bruni (2005) ressalte a necessidade de se saber lidar com os conflitos e dar espaço àqueles que protestam, ao invés de induzi-los a sair da empresa, percebeu-se durante a pesquisa, um discurso homogêneo, ausente de crítica e autocrítica. Os questionamentos são desqualificados e considerados frutos da resistência à mudança e da falta de comprometimento:

O reconhecimento dessa realidade (da unidade), sugere que não podemos ter divisão dentro da empresa e nem entre a empresa e os fornecedores ou clientes. Em lugar do confronto que provoca divisões devem surgir equipes de trabalho, alianças e parcerias. (Paulo, empresário, palestra proferida no Congresso Nacional de EdC de 2002).

Mas, eu lembro de dois fatos só que vieram até nós de pessoas assim, mas também sabe que tipo de funcionários que eram: que não vestiam a camisa da empresa. São o tipo de pessoa que fazem críticas assim... São pessoas que não dão tudo, que não dão o sangue pela empresa, sabe (Irene, empresária)

A empresa-comunidade proposta pela EdC remete ao Comunitarismo (BAUMAN, 2003; SENNET, 1999) uma vez que tem na homogeneidade e na ausência de auto-crítica alguns dos elementos que garantem a constituição do grupo. A garantia dessa felicidade abençoada, desse paraíso celeste, também é obtida através das estratégias ideológicas que dissimulam e encobrem as desigualdades presentes nas relações de trabalho capitalistas.

O entendimento presente nas empresas de EdC não é construído a partir de negociações e disputas, mas é posto como algo dado, compartilhado, é o ponto de partida da união e não um ponto a ser buscado, sendo baseado na homogeneidade. É somente devido a esse tipo de entendimento que os sujeitos permanecem unidos apesar dos fatores que os separam.

Bauman (2003) e Sennet (1999) destacam a necessidade da busca de um outro tipo de entendimento construído pelo confronto, debate, negociação, que valorize, e não apenas tolere, o pluralismo, uma vez que esse amplia os horizontes da humanidade. O “nós” comunal é algo mais profundo do que a partilha superficial de valores e torna-se um pronome perigoso para aqueles que desejam manter seu poder e o *status quo*, uma vez que pode resultar em um confronto organizado.

5 ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUBJETIVIDADE

Gostaria de apresentar algumas considerações sobre as repercussões da EdC sobre a subjetividade. Antes de prosseguir, é preciso definir o que se entende por subjetividade na perspectiva adotada nesta pesquisa, esclarecendo que a mesma é vista como uma construção social e histórica, referindo-se a formas de vida, a maneiras de sentir, amar, perceber, imaginar, sonhar, fazer, vestir-se, dentre outras (FONSECA, 1995; PELBART, 2000). A subjetividade, e pode-se dizer, o próprio sujeito, constitui-se através das mediações sociais, não se reduzindo, porém a ser um mero produto dessas. Assim, o mundo psicológico estabelece uma relação dialética com o mundo social; falar de subjetividade é falar de objetividade, a compreensão do mundo interno exige a compreensão do mundo externo, pois são dois aspectos de um mesmo movimento.

Nesse sentido, os princípios e práticas presentes na EdC atuam como modos de subjetivação ou modos de produção de estilos de vida. Trabalhadores e empresários afirmam que ao adotarem os valores e práticas presentes nas empresas de EdC, tornaram-se solidários, preocupados com os demais menos egoístas, cooperativos e serenos:

... eu era totalmente materialista, jamais ia ajudar alguém, seja lá quem for. Eu, hoje em dia, se eu puder, eu ajudo (...) Sabe quando você faz alguma coisa, você sente aquele alívio no coração. (Rogério, chefia)

Eu não tenho um pouco de freio na língua, sabe? Antes, eu era mais assim: (...) a gente costuma retrucar, de sempre achar uma forma de breçar a pessoa. Já hoje não, eu acho assim que eu melhorei um pouco, até a questão de gênio e tudo assim, eu tô mais assim “ligh”, mais calma. (Carla, assistente administrativa).

Porém, ao mesmo tempo, a EdC, com seu discurso de harmonia, e focado nos indivíduos, acaba também por produzir sujeitos dependentes e submissos, uma vez, que a solidariedade por ela proposta freqüentemente aproxima-se da caridade, diferenciando-se da solidariedade que implica em um estar junto, dividindo responsabilidades e conseqüências; em estabelecer relações horizontais, de compartilhamento e ação.

A naturalização da exclusão presente na EdC, expressa na afirmação de que o pobre participa do projeto a medida que doa sua pobreza e que a participação do trabalhador consiste em doar sua força de trabalho, afeta inclusive o auto-conceito pois faz com que os sujeitos se vejam como desprovidos de capacidades que poderiam desenvolver em benefício

próprio e para os demais. Assim, faz com que se autodefinam como fraco e incapazes, quando tais características são frutos de processos históricos de exclusão, que naturalizam os papéis de dominadores e dominados.

Considero que a EdC corrobora para o que Lipovetsky (1983) denomina de fim do *homo politicus* e o advento do *homo psychologicus*, que tende a agir de forma imediata, sem crítica, sem buscar a transformação social, mas apenas mudanças imediatas e localizadas que atendam a carências diretas.

Poder-se-ia, no intuito de compreender determinadas falas de alguns empresários, fazer uso do conceito de “sujeito messiânico” (SUNG, 2002) que, pautado em suas crenças, julga ser capaz de criar um mundo segundo a imagem de seus desejos que molde a história de acordo com o desejo de instaurar definitivamente o Bem e a Justiça na história humana. Os empresários da EdC acreditam que, ao menos no interior de suas empresas esse mundo unido está presente e que é possível concretizá-lo através de uma conversão pessoal, que se expresse em ações particulares, localizadas, pautadas em uma espiritualidade, sem a necessidade de transformações sociais profundas.

A EdC promove ainda o que denominaria de “sujeitos entorpecidos”, que acreditam que, ao fazerem parte dessa empresa-comunidade, estão seguros, livres de suas angústias e temores, e da responsabilidade da escolha, uma vez que delegam à divindade ou a outro, a responsabilidade pela construção de sua história. O empresário sente-se reconfortado porque acredita que suas ações privadas lhe permitem conciliar seus valores religiosos com os valores econômicos, bem como, diante da competitividade e incertezas do mundo dos negócios, conta com o auxílio divino. Os trabalhadores sentem-se igualmente protegidos por um salvador externo (empresário).

Diante do exposto, cabe resgatar o alerta de Sung (2002) sobre o risco de nos fecharmos em ambientes comunitários, caracterizados por relações face a face, primárias, acreditando que a solução para os problemas sociais ocorra em nível microssocial. Principalmente, em tempos de globalização, tal perspectiva é irreal. Um segundo risco apontado pelo autor, refere-se ao desejo de que as instituições (econômicas, religiosas, políticas, etc) funcionem como pequenas comunidades, um espaço de harmonia. Ambas as perspectivas esquecem-se das condições humanas e históricas, e acabam por promover reformas na tentativa de “humanizar o capitalismo”, ao invés de pôr em curso as revoluções necessárias.

6 MUDANÇA SOCIAL E ECONOMIA DE COMUNHÃO

Para Bruni (2005), a mudança gerada pela EdC é cultural e silenciosa, o que significa dizer que ela ocorre pautada em valores e em mudanças primeiramente individuais. Para ele, a geração de novas estruturas requer “homens-novos”, mas esses também demandam outras estruturas distintas das atuais, ou seja, é preciso que a comunhão se inicie, mas não se limite apenas aos relacionamentos interpessoais, e que se concretize em estruturas. Esta perspectiva da mudança social requer primeiramente uma mudança-conversão pessoal, expressa na afirmação de que os empresários devem ser modelos que irradiam uma nova forma de viver, que, gradativamente dissipa-se para além dos limites da empresa:

Primeiro, tem que haver a transformação pessoal e depois, automaticamente, vai ocorrer a transformação social ou comunitária. (...) O social não vem antes do, a meu ver, do pessoal (Roberto, empresário).

Não que este projeto mude o mundo, mas pode primeiro mudar a mim, primeiro como pessoa (Irene, empresária)

Assim, se nos programas tradicionais de Responsabilidade Social, o combate à pobreza é uma questão de gestão eficiente, para a Economia de Comunhão é uma questão de conversão. A mudança pessoal é gerada pela adesão aos princípios e valores do MF, apontado como caminho ético privilegiado, uma vez que a parte dos lucros doada para a “formação de homens novos” é destinada aos centros de difusão, publicações e eventos do mesmo, além de que, conforme já apontado, também considera-se que é preciso primeiro conhecer a base espiritual da EdC para que se possa compreendê-la, daí os convites aos trabalhadores para participarem de eventos do MF:

Sem conhecer a espiritualidade, eu acredito que é complicado tu entender a Economia de Comunhão. (Barbosa, empresário).

Ah, quando todos os funcionários contribuírem, tiverem catequizados, vamos dizer assim. (...) no dia que nós chegarmos nesse ponto de que a gente possa falar abertamente entre nós da empresa, desses princípios éticos, morais, da espiritualidade, aí eu vou considerar a Meta, uma empresa de Economia de Comunhão. Quando eu der, sem hesitar a minha parte, o funcionário der a parte dele, que a gente possa ter essa partilha, que possa circular os bens entre nós... (Roberto, empresário)

A espiritualidade do MF, que embasa a proposta da EdC, corresponde à teologia tradicional. Isto é, trata-se de uma teologia que não é histórica, e cujas categorias determinantes buscam estabelecer a verdade em si, sem conexão intrínseca com a práxis. Nesse sentido, a dimensão espiritual do ser humano é considerada superior às demais, e estas devem estar subordinadas a primeira. Daí a crença de que uma conversão espiritual seja capaz de gerar mudanças pessoais e sociais.

Para Sung (2002), um dos principais problemas na discussão sobre ética e economia é que a mesma costuma se concentrar em problemas éticos e morais dos agentes econômicos não enfocando o sistema econômico. É o caso, ao meu ver, da EdC que pauta sua proposta no agir do empresário. Para esse sujeito reduzido da ética individual, as estruturas são apenas um campo para vivência de suas virtudes. Desconsideram que os sistemas econômicos modernos amplos e complexos não são resultados de ações conscientes e intencionais de agentes econômicos. Isso não significa que não seja necessário agir no nível micro, mas que essas ações não são suficientes. As estruturas devem ser consideradas como espaços de luta, uma vez que há um imperativo ético dirigido às mesmas, à medida que elas concretizam e reproduzem as relações sociais e impõem limites às ações intencionais.

Não questiono aqui, se o empresário de EdC age conscientemente com segundas intenções, instrumentalmente. Ao contrário, percebi durante a pesquisa que a crença religiosa compartilhada por eles, faz com que tenham a convicção de que realmente constroem um projeto novo, revolucionário, que visa o bem comum. Porém, o que quero destacar é que tais intenções não são suficientes e que têm um efeito não intencional que gera relações de dependência e submissão. Ou seja, a falta de crítica e autocrítica não permite que percebam que o espaço de comunhão no projeto é restrito. Diferente da piedade, que é um sentimento que encontra em si mesmo o prazer, é preciso o que Sung (2002) e Arendt (1988) denominam de compaixão, que além da capacidade de sentir a dor do outro, envolve um sofrimento que leva à ação social, a sair de uma postura de resignação e passividade e buscar a transformação através da articulação dos sujeitos em torno de um projeto social. Além disso, é preciso compreender o sofrimento dos excluídos a partir das relações de dominação ocultas na sua gênese, e, não raro, tidas como naturais, a partir do descompromisso do Estado, da sociedade civil e dos indivíduos para com o sofrimento alheio.

A perspectiva de mudança social presente na EdC corresponde à proposta neoliberal que apresenta soluções pautadas em ações individuais para a questão social, tendo o empresário como protagonista. O Estado não chega a ser destacado nas discussões e é

apresentado como mais um “parceiro”. Não há debates sobre o resgate do papel do Estado, de sua responsabilidade sobre a questão social.

A afirmação de que ao buscar combater a pobreza e mudar a economia, a EdC atua onde a riqueza é gerada (FERRUCCI, 1998; GUI, 1998; SORGI, 1998), concretiza-se em ações nas organizações, mas sem alterações no modo de produção, não rompendo com aspectos centrais do capitalismo, mantendo a divisão entre trabalhadores e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação. Assim, apresenta uma visão superficial, considerando a produção de riqueza e da pobreza como independentes. Daí as afirmações de que é preciso buscar a eficiência para aumentar o lucro e assim ter o que distribuir.

A não participação efetiva dos pobres e trabalhadores na EdC é, para mim, um ponto crítico, pois indica o modo como estes são vistos, e a posição social que lhes é atribuída. Ou seja, são apontados como objetos da ação alheia, incapazes de serem sujeitos, reduzindo a possibilidade de resistência e emancipação por parte dos mesmos. A inclusão ocorre de forma precária e marginal à medida que se oferece apenas o que é racionalmente conveniente, necessário e mais eficiente à reprodução do capital. Busca-se apenas atenuar o risco, o perigo que as classes dominadas possam representar, inebriando-as sob o argumento de que estão sendo protegidas. Já a legitimidade do poder do empresário continua preservada, tendo por base o fato de ser o detentor dos meios de produção, bem como de ter um código de ética, que o torna modelo a ser seguido.

Bruni (2005) afirma que a EdC propõe um Humanismo, à medida que coloca o ser humano como o centro da economia e resgata a dignidade do ser humano. Porém, destaco a afirmação de Aktouf (2004) considera um “humanismo de fachada”, as propostas que corroboram para a manutenção do *status quo* à medida que não promovem alterações no que se refere ao poder, controle do lucro e divisão do trabalho. Para Bresnei (1996), o humanismo requerido pela atualidade é oposto àquele dos consensos, da auto-satisfação ou das estratégias suavizantes presentes em certas espiritualidades. O humanismo deve conter o humano e não um semideus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da EdC feitas por seus teóricos e agentes costumam destacar seus aspectos considerados positivos como: ausência de pressão, coerção, demissões aleatórias, preocupação em gerar novos postos de trabalho, renúncia de práticas ilícitas como sonegação de impostos, compaixão pelo sofrimento alheio, dentre outras. A EdC é apontada como uma proposta inovadora e radical, capaz de transformar a economia e sociedade através da difusão da cultura da partilha.

Entretanto, à medida que se baseia em uma ética de simples interioridade do sujeito, os promotores da EdC contentam-se com a intenção das ações dos empresários e seus resultados imediatos, não questionando os efeitos não intencionais: aumento da dependência e submissão dos pobres e trabalhadores, restritos a serem objetos e não sujeitos de sua história, perpetuando-se a distinção entre o sujeito de direito e o sujeito de fato. Desta forma, salva-se o sujeito mesmo quando ele promove o aumento do desastre.

A EdC, em seu estágio atual, pode ser denominada do que Demo (2003) chama de “utopismo”, por apresentar uma proposta de sociedade totalmente igualitária e destituída do fenômeno do poder. As práticas da EdC se reduzem a reestruturações, adequações e conformação ao capitalismo, visando a continuidade do mesmo, legitimando-o à medida que o discurso da busca do interesse comum, da realização de uma obra divina, é utilizado como meio de mobilizar a subjetividade e a corporiedade de empresários e trabalhadores na busca pela lucratividade. A racionalidade técnica em tempos de reestruturação produtiva requer valores como o companheirismo, lealdade, solidariedade, liderança, comunicação, humildade, não sendo incompatível com os mesmos. Bem como requer virtudes morais como equilíbrio emocional, paciência, tolerância, senso de honra e responsabilidade ética, cortesia no trato entre supervisores e subordinados. Assim, embora a EdC se proponha resgatar dimensões como espiritualidade, afetividade, gratuidade, tais dimensões acabam por continuarem subordinadas à racionalidade instrumental, à medida que seguem inalteradas as relações capital-trabalho.

A EdC insere-se em um contexto no qual, as empresas privadas, através da hegemonia do mercado, estabelecem-se como centro da sociedade e o empresário como principal ator social. Nesse cenário, não cabe mais às organizações produtivas apenas produzirem bens e serviços, mas passam igualmente a regular também as esferas da vida pública, assumindo o

papel do Estado no que se refere à questão social. Se o liberalismo propunha a não intervenção do Estado nas questões do mercado, mas ainda lhe conferia a responsabilidade pelo bem-estar e garantia dos direitos básicos dos cidadãos (moradia, educação, saúde, etc), o neoliberalismo quer um Estado mínimo em todas as esferas, ou, forte apenas para implantar as mudanças que atendam aos interesses do capital. Alegando que o Estado está falido, que é incompetente e lento, as empresas justificam que também a questão social deve ser gerida pela iniciativa privada, transformando em negócios as áreas lucrativas e em Terceiro Setor as demais. A justificativa explicitada, entretanto, é a da competência da iniciativa privada, do resgate da ética e valorização da sociedade civil. A realidade revela a perda de direitos, a precarização da assistência social e o aumento do poder das organizações, das quais se passa a depender quer seja quando se está trabalhando, quer seja quando se está excluído do mercado de trabalho, tendo que contar com a filantropia empresarial. Contraditoriamente, justamente em um período no qual a empresa não oferece mais nenhuma garantia nem empregos, ela se apresenta como a toda poderosa, capaz de atender a todos os anseios humanos.

O projeto de EdC como uma tentativa de oferecer uma resposta às desigualdades sociais carece do que Demo (2003) chama de “pobreza política” à medida que não reflete sobre as causas concretas da exclusão social e da pobreza material, desconsiderando os aspectos políticos, sociais e históricos da mesma, e julgando que podem ser combatidas através de uma transformação pessoal alcançada pela adoção de um código de conduta moral e expresso em ações privadas. O crescimento do número de pobres que necessitam do auxílio e a insuficiência de recursos, a falência de várias empresas de EdC, deveriam assinalar a seus participantes a necessidade de algumas reflexões sobre o fato de que a tentativa de criar um mundo ideal e paralelo não é suficiente para solucionar o problema da pobreza. Conforme afirma Demo (2003, p.122): “Uma coisa é dar conta de alguns pobres, outra coisa é dar conta de sociedade pobre” .

Desta forma, considero que a EdC não se configura como uma proposta alternativa, contra-hegemônica à medida que complementa e não contradiz o modelo capitalista, e aproxima-se de práticas emergentes como a Espiritualidade nas Organizações e a Responsabilidade Social. Embora sob novas roupagens, as mesmas são estratégias neoliberais, baseadas no assistencialismo, que reforçam o imaginário original de servo-escravo, de dependência e submissão, que se traduz na busca da segurança e proteção oferecidos pela empresa-mãe. A questão da gratuidade, que poderia indicar um rompimento da EdC com a

lógica capitalista, não se concretiza plenamente uma vez que considera como dádiva o que é direito, permanecendo relações assimétricas e de dominação.

Sem dúvida, o debate ético nas organizações é necessário e positivo, entretanto, não deve restringir-se à ótica e ação do empresariado, e implicar em uma exclusão dos trabalhadores e do Estado. Além disso, o combate efetivo da miséria crescente, não pode ficar limitado à promoção de ações particulares, no interior das empresas ou fora delas. É preciso alterar a relação capital-trabalho. Caso contrário, continua-se a reproduzir os mecanismos de produção da pobreza, e apenas se distribui migalhas aos pobres. Ou seja, realiza-se um trabalho de Sísifo, à medida que apenas ataca-se o sintoma e não a origem da questão.

É preciso ser sujeito e fazer do outro um sujeito e não objeto passivo de nossas ações, por mais bem intencionadas que elas possam parecer. Para mudar é necessário ruptura e não unidade. É preciso superar as mudanças aparentes, o “mudar para não mudar”, das reformas promover revoluções, pautadas em uma perspectiva histórica e crítica, e que implica em mudanças estruturais e nas relações que constituem a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, Omar. **Pós-gobalização, Administração e racionalidade econômica**: a síndrome do avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e Comportamentos Sociais. In: COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p. 9-20.

ARENDT, Hanna. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A Idolatria do Mercado**: Ensaio Sobre Economia e Teologia. São Paulo: Vozes, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BRESNEI, Jean M. Um Novo Humanismo. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya (orgs). **A Sociedade em Busca de Valores: Para Fugir à Alternativa Entre o Cepticismo e Dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p.155-176.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade: a Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOOG, Gustavo. Espiritualidade nas Empresas. Disponível em: <<http://carreira.empregos.com.br/comunidade/rh/colunistas/150202-boogespiritualidadenasempreas.htm>>. Acesso em: 03 out. 2005.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as Novas Palavras em Economia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

BURCKART, Hans. Desenvolvimento Sustentável e Gerenciamento Empresarial: Elementos Para um Novo Paradigma de Gestão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: uma Cultura Econômica de Várias Dimensões**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 67-87.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: Terceiro Paradigma**. Petrópolis, Vozes, 2000.

CAILLÉ, Alain. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o Paradigma da Dádiva. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 Abr 2003.

CATANANTE, Bene. Espiritualidade no Trabalho. In. BOOG, Gustavo; BOOG, Margarida. **Manual de Gestão de Pessoas e Equipes**. São Paulo: Gente, 2002, p. 515-531.

CATTANI, Antonio D. A Outra Economia: os Conceitos Essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p.9-14.

COLBARI, Antonia de L. Imagens Familiares na Cultura das Organizações. In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João. **Recursos Humanos e Subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-229.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DILLY, Eliete Kuranti, MAINO, Joelma Rejane. BOHENBERGER, Maria Cristina. A Influência da Espiritualidade na Gestão das Empresas no Século XXI. In. ARAUJO, Margarete Panerai. (org). **Responsabilidade Social como Ferramenta de Política Social e Empresarial**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

FERRUCCI, Alberto. Considerações Sobre a Economia de Comunhão. In. COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p.69-92.

FONSECA, Tania Mara G. Trabalho e subjetividade. **Educação, Subjetividade e Poder**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.18-21, abril 1995.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura Organizacional: Identidade, Sedução e Carisma?** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.64-89.

GASKELL, George; BAUER, Martin. Para uma Prestação de Contas Pública: Além da Amostra, da Fidedignidade e da Validade. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002,. p.470-490.

GODBOUT, Jacques. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GONÇALVES, Heloisa H. A. B. Q. **A Experiência dos Pioneiros da Economia de Comunhão na Liberdade no Primeiro Decênio (1991-2001) no Brasil: Absurdo e Graça na Mudança de Mentalidade do Empresário**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GUI, Benedetto; BRUNI, Luigino. A Economia de Comunhão em “Quatro Palavras”. **Economia de Comunhão: uma Nova Cultura**, 13, p.6-8, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Lisboa: Relógio d’Água, 1993.

LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão**: História e Profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

MOLTENI, Mário. Problemas de Desenvolvimento das Empresas de “Motivação Ideal”. In BRUNI, Luigi (org). **Economia de Comunhão**: uma cultura econômica de várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002, p. 89-110.

MONTERO, Maritza. **Teoría y Práctica de la Psicología Comunitária**: la Tension entre Comunidad y Sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

NICOLAS, Guy. O Dom Ritual, Face Velada da Modernidade. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 33-62.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F.M. Gestão Estratégica das Relações de Trabalho. In. FLEURY, Maria T. L. (coord). **As Pessoas nas Organizações**. São Paulo: Gente, 2002, p.115-132.

PEALBART, Peter. **A Vertigem por um Fio**: Políticas da Subjetividade Contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

POLI, Maria C. Empresas e Responsabilidade Social: os Enredamentos da Cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia**: os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 369-418.

RICHARDSON, Roberto. J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SENNET, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERAFIM, Maurício C. **A Ética no Espaço de Produção**: Contribuições da Economia de Comunhão. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Faculdade de Engenharia. UFSC, Florianópolis, 2001.

SILVA, Drance E. Dádiva, Cidadania e Solidariedade. Disponível em < http://www.cenap.org.br/_novosite/1cnprodas/textos/dadiva.htm>. Acesso em: 10 ago. 2004.

SORGI, Tommaso. A Cultura do Dar. In. COSTA, Rui et al. **Economia de Comunhão**. 2.ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998, p. 31-68.

SUNG, Jung Mo. **Sujeito e Sociedades Complexas**: Para Repensar os Horizontes Utópicos. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

ULRICH, Dave. **Os Campeões de Recursos Humanos**: Inovando para ter Melhores Resultados. São Paulo: Futura, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ou em busca de uma sociedade promotora de comunhão

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.

A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.”

(Comida – Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto)

Conforme discutido nos capítulos anteriores, as propostas de combate à pobreza nascidas no cerne do capitalismo e que apresentam o empresário como principal ator social, como é o caso da Economia de Comunhão, embora possam trazer benefícios pontuais e imediatos, acabam por serem funcionais ao neoliberalismo à medida que não promovem alterações estruturais, agravando a situação ao invés de atenuá-la: aumentam o poder das empresas sobre a sociedade e a dependência e submissão dos pobres e trabalhadores, restritos a serem objetos e não sujeitos de sua história.

Com relação à Economia de Comunhão, a análise dos dados indicou a mesma como expressão de diversos fenômenos contemporâneos: a Responsabilidade Social, a Espiritualidade nas Organizações e o Comunitarismo. Sendo uma Representação Social, ela corrobora para a produção e reprodução de representações vinculadas às relações de produção que não se diferem daquelas propostas pelo capitalismo: lucro como fruto da competência e posse legítima do empresário; auto-responsabilização do sujeito pela sua condição desfavorável; direitos apresentados como dádivas, dentre outras. Apresenta ainda representações emergentes como a do empresário como principal ator e gestor social.

As representações vinculadas aos trabalhadores e à empresa apresentam um paternalismo reciclado que atende às necessidades do capitalismo de acumulação flexível, promovendo a extração da mais-valia não apenas pela exploração direta do trabalho, mas pela manipulação do tempo e da subjetividade dos trabalhadores através de representações que expressam uma igualdade entre trabalhador e empresário, sendo estes últimos apresentados como pais protetores e a organização como uma grande família, na qual os conflitos são supridos através de um clima de coesão.

As representações presentes na EdC possuem também uma origem religiosa, cuja função é dar sentido à realidade e promover a manutenção do vínculo social. Devido aos aspectos ideológicos discutidos (unificação, eufemismo, reificação), tais representações acabam por gerar relações de dependência e submissão, fazendo dos pobres e trabalhadores objetos da ação alheia, atuando assim como mecanismo de controle social. A raiz religiosa da EdC atua ainda como um fator de legitimação da mesma, dando credibilidade às ações dos empresários e, através da idealização, restringem a possibilidade de críticas e contestação internas.

Ao propor uma mudança social pautada na mudança pessoal através de um projeto do empresariado que não contesta o capitalismo, a EdC contradiz seu conceito central – a comunhão – à medida que essa remete ao coletivo e à partilha. Assim, dialeticamente, ao mesmo tempo em que é capaz de promover a cooperação, reduzir a indiferença em relação ao outro, resgatar o vínculo social, a EdC também estabelece relações de dependência, gerando um sujeito entorpecido, que acredita que, ao fazer parte de uma comunidade, estará protegido dos riscos da exclusão e abandono.

Depois de concluída a análise da Economia de Comunhão, gostaria de nesse texto final, fazer algumas reflexões sobre quais pressupostos teóricos considero necessários ao se propor alternativas que promovam uma transformação social que favoreça a concretização de uma sociedade solidária, capaz de gerar a comunhão, entendida como uma construção coletiva na qual há uma efetiva partilha de saberes, bens e poder.

Como destaca Lisboa (2003), não bastam boas intenções e seguimento de regras para se gerar uma sociedade justa se o contexto é estruturalmente excludente. É preciso atuar nas raízes da desigualdade, corrigir as estruturas, a fim de se romper com as relações de exploração e o assistencialismo.

Nesse sentido, Bauman (2001, p. 246) é categórico:

Quem quer que, por ação ou omissão, participe do acobertamento ou, pior ainda, da negação da natureza alterável e contingente humana e não-inevitável da ordem social, notadamente do tipo de ordem responsável pela infelicidade é culpado de imoralidade – de recusar ajuda a uma pessoa em perigo

Segundo Montaño (2003, p. 260):

O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da ‘preocupação’, e ‘ocupação’ (não a do trabalho e das lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, voltadas para as (auto) respostas imediatas às necessidades localizadas.(tradução da autora)

A autora considera ainda que a superação dessa perspectiva, requer uma sociedade civil portadora de um projeto emancipatório, que supere a alienação do imediatismo e busque a defesa dos direitos e conquistas sociais e trabalhistas. A construção de tal projeto deve ser coletiva, envolvendo as diversas esferas da sociedade, em particular as classes populares, não se restringindo às elites.

Assim, se por um lado observa-se a prevalência de um modelo hegemônico, tem-se também a urgência da busca por novas possibilidades que superem a concepção do ser humano como passivo e incapaz de oferecer resistência a tais processos. Se há forças que tentam moldar e aprisionar o ser humano, há também forças de resistência que buscam libertá-lo de tais amarras, sendo necessário identificar os indícios e formas através dos quais os sujeitos buscam realizar tal processo (PELBART, 1999; CANIATO, 1999).

Para Demo (2003), o cerne mais duro da pobreza não se reduz à carência material, mas a exclusão social mais drástica consiste em não conseguir ser sujeito, uma vez que não envolve apenas a negação ao acesso aos meios de subsistência, mas impossibilita a autonomia emancipatória. Afirma o autor: *“ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter e sobretudo de ser, o que desvela situação de exclusão injusta”* p. 38. Assim, as políticas sociais não devem se limitar à distribuição de benefícios, o que apenas tende a aumentar os problemas, ao invés de solucioná-los. Na perspectiva do autor, a pobreza não pode ser combatida sem o pobre, conservando-o como objeto das ações alheias. Para tanto, ele tem que, em primeiro lugar, compreender que a pobreza é fruto da injustiça social e, então, empoderar-se a fim de conquistar a cidadania individual e coletiva. O contrário de pobreza política é qualidade política que implica na constituição cidadã do sujeito, não refletida apenas na consciência crítica individual, mas também na construção de sociedades mais igualitárias e solidárias.

Assim, não basta uma participação econômica, é necessária uma participação política. Faz-se necessário, portanto, construir um:

... espaço público, civil e pluralizado onde os socialmente desiguais se encontram em equivalência como atores e sujeitos autônomos do protagonismo político e civil e, pelo exercício conjunto e conflitivo do debate, reflexão e deliberação sobre o bem comum, avancem para além das garantias constitucionais e jurídicas ao concretizar o direito de participar da pluralidade das demandas de cidadania (POLI, 2002:403).

Guattarri (1977) considera que os projetos de transformação social, no contexto atual, não devem ficar limitados a atuarem sobre o âmbito econômico e da produção. Para o autor, assim como o capitalismo se expande e invade todas as esferas da vida cotidiana, para obter êxito, os projetos de transformação social devem promover o que ele denomina de revolução molecular que se expande para lutas diversas como a dos ecologistas, homossexuais, minorias raciais, dentre outras. Em comum, as novas formas de organização e coordenação dos movimentos revolucionários devem apresentar respeito à autonomia e à singularidade de cada um de seus componentes, ao invés de se tentar uniformizá-los, superando contradições e antagonismos. O Fórum Social Mundial, ao meu ver, pode ser considerado uma expressão dessa revolução molecular à medida que consiste em uma manifestação de projetos alternativos em áreas diversas (economia, trabalho, educação, ecologia, etc), tendo como ponto em comum a busca da construção de um outro mundo possível.

Demo (2003) destaca que construir propostas alternativas ao capitalismo não significa extinguir o mercado. Para esse autor, o mercado é uma formação histórico-estrutural de toda sociedade, e, por si só, não gera necessariamente desigualdades e alienação. O que se questiona é o mercado capitalista, e o que se deseja é um mercado regulado pelo bem comum.

Santos e Avritzer (2002) alertam que a construção de alternativas ao capitalismo não constitui práticas universais e definitivas e apontam:

- a necessidade de haver uma diversidade entre as propostas de práticas democráticas para não se cair no totalitarismo de um modelo único;
- a busca de uma articulação global entre as diversas alternativas geradas através de ações locais;
- a atenção ao risco da perversão e da cooptação, ou seja, de se burocratizar a participação e cooptar lideranças populares;
- a busca da combinação entre democracia participativa e democracia representativa;

- - as alternativas não devem ser apenas econômicas, mas seu potencial emancipatório deve envolver as outras esferas culturais, sociais, políticas;
- o êxito de tais iniciativas dependem tanto da formação de uma rede de colaboração e apoio mútuo, como de ações do Estado.

Monteño (2003) considera que a transformação social requer condições objetivas (estruturais, conjunturais, lutas sociais) e subjetivas (consciência de classe para si, organização), sendo um equívoco julgar que apenas a intencionalidade de indivíduos e grupos subalternizados transformará a sociedade.

A consciência é um conceito fundamental nesse processo, pois é a partir do momento em que se reconhece a relação de desigualdade é que pode surgir o desejo de mudá-la. Ela envolve a superação da alienação, a compreensão do caráter histórico dos fenômenos e desenvolvimento da crítica e autocritica. A consciência é pressuposto para a libertação, mas essa passagem não se dá de maneira automática, mas requer a politicidade que consiste na capacidade de saber pensar e intervir no sentido de atingir níveis crescentes de autonomia, emancipação individual e coletiva (MONTERO, 2003; DEMO, 2003). É preciso, portanto, que o ser humano torne-se sujeito, isto é, um ser de potencialidades, um ator social que promova ações sociais e políticas, que se insira nas instituições, não podendo prescindir das mesmas, embora não se restrinja a elas.

O requisito de envolver os próprios excluídos no processo de mudança advém de que, sem a participação dos mesmos, tem-se apenas reformas, mudanças pontuais que, em geral, conforme discutido na tese, apenas agravam a dependência e submissão. Além disso, como aponta Montero (2003), as ações empreendidas por grupos organizados de uma comunidade, além de promover a obtenção de recursos e satisfação de suas necessidades, têm o efeito motivador para aqueles que ainda não estejam convencidos da possibilidade de mudança.

Para Bauman (2001), enquanto nos tempos da Modernidade Sólida, a Teoria Crítica buscava libertar o indivíduo do totalitarismo, hoje sua função é defender o espaço público, colonizado pelo privado. Cabe à Teoria Crítica hoje resgatar o espaço de encontro, de debate e de negociação entre o indivíduo e o bem comum, o privado e público. Segundo o autor:

Se o velho objetivo da teoria crítica - a emancipação humana – tem qualquer significado hoje, ele é o de reconectar as duas faces do abismo que se abriu entre a realidade do indivíduo de jure e as perspectivas do indivíduo de facto.

Isso implica que a construção de uma sociedade justa requer a eliminação dos impedimentos à distribuição eqüitativa das oportunidades (BAUMAN, 2003, p.51).

Embora seja fácil apresentar um discurso de harmonia social, de uma sociedade igualitária, sua construção não se faz sem lutas e embates, uma vez que requer manutenção e conquista de direitos, a redistribuição de riqueza, saber e poder, o que implica em mudanças nas estruturas de desigualdades e perdas para grupos favorecidos.

Sem dúvida, ações emergenciais e pontuais como as praticadas pela Economia de Comunhão são necessárias, sendo relevante a construção de redes de apoio nesse sentido. A EdC também contribui para o debate sobre a ética nas organizações, Porém, sugiro alguns avanços no projeto para que o mesmo seja promotor de mudanças mais amplas, não restritas à questão pessoal e nem ao atendimento de necessidades materiais, além de superação de seus aspectos ideológicos.

Falar de uma proposta efetiva de Economia de Comunhão implica, ao eu ver, em apresentar uma proposta que vise a superação do capitalismo, uma vez que esse modo de produção é incompatível com a concretização plena da comunhão, pois se fundamenta justamente no oposto, ou seja, na acumulação, na exploração e na concentração de poder, capital e saber em um dos pólos da relação, o capitalista, em detrimento do outro (trabalhadores/pobres). Nesse sentido, uma proposta de agir econômico que vise à promoção da comunhão, requer que a mesma se concretize em três níveis:

- *poder*: promoção da redistribuição do poder através de uma participação efetiva de pobres e trabalhadores, que não se limite à possibilidade de expressar opiniões e sugestões, mas envolva poder de decisão, promovendo o empoderamento e a emancipação, tornando-os atores, sujeitos de sua história, e não objetos da EdC. Destaco a afirmação de Montero (2003), para o qual o empoderamento, que a autora prefere chamar de fortalecimento, deve ser entendido como uma de conquista do poder, operado coletivamente, que promove a transformação do meio e de si próprio. Os agentes externos podem ser catalizadores desse processo, mas não “doadores” de poder que emana deles. Ou seja, não atuam como “pais

simbólicos”, que controlam transformações por eles propostas, mas são facilitadores, colaboradores do processo. Tal processo, entretanto, envolve uma mudança social e não pode ser alcançado por decreto ou consenso;

- *saber*: valorização do saber dos trabalhadores e pobres e superação da subordinação dos saberes de senso comum e científico ao saber religioso, através de diálogo aberto com diversas áreas do conhecimento que permitam uma leitura crítica da realidade e a autocrítica. Promover o debate, o respeito, a aceitação e a promoção da diversidade e da divergência, favorecendo a singularização ao invés da individualização. Considero tais ações imprescindíveis para a superação da pobreza política que atualmente caracteriza a Economia de Comunhão, uma vez que, conforme aponta Demo (2003), o saber pode ser promotor da reflexão e da contestação à medida que considera a realidade externa e o próprio saber construído como sempre passível de mudança, como algo sempre transitório e passível de transformação;
- *meios de produção*: assim, como apontado por Bruni, em palestra no Congresso Nacional de EdC de 2005, considero que os empreendimentos solidários, como as cooperativas, seriam um modelo mais próximo de uma economia que se propõe a promover a comunhão. Conforme já discutido, a participação dos trabalhadores na posse dos meios de produção favorece a distribuição não apenas de ganhos materiais, mas também do poder e do saber. Porém, considerando-se que a adesão a tal modelo por parte das empresas de EdC já existentes pode não ser de toda viável por razões diversas (nem todos os empresários podem desejá-la; questões de alterações legais na constituição da empresa, falta de capital para investimento por parte dos trabalhadores, etc). Sugiro, então, que ao menos seja implantada uma participação de lucros efetiva, construída coletivamente, pautada na justiça social e não segundo os princípios instrumentais dos atuais programas de Participação nos Lucros e Resultados.

Sugiro ainda que os recursos financeiros destinados ao combate da pobreza, não sejam investidos apenas no atendimento de necessidades emergenciais, mas que parte deles seja direcionadas ao fomento de empreendimentos solidários, autogestionários, efetivados por pessoas em condições de exclusão social e não vinculadas ao Movimento dos Focolares. Tal

ação abriria o projeto para a universalidade, além de estimular soluções para a questão da exclusão que promovam a autonomia e auto-sustentação, a superação das pobreza material e política. Uma outra sugestão, é de que, já que o Movimento dos Focolares propõe a comunhão de bens entre seus membros, poder-se-ia atender às necessidades emergenciais através das doações de pessoas físicas, enquanto a doação dos lucros das empresas de EdC fossem destinadas exclusivamente para o fomento de empreendimentos solidários.

A promoção de uma economia e, mais, de uma sociedade capaz de concretizar a comunhão, requer ainda a superação da visão do direito como dádiva, promovendo ações coletivas no sentido de exigir do Estado os direitos básicos dos cidadãos e políticas públicas de qualidade, não o vendo apenas como um “parceiro”, para o qual se deva cumprir a obrigação do pagamento dos impostos. Nesse sentido, Demo (2003), afirma a urgência de se resgatar a noção de Estado como instância responsável pelo serviço público, capaz de zelar pelo bem comum. Porém, ressalva que o Estado por si não tem uma vocação social inata, mas para tanto requer o controle democrático por parte da população.

Dentre as diversas propostas atuais para a construção da uma economia ética e solidária, considero que a Economia Solidária é a que mais se aproxima de um modelo capaz de promover a comunhão, gratuidade e reciprocidade nas relações de produção. Nela os meios de produção não são nem de posse do Estado nem propriedade privada, mas dos trabalhadores; ela promove redução da pobreza política, através da autogestão e do compartilhamento dos resultados. É sabido, porém, que a concretização de uma Economia Solidária não é fácil. Considero inclusive o risco de que a mesma seja capturada pelo capitalismo e ser mais um meio de legitimar a exclusão através de cooperativas de fachada, ou condições precárias de trabalho e seguridade social.

Os desafios enfrentados pela construção de uma “outra economia” referem-se ao rompimento com a racionalidade capitalista, embora não se encontrem em um ambiente isolado da mesma, implicam em resistir à armadilha de cair em práticas assistencialistas e, principalmente, alcançar e manter um padrão social, ecológico, político e tecnológico superior ao capitalismo. Por fim, há a necessidade de uma postura crítica e auto-reflexiva no sentido de se ter a capacidade de julgar, discernir, pensar sobre a realidade e sobre as próprias práticas e pressupostos (CATTANI, 2003).

A Psicologia, tanto na área do Trabalho como Comunitária, não raro também construiu práticas e saberes que colaboraram para o processo de extração da mais-valia através da manipulação da subjetividade e auto-responsabilização do sujeito, legitimando a exclusão

social através da “psicologização” da mesma, ocultando seus aspectos históricos, culturais e sociais. Para que a Psicologia colabore na construção dessa sociedade solidária faz-se necessária, primeiramente, a superação de teorias e práticas que apresentam um ser humano abstrato, isolado – o indivíduo – e promover o sujeito dialético, contraditório, incapaz de abarcar a totalidade, em constante construção de si mesmo e do mundo. Nesse sentido, resgato a afirmação de Sung (2002), e considero que a Psicologia deve estar atenta também para não cair no otimismo antropológico que considera o ser humano sob uma perceptiva exclusivamente positiva, quer seja em propostas que apresentem a possibilidade de uma total harmonia social, quer seja, através de propostas que se apresentam como emancipatórias e acabam por idealizar os excluídos.

Requer ainda que o psicólogo evite a tentação de ocupar a posição de agente da libertação, mas contribua para o processo de empoderamento, entendido como um processo coletivo, através do qual trabalhadores e excluídos tornem-se construtores de sua realidade e das mudanças que nela ocorrem. Ou seja, não é suficiente promover uma autonomia meramente individual que, ao contrário, pode agravar os efeitos do individualismo.

Nesse sentido, penso que a Psicologia deve trilhar caminhos semelhantes àqueles apresentados por Bauman (2001, p. 246) para a sociologia:

Não há escolha entre maneiras “engajadas” e “neutras” de fazer sociologia. Uma sociologia descomprometida é uma impossibilidade. (...) Os sociólogos só podem negar ou esquecer os efeitos de seu trabalho sobre a “visão de mundo”, e o impacto dessa visão sobre as ações humanas singulares ou em conjunto, ao custo de fugir à responsabilidade de escolha que todo ser humano enfrenta diariamente. A tarefa da sociologia é assegurar que essas escolhas sejam verdadeiramente livres e que assim continuem, cada vez mais, enquanto durar a humanidade.

Por fim, há que se resgatar a questão do horizonte utópico.

A utopia é um horizonte irrealizável que dá sentido a projetos históricos, mas quando estes são implantados, negam a mesma utopia que pretendem antecipar ou concretizar. Esta negação é resultado da própria dinâmica das instituições sociopolíticas e da condição humana e não pode ser esquecida sob o risco dos projetos históricos caírem na sacralização, que conduz à opressão, ao autoritarismo e à demonização. A consciência dessa distinção entre a utopia e o projeto, ao invés de ser motivo para paralisia e resignação, é o que gera o movimento, a ação na busca dessa utopia sempre inalcançável (ASSMANN, HINKELAMMERT, 1989; SUNG, 2002).

Para Bauman (2001), a autonomia da sociedade não está em buscar um cais seguro, mas justamente no contrário, em reconhecer que está imersa no caos e que não há uma forma única nem perene a ser alçada. Afirma o autor em outra obra: “O melhor pode ser inimigo do bom, mas certamente o ‘perfeito’ é um inimigo mortal dos dois” (BAUMAN, 2003, p. 11).

Embora seja impossível a concretização plena de uma sociedade sem nenhum sofrimento, injustiça ou dominação, não se deve cair na resignação do possibilismo, mas promover mudanças sociais que atuem no sentido de que a pobreza não aflija a maioria da população e que permitam que as conquistas da humanidade possam ser usufruídas por um maior número de pessoas.

2.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A Idolatria do Mercado: Ensaio Sobre Economia e Teologia**. São Paulo: Vozes, 1989.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANIATO, Angela. A Subjetividade na Contemporaneidade: da Estandartização dos Indivíduos ao Personalismo Narcísico. In: SILVEIRA, A et al (orgs). **Cidadania e Participação Social**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999, p.13-29.

CATTANI, Antonio David. A Outra Economia: os Conceitos Essenciais. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 9-14.

DEMO, Pedro. **A Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LISBOA, Armando M. Empresa Cidadã. In: CATTANI, Antonio D. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a, p.143-148.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social:** Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PELBART, Peter. **A Vertigem por um Fio:** Políticas da Subjetividade Contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

POLI, Maria C. Empresas e Responsabilidade Social: os Enredamentos da Cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. **Democratizar a Democracia:** os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 369-418.

SANTOS, Boaventura S.; AVRITZER, Leonardo. Introdução – Para ampliar o Cânone da Produção. In: SANTOS, Boaventura S. **Democratizar a Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.23-77.

SUNG, Jung Mo. **Sujeito e Sociedades Complexas:** Para Pensar os Horizontes Utópicos. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANEXOS

Anexo A
Autorização do comitê de ética



Ofício nº 400/05-CEP

Porto Alegre, 12 de maio de 2005.

Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa intitulado: "Economia de comunhão: princípios e práticas de gestão a partir da perspectiva da psicologia social".

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Délio José Kipper
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Dout Maria Luisa Carvalho
N/Universidade

Anexo B
Roteiro de Coleta de Dados

a) Roteiro de observação:

- Segurança: EPI, máquinas, extintores, insalubridade, iluminação, ruídos, LER.
- Murais:
- Desenho de cargo
- Organização do trabalho:

b) Roteiro de entrevista com empresário (idade, estado civil e escolaridade, religião)

- Dados gerais sobre a empresa (ramo de atividade, número de trabalhadores, área geográfica de atuação, organograma, etc)
- Tempo de participação no Movimento dos Foculares.
- Histórico da empresa
- Necessidades de mudanças/adaptação na estrutura e gestão para adesão ao projeto.
- Objetivos da EdC.
- Vantagens de adesão ao projeto de EdC.
- Dificuldades encontradas na adesão ao projeto de EdC.
- Formação do empresário de EdC.
- Diferenças e semelhanças das empresas de EdC em relação as empresas tradicionais.
- Relacionamento entre empresário e trabalhadores, dos trabalhadores entre si.
- Conflitos organizacionais.
- Participação dos trabalhadores na empresa.
- Organização do trabalho.
- Gestão de pessoas.
- Empresa-comunidade.
- Relação com o sindicato.

- Origem da pobreza.
- Origem do lucro/riqueza.
- Contribuições e limitações da EdC.
- EdC e mudanças (individual, organizacional e social)

c) Roteiro de entrevista com os trabalhadores.

- Trajetória profissional.
- Organização do trabalho.
- Semelhanças e diferenças entre a empresa atual e as outras nas quais trabalhou.
- Participação dos trabalhadores na empresa.
- Relacionamento com chefias e empresários
- Relacionamento entre os trabalhadores.
- Percepção de mudança pessoal após ingressar na empresa.
- Aspectos positivos e negativos da empresa.
- Conhecimento sobre a EdC.
- Participação em eventos do MF e da EdC.
- Filiação Sindical.
- Origem da pobreza.
- Origem do lucro/riqueza.

Anexo C

**Relação dos dados coletados
para a construção do *corpus* da pesquisa**

a) Livros:

COSTA, R. et al. **Economia de Comunhão** (2ª ed.). Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 1998.

BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2002.

BRUNI, Luigino **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2005.

LUBICH, C. **Economia de Comunhão: História e Profecia**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2004.

b) Trabalhos acadêmicos:

SERAFIM, M. C. **A Ética no Espaço de Produção: contribuições da economia de comunhão**. Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001

GONÇALVES, H. H. A. B.Q. **A Experiência dos Pioneiros da Economia de Comunhão na Liberdade no Primeiro Decênio (1991-2001) no Brasil: absurdo e graça na mudança de mentalidade do empresário**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

c) Periódicos:

ABBA Revista de Cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, V. 4, n. 3; 2001.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.7, 1998.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.12, 2000.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.13, 2001.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.14, 2002.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.15, 2002.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.16, 2003.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.17, 2003.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.18, 2004.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.19, 2004.

Economia de Comunhão: uma nova cultura. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, n.20, 2005.

d) Cadernos de Formação dos Empresários:

I Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, agosto de 2002.

II Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, setembro de 2002.

III Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, novembro de 2002.

V Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, março de 2003.

VI Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, abril de 2003.

VII Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, agosto de 2003.

VIII Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, setembro de 2003.

IX Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, novembro de 2003.

X Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, fevereiro de 2004.

XI Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, abril de 2004.

XII Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, setembro de 2004.

XIV Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, fevereiro de 2005.

XV Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, março de 2005.

XVI Encontro de Aprofundamento Cultura e Espiritual da Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista, SP: mimeo, abril de 2005.

e) Websites

Site da Economia de Comunhão: <http://www.edc-online.org>

Site do Movimento dos Focolares: <http://www.focolares.org>

f) Palestras proferidas nos Congressos Nacionais de EdC de 2002 e 2003 (22 páginas).

g) Palestras proferidas no Congresso Internacional de EdC de 2004 (64 páginas).

h) Participação nos Congressos Nacionais de Economia de Comunhão

2004 - Palestras e depoimentos de empresários (41 páginas)

2005 - Palestras e depoimentos de empresários (42 páginas)

i) Visitas as empresas de Economia de Comunhão (julho de 2005 e janeiro de 2006)

Meta Metalúrgica: entrevistas com 3 empresários e 6 trabalhadores (112 páginas)

Saúde Distribuidora de Medicamentos: entrevistas com 2 empresários e 9 trabalhadores (80 páginas)

Da Moda Confecções: entrevistas com 2 empresárias e 5 trabalhadores (90 páginas)

j) Dados sobre as empresas de Economia de Comunhão fornecidos pelo Escritório Nacional de EdC.

f) Participação no grupo virtual de discussão sobre Economia de Comunhão.

Anexo D

Validação comunicativa

Mensagem enviada pela pesquisadora ao grupo de discussão sobre EdC em setembro de 2006.

Quanto ao questionamento levantado pela S., se a EdC é um projeto ou um modelo de gestão, também já pensei sobre isso. Bem, embora em minha tese, fale em “projeto de EdC”, penso que, se por um lado, ele pode ser assim denominada pois, ao que percebo continua em construção, por outro não o considero um modelo de gestão. Digo isso, pois nas visitas que realizei a 3 empresas e nos dois congressos que participei, além de acesso a periódicos, cadernos de formação dos empresários, dentre outros, percebo a EdC como “um estilo de vida”. Não sei se esse seria o termo mais correto, mas vou tentar me explicar. Ou seja, o que percebo é mais uma mudança em termos de conduta, comportamento do empresário (ter um relacionamento que inspire proximidade com os trabalhadores, mas informal diria; pagar tributos, não ter ações consideradas concorrência desleal, etc) ou seja, agir segundo o que se considera moralmente correto. Em nenhum momento vi repercussões sobre os modos de gestão incluindo a organização do trabalho, a hierarquia, a divisão das tarefas, etc, e muito menos mudanças estruturais. Percebo como um modo de tornar mais explícito aos empresários que pertencem ao MF, como podem viver a espiritualidade proposta pelo mesmo, enquanto empresários, uma vez que, muitos empresários relataram que tinham esse desejo, mas não sabiam como fazê-lo, sentindo por vezes que isso seria de certa forma incompatível, uma vez que o ambiente empresarial se pauta mais na competição do que na colaboração.

De certa forma, pelas razões descritas acima, gostaria de comentar a questão levantada pela H. Também percebo que, no momento, a EdC não caminha para uma abertura a pessoas não vinculadas ao MF. Não me lembro agora onde li, que um dos requisitos era até mesmo essa vinculação. Digo isso, porque toda a formação, as palestras, os depoimentos são pautados diria até exclusivamente em uma formação espiritual restrita aquela proposta pelo MF. Além disso, implícita ou explicitamente, considera-se que as pessoas tenham que ter algum contato com o MF para poder compreender a proposta. Um empresário pesquisado, por exemplo, considera que o trabalhador primeiro tem que ir a uma Mariápolis para depois poder ser dito o que é EdC. Talvez alguém pense: não, mas falar de amor ao próximo ou de solidariedade não é exclusividade do MF. Ou até mesmo que essa não é a posição de todos. Concordo plenamente. E é por isso que considero que a EdC (quero dizer, teórico, empresários, etc), deveriam fazer o caminho contrário. Ou seja, buscar um diálogo com outras propostas vigentes e que não apenas, a reforcem, mas que a complementem e até a conteste.

A EdC não é um fenômeno particular nem singular. Ela faz parte de um processo que se acentuou com o chamado capitalismo de acumulação flexível, pautando no neoliberalismo. Nesse cenário, a proposta hegemônica vigente é de que para superar sua crise, o capital precisa tornar-se “mais leve, mais livre” e assim, escapar das já frágeis amarras que o trabalho e o Estado lhe impõe. Nesse sentido, gostaria de retomar uma discussão que há algum tempo propus ao grupo, em relação ao posicionamento da EdC em quanto a Responsabilidade Social e a Economia Solidária. Conforme expus na época não queria discutir “forma”, mas pressupostos. Não creio em neutralidade científica, e por isso, exponho que toda minha argumentação pauta-se em um referencial da Teoria Crítica. Assim, penso que falta um posicionamento explícito dos pesquisadores e idealizadores da EdC. Explico melhor. Quando coloquei que encontro pesquisas que consideram a EdC próxima a Responsabilidade Social e outros aos chamados empreendimentos solidários isso gera certa perplexidade. Não que considero que deva haver uma hegemonia entre os teóricos da EdC, mas essas diferenças devem produzir um debate interno. Ou seja, embora tanto a RS quanto a Ecosol apresentem o discurso de solidariedade, de combate a pobreza, é evidente que o modo como as mesmas efetivam tais propostas são diversas. Repito, tal diferença, não se baseiam em “formas”, mas ao contrário, a diferença das ações, exprime cosmovisões, posicionamentos epistemológicos distintos, opostos. Ou seja, como apontam diversos autores, sendo o mais contundente Montañó, o chamado Terceiro Setor e a Responsabilidade Social são respostas neoliberais, e portanto, propõe uma “reforma”, uma “humanização” do capitalismo, e, embora apresentando-se como “solução” acentuam a exclusão a medida que promovem a privatização da questão social. Já a Economia Solidária, embora ciente que se encontra em uma sociedade capitalista, e por vezes seja capturada por sua lógica (vide as falsas cooperativas), visa a superação desse modo de produção e a contestação do mesmo, pauta-se em ações coletivas, no empoderamento dos excluídos, e no resgate da responsabilidade do Estado no que se refere a questão social. Penso, portanto, que os teóricos da EdC devam se posicionar a esse respeito. Por que esse debate não ocorre? Como disse, não defendo que tenha que haver uma posição única, mas ao contrário, se há perspectivas diferentes, elas devem ser debatidas. O que não é possível é conciliar visões tão antagônicas.

Aproveito para fazer ao grupo uma questão que perguntei a uma teórica da EdC mas da qual não tive uma resposta que me satisfizes: é possível conciliar comunhão e capitalismo?

Mensagem enviada pela pesquisadora ao grupo de discussão sobre EdC em novembro de 2006.

Oi M. e pessoal,

Bem, li sua mensagem M., mas só agora tive tempo de respondê-la com calma. Com já faz algum tempo deixei sublinhado suas palavras e meu posicionamento abaixo. Quando faço minhas colocações, gostaria de esclarecer que quero contribuir para um debate sobre a EdC, para a reflexão da mesma. Faço um exercício constante de auto-crítica, e tenho buscado ler muito para fazer um trabalho de qualidade. Tenho ciência dos limites de qualquer produção humana, e, portanto, do meu trabalho. Mas espero contribuir para a urgente discussão da proposta de uma sociedade solidária. Estou envolvida de mente (tese) e corpo (estou em um projeto de EcoSol) nessa busca.

Bom, M., seria ótimo poder discutir tudo isso pessoalmente. Quem sabe conseguimos fazer isso, mas não queria perder o debate, que tem me ajudado muito, e espero também esteja contribuindo para o grupo. Fico muito feliz, quando vejo o pessoal colocando questões para serem debatidas, pois penso que essa é a finalidade primeira dessa lista de discussão. Bom, segue alguns comentários sobre o que vc escreveu. Sublinhado estão suas colocações e abaixo as minhas. Gostaria que mais gente entrasse na roda...

M: Eu penso que o último livro de Bruni, "Comunhão e as novas palavras na economia" traz este debate e ele explica (ao meu ver, satisfatoriamente) as diferenças entre a EdC e as outras duas abordagens acerca do mercado e da economia: os que acreditam que o mercado é um sistema social capaz de melhor organizar a sociedade (Smith e outros) e os que acreditam que o mercado deve ser delimitado porque ele traz uma lógica destruidora do mundo da vida (Marx, teoria crítica e outros). O Bruni coloca muito claro o posicionamento da EdC: ela não é conciliadora, mas enquanto idéia a EdC acredita que o mercado é um bom sistema social para a alocação dos recursos e que é possível se viver a gratuidade e reciprocidade no mercado. Explica com trabalhos que vários economistas que isso é possível.

Pesquisadora: Quanto a questão do Bruni, eu li o livro. Não sou economista, mas psicóloga, então talvez esteja equivocada, mas para mim também não se trata de excluir o mercado. Penso que a EcoSol também não tem essa perspectiva. Como seria uma sociedade sem mercado? Voltaríamos ao escambo? Teríamos um Estado que centralizaria tudo? Não,

também não penso assim. Porém, não creio que o aspecto central do capitalismo seja a existência do mercado. Mas o mercado capitalista funciona de uma maneira particular. Por exemplo, desde o liberalismo até o neoliberalismo, a proposta é de que o mercado é auto-regulável, ou seja, a sociedade e o Estado não devem interferir no funcionamento do mesmo. Como isso, acredita-se que o mercado será sempre uma instância positiva, capaz de por si mesmo, ou pela “mão invisível” proposta por Smith de alcançar um “equilíbrio”. Sendo assim, essa perspectiva capitalista considera que o centro da sociedade é o mercado, e que as demais esferas devem estar subordinadas a ele, uma vez que prega que ninguém deve interferir no mercado. Assim, querer subordinar o mercado ao social, pregar que o Estado interfira no mercado é totalmente contrário a perspectiva capitalista, pois esta visa a acumulação constante e sem limites. Mudar isso é falar de outra coisa, que talvez não tenhamos um nome, mas que não é capitalismo. Não vejo como conciliar isso nesse modo de produção. Dizer que o mercado deve estar subordinado ao social, caracteriza uma proposta alternativa ao capitalismo, como a Ecosol talvez. Se essa é a posição da EdC, no geral, ou de alguns de seus teóricos, então, não há como não afirmar que se pretende superar o capitalismo e não apenas “humanizá-lo”, assumindo as consequências disso: terá simpatizantes e opositores. Mas como já coloquei, penso que falta um posicionamento explícito.

M: Para mim a EdC tem sim algo de particular e singular em sua experiência. Aqui fica difícil tratar esses elementos, mas uma pista é o paradigma da unidade que ela traz em seu bojo, que é um pouco diferente da solidariedade da Ecosol. Uma outra coisa é que a EdC não busca ser "anti-" ou "neo" alguma coisa. Ela não quer se tornar um mundo à parte e nem acha que o mundo (ou capitalismo) a "contamine". Ela acredita que quem faz o mundo são as pessoas e não uma entidade abstrata, conceitual (e com problemas de conceitualização) como o capitalismo e que, por isso, o ponto de partida da atualização está na cultura.

Pesquisadora: Sem dúvida, a particularidade da EdC está em seu fundamento espiritual. Penso que é essa esfera que dá ao empresário, como vc cita um exemplo, a convicção para manter-se ético, embora tudo em sua volta o convide a fazer o contrário. Discordo porém de sua afirmação, se a compreendi bem, de que a “EdC não quer se tornar um mundo a parte e nem acha que o capitalismo a contamine. Bem, qual minha visão de ser humano? Como compreendo o ser humano? Seguem alguns autores: O sujeito contemporâneo é também uma produção do capitalismo que não apenas produz bens, produtos, mas também projeta a realidade psíquica, fabricando a relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo (Fonseca, 1995). Nesse sentido, subjetividade e objetividade não são vistos como aspectos

antagônicos, mas como parte de um contínuo, referindo-se a formas de vida, a maneiras de sentir, amar, perceber, imaginar, sonhar, fazer, vestir-se, dentre outras (Fonseca, 1995; Pelbart, 2000). Sendo assim, mesmo afirmando que tenho uma perspectiva baseada na Teoria Crítica, sei que, embora busque ao mesmo tempo contribuir para construir uma sociedade diferente desta que está aí, não posso negar que sou um ser social e histórico. Se na minha história “particular” meus pais me ensinaram a ser ética, solidária, etc, também faço parte de uma sociedade que através de suas estruturas me impele a competir. Ou seja, minha perspectiva é dialética: não considero que seja um total fruto do meio, mas também não sou um átomo isolado de tudo, que convivo com as pessoas, me insiro em estruturas excludentes, mas que não me deixo influenciar por isso. Assim, minha perspectiva é distinta da sua (distinta, não estou dizendo melhor ou pior). Sem dúvida o mundo também é feito pelas pessoas, mas não podemos esquecer que as relações, os valores, as crenças, se concretizam nas estruturas. Vou tentar dar um exemplo. A questão da competição tão cara ao capitalismo, considerada o motor da sociedade está presente por todos os lados. No vestibular por exemplo: quantos de nós não conhecemos adolescentes que fizeram muitos sacrifícios, materiais ou não, mas que não conseguem ingressar na faculdade. Será que podemos falar apenas no discurso oficial da meritocracia? Será que não ingressaram por que não são bons o suficiente ou por que não há vagas para todos e por isso tem que se travar uma batalha para ingressar em uma faculdade? E por que não há vagas para todos? Dei esse exemplo, para tentar ilustrar a questão das estruturas. Muito bem, eu, individualmente, posso ser solidária, formar um grupo de estudo, partilhar meus conhecimentos com os colegas, para ajudá-los a serem aprovados. Isso é bom, mas não é o suficiente. Se também não mobilizar meus colegas para que haja maior investimento em educação, para que haja mais vagas, programas de bolsa de estudo, etc, a estrutura excludente (vestibular) continuará a gerar competição e exclusão: um terá que ser melhor que o outro, para poder vencê-lo, alguns ingressarão e muitos ficarão de fora. Por isso, penso que além de ações individuais, além das pessoas é preciso alterar as estruturas. E aqui, trata-se mais uma vez de uma dialética, preciso ao mesmo tempo transformar as pessoas e as estruturas: a transformação das pessoas deve concretizar-se em novas estruturas, assim como posso criar estruturas que favoreçam surgir “novas pessoas”.

M-Uma outra questão é que se vc separar a espiritualidade do Movimento dos Foculares da tua análise, fica difícil entender o projeto em sua totalidade. Por isso acho que se vc utilizar um vocabulário marxista ou de teoria Crítica, vc teoricamente não vai conseguir grandes avanços, porque eles desconsideram todo o pano de fundo da EdC, que é essa

espiritualidade, e se perde muitas nuances importantes da prática. Por exemplo, o que faz um empresário muito bem constituído no mercado, viajar do Rio Grande do sul a São Paulo para um encontro de final de semana para tratar de questões do Polo Spartacus, pagando tudo do seu bolso, não levando nada em troca (materialmente falando)? Vivi isso no final de semana passada e, ainda, este empresário ficou uma tarde inteira respondendo a alunos de graduação (que não conheciam o Movimento) sobre sua atuação como empresário.

Pesquisadora- Já participei do MF quando adolescentes e nunca cheguei a perder totalmente o contato, pois tenho amigos e familiares que não membros. Penso que isso me facilitou entender algumas coisas, desde certas palavras/conceitos, a espiritualidade, etc. E considero que é um movimento que tem como ponto principal propor um modo de vida, ou seja, mais do que ritos, ser do MF é “praticar” sua espiritualidade (perdoem a imprecisão dos termos). Meu orientador é um padre, e tenho lido inclusive livros de teólogos para fazer minha tese. Um que me ajudou muito foi “A idolatria do Mercado: um ensaio sobre Economia e Teologia. (Assman e Hinkelammert/ da Vozes) e Sujeito e Sociedade Complexas (de Mo Sung, Vozes). Assim, não quero passar uma impressão errônea de que não considero a dimensão espiritual do ser humano. Porém, mesmo quando falamos de religião, de espiritualidade penso que se por um lado existe a dimensão sobrenatural, não podemos esquecer o aspecto concreto. Principalmente quando se fala de cristianismo, pois segundo nossa crença Deus se fez homem em Jesus. Assim, para se ler a Bíblia e compreendê-la em sua profundidade (vou falar de uma perspectiva cristã-católica, desculpe-me a ignorância em relação às outras religiões) vc tem que entender também um pouco de história para entender melhor certas situações (por exemplo, saber que os judeus e samaritanos eram inimigos), ou seja, entender o aspecto humano que está ali também para além de acreditarmos que existe uma revelação divina. Há muitos estudiosos que fazem isso. Claro que nós podemos pegar a bíblia, abrir um trecho ler e entendê-lo, porém os estudos desses pesquisadores, com certeza nos ajudariam a entender com maior profundidade e até superar interpretações equivocadas ou superficiais. O mesmo deve ocorrer com os movimentos, religiões, etc. Ou seja, não podemos perder o aspecto sobrenatural, mas também não podemos esquecer o humano. Assim, sem dúvida, em minha pesquisa, focarei os aspectos históricos e sociais dessa espiritualidade, pois acredito que nenhuma religião está alheia à sociedade (Weber já mostrou isso em seu clássico sobre o capitalismo e o protestantismo): seus adeptos não são anjos mas pessoas de carne e osso. Isso não é novidade, a Teologia da Libertação já propôs isso. Porém, a própria teoria das Representações Sociais que embasa parte do meu trabalho, visa resgatar a importância das

crenças (não apenas, mas também as religiosas) sobre as pessoas e suas ações e que foi desconsiderada pelo racionalismo.

M. A riqueza da EdC está nos detalhes e quando vc tenta abordar com uma meta-narrativa, como são Marx e Teoria Crítica, vc deixa de enxergar muitas coisas. Isso não significa que não se devam ser utilizados, tanto porque a EdC ganhará muito com este debate e faria uma auto-análise como as questões que vc coloca, mas tbém temos que ter em mente - como pesquisadores - que as teorias já postas nos mostram ou explicam uma parte do fenômeno da EdC. A "dignidade teórica", proposta por Lubich, seria o debate com outras teorias e sugerir explicações de como se é possível que a gratuidade e reciprocidade se materializem na economia, no mercado e no mundo do trabalho.

Pesquisadora: Quanto a questão da Teoria Crítica ser uma meta-narrativa e não permitir abordar todos os pormenores da EdC, concordo em parte. Bem, certamente, não acredito no mito da Modernidade de que a ciência é capaz de dar conta de tudo. Mas não podemos deixar de utilizar as “lentes” que temos a nossa disposição, embora tenhamos que buscar avançar. Além disso, somos seres humanos e limitados e nenhuma pesquisa vai dar conta de tudo. Talvez no nosso início de carreira de pesquisador, no mestrado, uma das lições de humildade é essa: você tem que se focar em um ponto, deixar claro o que focará e assumir as limitações inerentes a qualquer estudo. Porém, acredito que vc sempre usará uma teoria para estudar seu fenômeno, e essa teoria não é escolhida aleatoriamente, mas como diz Moscovici, um teórico das Representações Sociais, que também uso na minha tese: “... duvido que possamos realmente compreender a vida mental dos indivíduos ou grupos, se nós menosprezarmos o cruzamento híbrido de fé e conhecimento, a mistura daquilo que é considerado verdadeiro porque nós nele acreditamos e aquilo que nós acreditamos porque o consideramos verdadeiro.” Assim, as crenças (não me refiro apenas às religiosas) sempre permearão nossa trajetória. Sem dúvida, é necessário estar aberto ao novo, mas penso que o primeiro passo é ter claro nossa posição: quais são minhas crenças? Como vejo o mundo? E depois então questioná-la. Assim, eu tenho minha meta-narrativa (Teoria Crítica), que expressa minha cosmovisão. Gostaria de saber qual é a sua?

M.E quando vc pergunta se é possível conciliar comunhão e capitalismo, penso que a EdC não propõe conciliar - apesar de aceitar pressupostos da livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção, do lado do "capitalismo" (coloco aspas pq não sei bem o que seria isso) - mas pretende como pressuposto básico transformar nosso hábitos culturais para que nos vejamos como semelhantes e que o critério prático para que a sociedade seja mais

justa é o amor recíproco. Sendo assim, não é tanto o combate à pobreza ou a quantidade de lucro que vc dá aos pobres que é o ponto central da EdC, mas o "como" se faz isso.

Pesquisadora: Quanto as teorias sobre reciprocidade e gratuidade, penso que vcs poderiam buscar o Paradigma da Dádiva que trata disso desde Mauss (acho que o Ensaio sobre a Dádiva é do começo do século passado, desculpe a imprecisão da data) e que tem hoje em Godbout e Caillé seus principais teóricos. Vejo essa teoria pouco explorada nas pesquisas de EdC, embora eles já tenham levantado essa questão de reciprocidade e gratuidade a tanto tempo. Vera Araújo fala, por exemplo, em *homo donator*. Essa expressão é usada no paradigma da dádiva. Não sei se ela a tomou dessa teoria ou se foi uma coincidência de terminologia. Essa questão da gratuidade e da reciprocidade é uma questão central que espero conseguir discutir em minha tese. Fico pensando: quando se pode falar em gratuidade e reciprocidade? O Paradigma da Dádiva considera que somente tais aspectos podem garantir a coesão social. Sendo assim, em linhas gerais, consideram que a dádiva ainda está presente hoje, embora sufocada pela instrumentalidade. A dádiva, para esses autores, visa estabelecer um vínculo social. Os autores, ao mesmo tempo, não descartam a instrumentalidade. Aqui não tenho respostas, mas dúvidas: que tipo de vínculo ou de relações a dádiva estabelece? São sempre positivas ou podem ser de dependência e submissão? É possível falar em dádiva nas relações de trabalho, principalmente nas estabelecidas no capitalismo? Com isso não quero dizer que não haja espaço para a reciprocidade e gratuidade, por exemplo no mercado, nas empresas. O que me pergunto é: as relações capital-trabalho, no capitalismo, permitem a dádiva, a reciprocidade e a gratuidade? Ou ela estará sempre atrelada e subjulgada pela instrumentalidade? Vou tentar dar um exemplo, para ver se fica mais claro: A medida que o empresário se interessa pela vida do trabalhador, o cumprimenta, etc, isso vai gerar um vínculo para além do contrato de trabalho. Por sua vez, o trabalhador se identificará com a empresa e trabalhará mais motivado, dando um maior retorno para a empresa. Isso me faz retomar Assmann que diz que devemos considerar os efeitos não intencionais de nossas ações. Ou seja, embora o empresário possa ter feito isso desinteressadamente, no final ele vai ter um ganho material (maior produtividade, por exemplo, que gerará maior riqueza) e simbólico (satisfação pela ação em si). Já o trabalhador terá um ganho apenas simbólico (sentir-se valorizado) que pode gerar mais submissão inclusive. E então: a intenção é a que vale ou o efeito não intencional também tem que ser analisado? Isso é reciprocidade? Podemos falar de reciprocidade em relações assimétricas? E quanto a gratuidade? Minha dúvida é de que não se pode confundir dádiva com direito. Será que ser tratado com respeito é dádiva? As vezes fico

pensando que vivemos em um mundo tão louco que o que era exceção virou regra, e assim, agir corretamente virou virtude quando deveria ser o elementar. Outro exemplo em relação a isso. A Responsabilidade Social, por exemplo, afirma que suas são espontâneas, uma vez que fazem o que o Estado deveria fazer (ex. educação). Mas ter acesso a educação não é um direito dos cidadãos? Posso falar que nesse caso foi uma dádiva só porque não é responsabilidade primeira da empresa fazer isso? Que relação é aqui criada? Não estamos passando da tutela do Estado para a tutela das empresas? Nesse sentido sugiro a seguinte leitura: O terceiro setor e a questão social (Montaño) que discute a sintonia entre Terceiro Setor e o neoliberalismo.

Pesquisadora: Não entendi quando vc escreveu “capitalismo” e disse não saber bem o que é isso? O que é o capitalismo?

Acho que tem um passagem bíblica que diz que não é possível por um remendo novo em um pano velho..., assim, minha posição é de que não há como “humanizar” o capitalismo. Seu fundamento é a competição, a extração da mais-valia, a exploração. Isso não é discurso de “comunista” e nem fora de moda embora muitos querem fazer-nos crer. Se vc ler qualquer teórico liberal ele vai dizer isso, justificando sua posição de que a justiça se baseia na meritocracia e que a competição é o motor da sociedade, enquanto a igualdade é nociva, gera acomodação. Como construir uma sociedade diferente? Acho que há varias iniciativas. Não acredito na centralização do Estado, como já foi tentado... mas porque não uma sociliazação dos meios de produção como na EcoSol? O dono não é o Estado como nos países soviéticos, mas os trabalhadores. Penso que é uma proposta diferente. Também penso se isso seria de todo ‘possível’. Então me pergunto, será imprescindível acabar com a propriedade privada (não digo de bens de uso, casa, carro, mas dos meios de produção)? Haveria um meio termo? Uma divisão justa dos frutos do trabalho, uma participação efetiva dos trabalhadores na gestão (eles podem não ter os meios de produção, mas o fato de gerarem a riqueza e de serem afetados pelos rumos da empresa,deveria ser motivo suficiente para terem mais poder de decisão) seria “suficiente”? Não sei...ainda estou pensando sobre isso.

Um abraço a todos

M.Luisa